

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS - CAMPUS DE BAURU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E
APRENDIZAGEM

**A SOBREVIVÊNCIA DAS CULTURAS COMO PRESCRIÇÃO ÉTICA PARA O
PLANEJAMENTO CULTURAL: UM ESTUDO CONCEITUAL**

DIEGO MANSANO FERNANDES

Bauru

2015

DIEGO MANSANO FERNANDES

A SOBREVIVÊNCIA DAS CULTURAS PRESCRIÇÃO ÉTICA PARA O
PLANEJAMENTO CULTURAL: UM ESTUDO CONCEITUAL

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de título de mestre à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, sob orientação do Prof. Dr. Kester Carrara.

Bauru

2015

Fernandes, Diego Mansano.

Sobrevivência das culturas como prescrição ética para o planejamento cultural: um estudo conceitual / Diego Mansano Fernandes, 2015

165 f.

Orientador: Kester Carrara

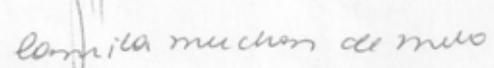
Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2015

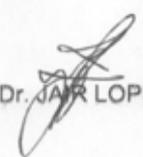
1. Análise comportamental da cultura. 2. Behaviorismo Radical. 3. Delineamentos culturais. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DIEGO MANSANO FERNANDES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DO(A) FACULDADE DE CIÊNCIAS DE BAURU.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2015, às 09:00 horas, no(a) Sala 02 do prédio da Pós-graduação da Faculdade de Ciências, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. KESTER CARRARA do(a) Departamento de Psicologia/Faculdade de Ciências Bauru, Profa. Dra. CAMILA MUCHON DE MELO do(a) Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento / Universidade Estadual de Londrina, Prof. Dr. JAIR LOPES JUNIOR do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências de Bauru, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de DIEGO MANSANO FERNANDES, intitulado "A Sobrevivência das Culturas como Prescrição Ética para o Planejamento Cultural: um estudo conceitual". Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: ---
Aprovado ---. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Prof. Dr. KESTER CARRARA


Profa. Dra. CAMILA MUCHON DE MELO


Prof. Dr. JAIR LOPES JUNIOR

AGRADECIMENTOS

Parece que é mais difícil fazer uma lista de agradecimentos do que a própria dissertação. Não estamos acostumados a agradecer como poderíamos (ou deveríamos), e o risco de esquecer alguém importante parece que só aumenta a dificuldade de fazer a própria lista. Mas ao mesmo tempo, uma dissertação não se faz sem ajuda e, mesmo correndo tal risco, acredito no poder do reforçamento positivo e agradecer alguém por algo é talvez uma das formas mais simples que possuímos de tentar fazer com que as pessoas continuem ajudando umas às outras.

Meus pais são certamente o começo da lista. Além de eles serem responsáveis diretos por eu estar presente no mundo, me deram suporte incondicional durante a graduação e demonstraram que o bem dos outros pode funcionar como reforçador para seu próprio comportamento. Na mesma posição se encontram alguns outros membros da família próxima, que eu não vou nomear para não correr o risco de omitir alguém, dentre os quais vale a pena destacar a dona Hely, que prometeu não descansar enquanto eu e suas outras netas e netos estivessem devidamente formados.

O próximo certamente é meu orientador, Kester Carrara. Se tem algum mestre nessa história, não sou eu, mas ele. Perto dele, sou apenas um estudante da vida que eu quero dar, como diz Belchior, e além de ser o melhor analista do comportamento com quem já tive o prazer de conviver, é um modelo de pesquisador e profissional que me inspirou e ainda inspira. Praticamente tudo que aprendi nesses sete anos de graduação e mestrado teve dedo dele. Outras facetas suas que admiro são sua delicadeza e paciência para com aqueles que estão aprendendo, como eu. Algumas vezes eu fiz bobagem, e foi quando aprendi como se chama atenção de um aprendiz, pelo que agradeço também, pois foi o que me fez entender e responder às contingências que eram realmente importantes. Um defeito, se é que podemos

chamar assim, é sua incorrigível corinthianice. Mas como ele mesmo gosta de dizer, nem tudo é perfeito.

Aos meus amigos quero destacar, em ordem alfabética, a Carmen, o Felipe, a Claudya, o Otávio, a Rosângela e certamente outros que acabarei omitindo aqui, assumindo o ônus da tarefa de agradecer. Essas, em sua maioria, são vozes que ecoaram no texto, direta ou indiretamente através de conselhos, leituras e revisões, e acho motivo suficiente para que sejam mencionados. Aos demais e não menos importantes, meu obrigado por tudo também.

Os membros da banca são referências para mim e também pessoas que fiz questão que estivessem lá avaliando meu trabalho, porque sabia que o resultado seria bom. Jair, um ponto de referência carinhosa desde a graduação, e Camila, uma referência textual e que eu tive o prazer de conhecer agora, a impressão foi ainda melhor pessoalmente do que nos textos. À Ana Verdu e Nádia, também meu obrigado pela disposição e pelo compromisso.

Agradeço também à CAPES pelo financiamento do trabalho, a luta por melhores condições de pesquisa e melhorias à educação passa por esse tipo de suporte, ainda que menor do que todos gostaríamos e precisamos. A Gethiely não pode ficar de fora dessa, é ela quem faz as coisas acontecerem e aguenta a enxurrada de e-mails desesperados com prazos e documentos.

Por último e sem dúvida não menos importante, minha cúmplice e companheira, Monique, por me aguentar ouvir falar de Skinner, cultura, Behaviorismo o tempo todo nos últimos dois anos, pelo suporte incondicional e pelo carinho que lhe é peculiar.

“O truque é manter-se pequeno. (...) Cidades precisam de forças policiais apenas porque são grandes, porque controle face-a-face de comportamento pessoal apropriado é impossível. (...) Nada além de um sistema punitivo organizado irá substituir censura e criticismo face-a-face, e absolutamente nada pode substituir elogios e gratidão”

(Skinner, 1987, p. 44).

*“O que transforma o velho no novo
bendito fruto do povo será.
E a única forma que pode ser norma
é nenhuma regra ter;
é nunca fazer nada que o mestre mandar.
Sempre desobedecer.
Nunca reverenciar.”*

(Belchior)

FERNANDES, D. M. *A sobrevivência das culturas como prescrição ética para o planejamento cultural: um estudo conceitual*. 165f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2015.

RESUMO

B. F. Skinner desenvolveu uma análise comportamental de valores, descrevendo o que chamou de bens ou consequências reforçadoras que controlam o comportamento humano: o bem do indivíduo, o bem dos outros, e o bem da cultura. Para além dessa descrição, prescreveu o bem da cultura, ou sobrevivência das culturas, como um valor que todos deveríamos buscar alcançar. Por meio do método epistemológico hermenêutico, buscou-se uma análise conceitual da prescrição ética de Skinner para a ação do analista do comportamento no delineamento de práticas culturais, também como estratégia de desenvolvimento de uma análise comportamental da cultura. O primeiro passo foi a procura por uma definição de cultura, mediante uma incursão à Antropologia e fundamentalmente ao Behaviorismo Radical. Argumenta-se que cultura pode ser definida com base no texto de Skinner como ambiente social e, ocasionalmente, como ambiente verbal, mas também em um sentido mais estrito como experimento social, e em um sentido mais amplo como conjunto de práticas culturais, a última com algumas controvérsias. Em relação à Antropologia, a ideia skinneriana de cultura se mostrou alinhada com versões mais recentes do conceito na disciplina, especialmente por sua ontologia e pela negação de dicotomias como natureza e cultura, além de uma visão de mundo pluralista. Conclui-se que diante das definições de cultura apresentadas, a prescrição da sobrevivência das culturas em sentido amplo se mostrou frágil e de difícil instrumentalização, pois implica divergências e competição entre diferentes ambientes sociais e ambientes verbais, com estruturas e práticas culturais contraditórias e incompatíveis entre si. O resultado de tais conflitos é nítido no

cotidiano, exemplificando-se por preconceitos e discriminações de gênero, de raça, de classe, de orientação sexual, linguística, e assim por diante. Algumas propostas de Skinner no âmbito político são sugeridas como mais promissoras, em especial o delineamento de ambientes sociais com controle face-a-face, de pessoas, e para pessoas.

Palavras chave: Behaviorismo Radical. Sobrevivência das culturas. Análise Comportamental da Cultura. Antropologia.

ABSTRACT

B. F. Skinner develop a behavioral analysis of values, describing what he calls goods or reinforcing consequences that control human behavior: the good of the individual, the good of others, and the good of the culture. Beyond this description, Skinner prescribed the good of the culture, or the survival of the cultures as a value that we should pursue. Through the epistemological hermeneutic method, this study sought a conceptual analysis to Skinner's ethic prescription concerning the role of the behavior analyst in designing a culture, and also as a strategy to develop a behavioral analysis of culture. The first step was the search for a definition of culture, by an incursion in Anthropology and fundamentally in Radical Behaviorism. It is argued that culture can be defined based on Skinner's works as social environment and, occasionally, verbal environment, but also in a strict sense as a social experiment, and, with some controversies, in a broader sense as a set of cultural practices. Concerning Anthropology, the skinnerian idea of culture proved aligned with modern versions for the concept in the field, especially for its ontology and its denial of dichotomys like nature and culture, and a pluralist worldview. It follows that on the presented definitions of culture, the prescription of the survival of the cultures in a broader sense proved frail and difficult to instrumentalize, because it implies divergences and competition between differents social and verbal environments, with contradictory and unsuitable structures and cultural practices. Such conflicts delivery sharp results in daily life, like prejudices and discriminations of gender, race, class, sexual orientation, linguistic and so on. Some of Skinner's proposals in the political scope are suggested as more promissing, specially the design of social environments based on face-to-face control, by the people and for the people.

Key words: Radical Behaviorism. Survival of cultures. Behavioral Analysis of Culture. Anthropology.

Lista de Quadros

Quadro 1: Lista de artigos em ordem cronológica	32
Quadro 2: Lista de livros em ordem cronológica	32

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1. MÉTODO	25
1.1. Procedimento de coleta	29
1.1.2. Seleção dos textos de Skinner	29
1.1.3. Seleção de textos de comentadores	33
1.1.4. Seleção de textos de outras disciplinas	33
1.2. Procedimento de análise	34
1.2.1. Tratamento das informações	34
2. CULTURA	36
2.1. Cultura e Antropologia: algumas contribuições	36
2.2. Cultura e Behaviorismo Radical: uma proposta de definição	70
2.3. Aproximações e distanciamentos entre as posições antropológicas e a behaviorista radical.....	84
3. SOBREVIVÊNCIA DAS CULTURAS	99
3.1. Uma análise comportamental de valores.....	101
3.2. Os valores descritos por Skinner.....	108
3.3. A hora e a vez do bem da cultura.....	113
3.4. Sobrevivência de uma cultura “científica”	135
3.5. Apontamentos para delineamentos culturais	148
ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES.....	155
REFERÊNCIAS	158

Considerações Iniciais

Se eu estiver certo sobre o comportamento humano, um indivíduo é apenas uma maneira pela qual espécies e culturas produzem mais espécies e culturas (SKINNER, 1984a, p. 413, tradução nossa¹).

O trabalho de B. F. Skinner percorreu o século XX e marcou uma época e um sistema psicológico; uma forma de fazer ciência, produzir conhecimento e interpretar o mundo. Skinner transitou entre o interesse epistemológico, que o acompanhou durante toda a vida, o árduo trabalho experimental que lhe permitiu vislumbrar os princípios gerais do comportamento, seja ele humano ou não humano, e a engenhosidade de aplicações cotidianas dos princípios derivados do laboratório experimental.

Uma filosofia de ciência (o Behaviorismo Radical) e uma ciência (a Análise do Comportamento e suas ramificações experimental, conceitual e aplicada) compõem o sistema comportamentalista proposto originalmente por B. F. Skinner e hoje consolidado no cenário científico. No contexto dessa abordagem, desenvolvem-se conjecturas filosóficas, análises conceituais e estudos empíricos (básicos e aplicados) acerca das interações entre organismos vivos e seu ambiente.

Um dos principais frutos de seu trabalho, se não o principal, é a síntese de seu modelo explicativo do comportamento, que ficou conhecido como modelo de seleção pelas consequências. Tal modelo procura delimitar e explicar três níveis de variação e seleção do comportamento humano, sendo eles: (a) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies; (b) contingências responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros no período de sua existência individual; (c) contingências sociais mantidas por um ambiente cultural complexo (SKINNER, 1981/2007²).

¹ “If I am right about human behavior, an individual is only the way in which a species and a culture produce more of species and culture”.

² Optamos por colocar nas citações a data de publicação original, seguida da data da edição consultada, quando for o caso.

O modelo de seleção pelas consequências é um dos alicerces do Behaviorismo Radical. As contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies respondem pelos processos evolutivos estudados majoritariamente pelas ciências biológicas; as contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos durante a existência individual dos membros de uma espécie constituem o campo de estudo da Psicologia, ou seja, os fenômenos e processos relativos ao comportamento humano durante o tempo de uma vida; já as contingências sociais mantidas por um ambiente cultural complexo, são compreendidas como fruto de processos decorrentes de um salto evolutivo na história filogenética da espécie humana, a saber, o advento do comportamento verbal e a consequente emergência de ambientes verbais, que permitiram a acumulação e transmissão de conhecimento, processo que ocorre intra e intergerações.

Uma característica desse modelo é sua transdisciplinaridade e, por consequência, sua totalidade explicativa. Skinner já apontava a necessidade do diálogo com outras disciplinas, citando a Etologia, a Biologia, a Antropologia, a Linguística, entre outras, e Abib (2004) é enfático ao afirmar que uma explicação transdisciplinar do comportamento adquire um caráter sistêmico: o que acontece em uma parte depende do que acontece na totalidade. Essa totalidade explicativa é referente à compreensão de que a seleção pelas consequências é um princípio presente em todas as esferas de análise possíveis, quais sejam as naturais (filogênese), as reforçadoras (ontogênese) e as culturais.

Justamente no que diz respeito à totalidade, Susan Schneider traz uma colaboração ímpar ao nos guiar diante das inovações de outras áreas do conhecimento, principalmente a Epigenética e as Neurociências, e aponta o papel da seleção pelas consequências nos processos por elas estudados. As interações entre natureza e desenvolvimento, entre natureza e ambiente caminham de modo que já não podem mais ser estudadas separadamente, e as consequências vem sendo destacadas como fundamentais não só em seu já demonstrado

papel na explicação do comportamento operante, mas também na ativação e organização de padrões de interação genética e no que diz respeito ao funcionamento das estruturas e mecanismos cerebrais (SCHNEIDER, 2012)

Todavia, uma definição de comportamento, ainda que longe de ser ponto pacífico entre analistas do comportamento, deve passar por relações entre essas diferentes esferas, e é o que pretende o Behaviorismo Radical skinneriano. Abib (2004) sugere que “a única teoria que define o comportamentalismo é a teoria consequencialista, complexa e relacional de Skinner” (p. 59). Os avanços do Behaviorismo Radical em relação às outras versões de Behaviorismo, em especial a de Watson, que influenciou diretamente a trajetória de formação de Skinner, significam “(...) uma mudança dramática, que impõe uma cisão entre as duas tradições de pesquisa, já que a compreensão do comportamento em ambas é sumamente incompatível” (DITTRICH, 2004, p. 11).

É precisamente ao negar possibilidades epistemológicas que acabam por apelar para realidades exclusivamente físicas ou fisicalistas, exclusivamente mentais ou mentalistas, ou mesmo um dualismo de substância entre essas duas em sua explicação da mente e do comportamento, que o Behaviorismo Radical se torna único e original na história das ciências psicológicas. Muito além da primeira, aspectos em que disciplinas como a Fisiologia e as Neurociências de nosso tempo apostam, ou da segunda, sobre os quais outras propostas psicológicas como as cognitivistas se debruçam, um behaviorista radical volta-se para a realidade das relações comportamentais: a história explicativa do comportamento é a história de sua evolução, chegando o momento em que elas se confundem e se tornam uma história só (ABIB, 2004; CHIESA, 1994/2006).

O modelo selecionista behaviorista radical afirma que o comportamento é resultado de variação e seleção em três níveis, filogênese, ontogênese e cultura, sendo este último no qual iremos nos deter. Existem discussões na área sobre qual é a forma mais adequada de

lidar com a cultura, mas não há como negar que tal tarefa se mostrou um caminho promissor para uma Ciência do Comportamento³, e a análise comportamental da cultura ou de fenômenos e processos que constituem as práticas culturais já é uma realidade para além de meras especulações informais.

Diversos autores⁴ têm se preocupado com questões como método na Ciência do Comportamento para o estudo mais profundo da cultura, esbarrando, contudo, em desafios teórico-metodológicos que perpassam a prática contemporânea do analista do comportamento. Tais desafios residem na possibilidade de trabalhar com a análise comportamental da cultura de modo científico e sistematizado, e não são sem motivo: foi enfática a disposição de Skinner em contribuir para o desenvolvimento de tecnologia para lidar com problemas humanos: “(...) eu não estava brincando quando disse que mesmo uma pequena contribuição para uma Ciência do Comportamento humano poderia eventualmente ajudar *bilhões* de pessoas” (SKINNER, 1984a, p. 356, tradução nossa⁵).

Para além da importância de discutir os aspectos teóricos e filosóficos, é preciso continuar a produzir um arcabouço instrumental para análise e transformação da realidade social. Com Skinner (1953/2003), “se pudermos observar cuidadosamente o comportamento humano de um ponto de vista objetivo e chegar a compreendê-lo pelo que é, podemos ser capazes de adotar um curso mais sensato de ação.” (p. 12). Tendo compreendido que não seria possível lidar com o comportamento humano de forma produtiva fora de seu contexto ampliado – práticas culturais modeladas e mantidas por ambientes sociais –, Skinner se voltou para tentativas de descrições do funcionamento das culturas, e é em *Ciência e*

³ Usaremos como sinônimos as expressões Ciência do Comportamento e Análise do Comportamento.

⁴ Alguns dos trabalhos que dizem respeito aos problemas levantados por uma emergente análise comportamental da cultura: ABIB, 1996; ANDERY, MICHELETTO, SÉRIO, 2005; CARRARA, 2008; DITTRICH 2004; 2010; DITTRICH, ABIB; 2004; GLENN, 1986, 1993, 2003; SAMPAIO, ANDERY, 2010; TODOROV, 1987; TODOROV, MARTONE, MOREIRA, 2005; SKINNER, 1953/2003, 1971/1973, 1969/1984b, 1974/2006; VICHI, 2005, VICHI, GLENN, ANDERY, 2009.

⁵ “(...) I had not been joking when I said that even a small contribution to a science of human behavior could eventually help billions of people”.

Comportamento Humano que vemos uma primeira tentativa de sistematização da análise do terceiro nível de seleção pelas consequências.

Com vistas a uma contribuição sólida para a Análise do Comportamento, é prudente delimitarmos aqui nossos interesses: para além das formulações antropológicas e sociológicas sobre a cultura, e não desconsiderando a necessidade de estabelecimento de um diálogo mais próximo com elas, são os aspectos comportamentais de uma cultura que interessam neste momento. Em outras palavras, aquilo que a cultura tem de comportamental é aquilo que o analista do comportamento busca. Coerente com esse posicionamento, portanto, uma abordagem operante é a mais adequada e inclui conceitos como contingências de reforçamento individuais e, principalmente, sociais e entrelaçadas⁶.

Mas, afinal, o que estamos chamando de cultura? Convém também perguntar: quais são esses aspectos comportamentais que nos interessam? Uma definição de cultura com critérios bem estabelecidos carece de mais aprofundamento na Análise do Comportamento (DITTRICH, 2004; GLENN, 2003; MELO, DE ROSE, 2013). Diante dessa dificuldade em lidar com o fenômeno, tanto por sua extensão e complexidade, quanto pelas implicações metodológicas, afirmamos que nossa referência será a noção skinneriana de cultura – refinada posteriormente por comentadores. Ao definir cultura, plantamos o pé em terreno mais firme para discutir as questões éticas por ela suscitadas, em especial a prescrição skinneriana da sobrevivência das culturas.

A título de apresentação, no entanto, um olhar inicial sobre a obra do autor nos permite dizer que uma possível definição de cultura seria um conjunto de contingências de reforço mantidas por um grupo, possivelmente formuladas por meio de regras ou leis descritas socialmente; a cultura teria uma condição física bem definida; uma existência contínua para além das vidas dos membros do grupo; um padrão que se altera na medida em

⁶ Não faremos, neste momento, uma discussão sobre a adequação ou não do uso do conceito de metacontingências para o estudo de relações comportamentais no terceiro nível de seleção pelas consequências, limitando-nos a optar por utilizar a tríplice contingência como unidade de análise.

que certas práticas lhe são acrescentadas, descartadas ou modificadas; e, sobretudo, poder. Uma cultura assim definida *controla* o comportamento dos membros do grupo que a praticam (SKINNER, 1969/1984b; 1974/2006).

A concepção de ser Humano⁷ do Behaviorismo Radical skinneriano, para Melo (2004), implica um sujeito ativo na sua cultura. Ser sujeito de seu próprio destino é atuar de forma consciente no planejamento de sua cultura, pois os ambientes sociais são parte do processo de seleção pelas consequências e, portanto, o ser Humano é, sobretudo, planejador de sua cultura. Ser planejador cultural, no entanto, levanta sérias questões de julgamento de valor, ou questões éticas, e elas não passaram despercebidas a Skinner (DITTRICH, 2006; SKINNER, 1971/1973).

Mas dizer que a Humanidade planeja sua cultura implica apontar critérios para sua atuação; afinal, quem planeja o faz com vistas a algo. Esse algo poderia ser qualquer tipo de consequência, como felicidade, amor, amizade, entre outros valores caros à sociedade, e nada mais são, segundo Skinner, do que consequências reforçadoras; uma lista de valores nada mais é do que uma lista de reforçadores, e julgamentos de valor são respostas verbais emitidas sob controle dos efeitos desses eventos no comportamento dos falantes (SKINNER, 1953/2003, 1971/1973, 1974/2006).

Planejar é uma forma de se comportar e, como qualquer outro comportamento é mantido por consequências. Nesse sentido, os valores/consequências que controlam o comportamento do planejador são fruto de sua história de interação. Deparamo-nos com duas questões importantes para a filosofia behaviorista radical: a primeira é quem controlará? E a segunda é: onde queremos chegar? Ou qual valor queremos promover num planejamento?

⁷ Salvo em caso de citações diretas do texto original, optamos por utilizar “Humano” e “Humanidade” no lugar da expressão “Homem” enquanto generalizante, a depender do contexto, para evitar reproduzir práticas culturais machistas também no campo dos ambientes linguísticos. Para uma discussão pormenorizada, conferir o *Manual para o uso não sexista da linguagem* (CERVERA, FRANCO, 2006).

Menos preocupado com quem controlará e mais preocupado com as condições complexas sob as quais o planejamento ocorre, Skinner responde tais perguntas apresentando três possíveis conjuntos de reforçadores, que chama de *bens*. São eles: a) *bem próprio* ou *benefícios de cunho pessoal*, quando o comportamento do indivíduo é controlado pelo bem próprio, ou consequências reforçadoras para si (seu próprio comportamento). Uma pessoa que nossa cultura considera “egoísta” pode ser um exemplo de alguém com repertório sob controle das consequências pessoais; b) o *bem dos outros* ou *benefícios dos demais*, quando o comportamento do indivíduo é controlado pelo bem dos outros, ou seja, por consequências que sejam boas para terceiros. Pessoas voltadas para ações e movimentos sociais, cujo beneficiado direto seja o próximo, são um exemplo razoável aqui; e c) o *bem da cultura* ou *benefício cultural*, que são as consequências identificadas com a sobrevivência das práticas culturais (CASTRO, 2008; SKINNER, 1953/2003, 1971/1973).

O foco de interesse é o *bem da cultura*. Comportar-se visando o *bem da cultura* é jamais entrar em contato com as consequências últimas de seu comportamento, já que uma cultura tende a transcender a vida dos membros de uma geração. A luta de ambientalistas pode ser um bom exemplo. O grande problema é que, como sabemos, o comportamento é em grande medida uma questão de consequências, e uma consequência muito distante no futuro não pode exercer controle sobre o presente. Dessa forma, promover este valor é extremamente difícil, mesmo com procedimentos como incentivos, honrarias, condecorações, prêmios e outros tipos de reforçadores condicionados (ABIB, 2002).

Há autores, como Abib (2002), Castro (2007), Dittrich (2004) e Zilio e Carrara (2009) – para citar alguns – que apontam uma tensão entre o que é chamado de aspecto descritivo da filosofia behaviorista radical, e o chamado aspecto prescritivo. Em outras palavras, existe uma teoria científica do comportamento humano cuja principal atribuição seria a de descrever relações funcionais entre eventos ambientais e comportamentais e uma

teoria ético-moral cuja prescrição de formas de atuação acaba assumindo lugar de destaque. Falamos aqui em descrição porque Skinner trata de descrever tal valor no decorrer de sua obra; e falamos aqui em prescrição porque o autor o elege como valor a ser seguido na atuação do analista do comportamento.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo geral uma análise conceitual da pertinência da prescrição ética skinneriana da sobrevivência das culturas como valor a ser propagado, ou consequência a ser promovida. Para tanto, alguns passos precisam ser percorridos, passos esses que constituem nossos objetivos específicos, a saber: 1) uma discussão sobre o conceito de cultura em um panorama mais amplo, incluindo a Antropologia; 2) uma discussão sobre o conceito de cultura no Behaviorismo Radical, com destaque para a obra de Skinner; 3) uma análise comportamental sobre valores descritos na obra de Skinner, com evidente destaque para o *bem da cultura* e possíveis implicações para esforços atuais e de médio prazo no desenvolvimento de uma análise comportamental da cultura.

Dittrich e Abib (2004) consideram que descrever o terceiro nível de seleção do comportamento por consequências – o que vem avançando sistematicamente – é uma atividade de cunho empírico, enquanto que prescrever a consequência selecionadora desse nível como meta do planejamento cultural – conforme faz Skinner – é uma atividade de cunho filosófico, embora fundamentada na descrição. Estamos de acordo com tal posição, o que nos leva a um trabalho conceitual, cujas reflexões são parte do corpo de conhecimentos produzidos dentro da filosofia do Behaviorismo Radical, e que pode ser compreendido como uma entre outras formas de produzir conhecimento na Análise do Comportamento (TOURINHO, 2003).

Mas o trabalho conceitual encontra, ainda hoje, muita resistência dentro da Psicologia, problema crescente e que pode ser notado em programações de congressos,

reforma de currículos dos cursos e espaço em periódicos. O caminho vem sendo o de privilegiar aspectos técnicos e de aplicação, e tornando o trabalho teórico artigo raro na pesquisa em alto nível. Mesmo dentro da Análise do Comportamento, muitas vezes a ênfase recai sobre seu braço experimental e de aplicação da tecnologia, que podem corresponder em grande medida à demanda crescente de recursos tecnológicos para os problemas cotidianos do comportamento humano (LAURENTI, 2012).

Desse ponto de vista, estudos conceituais podem parecer dispensáveis, mas, como mostram alguns autores (DITTRICH, 2011; LAURENTI, 2012; TOURINHO, 1999), sendo as teorias lentes através das quais olhamos o mundo, os estudos conceituais são fundamentais para seu refinamento. Em outras palavras, se uma boa teoria é como um par de óculos, a menos que façamos um constante trabalho de revisão e aperfeiçoamento de nossas lentes, nossa visão e percepção do mundo ao redor tendem a ficar prejudicadas. Com o exame conceitual das ferramentas científicas, tecnologias mais efetivas podem ser desenvolvidas e a contribuição social resultante é uma boa justificativa para que esforços e recursos sejam investidos nesse campo.

Pela natureza de nosso objeto, podemos dizer que este também é um trabalho interpretativo, algo que na tradição behaviorista radical é compreendido como uma forma de se comportar em relação ao mundo. Uma interpretação é uma leitura do fenômeno por meio das ferramentas dispostas por uma determinada teoria, no caso, a Análise do Comportamento; o repertório que consiste em interpretar é um conjunto de respostas verbais balizadas por uma comunidade verbal científica, a dos analistas do comportamento; estamos aqui interessados em olhar para fenômenos cujo acesso à experimentação é limitado, e a análise de variáveis de controle se dá por meio de inferências e interpretação (SKINNER, 1957/1978a, 1966).

Tal projeto exige, sem dúvida, um posicionamento pessoal do pesquisador, bem como uma argumentação que o sustente. Isto porque o Behaviorismo Radical, enquanto uma filosofia preocupada com as consequências do comportamento humano, pode ser entendida como uma filosofia ética (DITTRICH, 2008; 2010). Apesar de possíveis problemas epistemológicos, lógicos e conceituais, a defesa skinneriana do *bem da cultura* possui um indiscutível mérito de combate ao status quo de filosofias e sistemas políticos e socioeconômicos cujo principal ator é o indivíduo e suas necessidades, ou aquilo que Skinner denominou *bem próprio*.

Tendo o *bem da cultura* como consequência almejada, mesmo que apesar do *bem próprio*, o Behaviorismo Radical, ao menos na figura de Skinner, configura-se como um discurso de resistência e luta. Parece uma tarefa importante, portanto, tendo em vista os altos índices de desigualdade social que só fizeram aumentar desde que Skinner trabalhou em tal proposta, problematizar a questão e discutir sua pertinência enquanto alternativa possível de discurso político àqueles que são mais valorizados socialmente, em especial a alguns tipicamente mentalistas ou individualistas.

Ainda sobre a importância da pesquisa conceitual e seus desdobramentos éticos, emprestemos algumas palavras de Carolina Laurenti (2012):

Ao que tudo indica, a busca por uma relação mais equilibrada entre pesquisa factual e pesquisa conceitual deixou de ser um compromisso estritamente epistemológico para se tornar também um compromisso ético com a formação e a atuação (profissional e acadêmica) do psicólogo (p. 181).

Entendemos que para melhor compreensão do desenvolvimento da análise é interessante apresentá-la em seus dois momentos distintos. O primeiro momento consiste em uma incursão à Antropologia, em busca de seus possíveis significados de cultura, e em uma segunda incursão, dessa vez na obra de Skinner, também em busca dos significados possíveis de cultura para o Behaviorismo Radical skinneriano. Em seguida, ambas as áreas

são colocados em contato, salientando aproximações e distanciamentos, no que entendemos ser um rico (e necessário) exercício de interdisciplinaridade.

O segundo momento consiste em, já com o debate entre Antropologia e Análise do Comportamento iniciado, e sob controle das definições skinnerianas de cultura, problematizar o sistema de valores decorrentes de uma filosofia ética behaviorista radical, em especial a prescrição ética de Skinner da sobrevivência das culturas como norte para delineamentos culturais.

A primeira seção é dedicada à descrição do método. De forma extensa, são explicadas as características das contingências que constituíram o caminhar metodológico, com suas constâncias e inconstâncias, na tentativa (bem sucedida, esperamos!) de atingir os objetivos anunciados. Como costumava dizer Skinner (1956/1961), as contingências que guiam o comportamento do cientista são muito mais complexas e diversificadas do que aquelas pretensamente descritas pelos manuais de metodologia científica, e não vemos motivos para que conosco fosse muito diferente.

A segunda seção é dedicada ao exame da obra de alguns dos autores das ciências sociais, mais precisamente da Antropologia, em busca de uma definição do conceito de cultura. Tal busca não se dá por acaso, e sim por partirmos de duas premissas: 1) não é de forma alguma cabível discutir o tema “cultura” sem qualquer tipo de referência ao campo das ciências humanas que a tem como seu objeto de estudo por excelência, ou seja, a Antropologia; e 2) parece desejável uma interlocução entre tal área e a análise comportamental da cultura, o que é feito a partir da apresentação do que Skinner entende por cultura, bem como de tentativas de aproximações entre as duas comunidades verbais.

Muitas são as perspectivas de produção de conhecimento dentro da própria Antropologia, como as propostas evolucionistas universalistas, que defenderam processos evolutivos uniformes a todas as culturas, e evolucionistas particularistas, que defenderam a

possibilidade de processos evolutivos muito particulares para cada cultura em relação às outras, o relativismo cultural, o funcionalismo, o estruturalismo, o neoevolucionismo, entre outras; essa riqueza epistemológica nos guia a diferentes comunidades verbais e escolas de pensamento. Distante da possibilidade de um exame extenso de cada uma delas, em tal seção passaremos pelas características gerais de alguns dos principais teóricos da cultura: Edward Tylor, Franz Boas, Bronislaw Malinowski, Claude Lévi-Strauss, Clifford Geertz e Leslie White.

Em seguida, nos deteremos em um exame das noções de cultura presentes no texto skinneriano, com o objetivo de conseguir alguma sistematização do que seria o conceito de cultura no Behaviorismo Radical. Acreditamos ser fundamental tal exame para um diálogo produtivo com outras disciplinas, e também para um refinamento das posições behavioristas radicais sobre fenômenos culturais, como os problemas éticos levantados pela adoção ao planejamento cultural voltado à sobrevivência das culturas como valor possível: a depender da definição de cultura, a prescrição da sobrevivência pode fazer mais ou menos sentido.

A terceira seção é dedicada à exposição das posições de Skinner, fundamentalmente, e de alguns comentadores, eventualmente, sobre a posição do Behaviorismo Radical a respeito de questões de valor. Em seguida, partindo das definições de cultura que foram discutidas na seção 2, problematizamos a prescrição skinneriana da sobrevivência das culturas e suas possíveis consequências históricas, trazendo exemplos coerentes com as definições de cultura enquanto experimento – pensado sob a ótica do analista do comportamento como o experimentador, no caso da cultura, seu planejador; enquanto ambiente social – através de movimentos sociais, a ação de minorias políticas e o conflito entre diferentes culturas; enquanto ambiente verbal – com alguns exemplos de outras áreas como a Linguística, questionando a pertinência de se valorizar e promover a sobrevivência de algum ambiente verbal específico, bem como fenômenos decorrentes, como o

preconceito linguístico; e enquanto práticas culturais – pontuando possíveis limites e alcances conceituais dessa alternativa de definição. A seção se encerra com uma pergunta que surge diante do texto de Skinner: há espaço em sua obra para uma cultura que não seja planejada de acordo com princípios científicos?

Encerramos a seção apontando questões que consideramos importantes para futuras propostas de delineamentos culturais, questionando a validade prática da prescrição skinneriana para esse fim, e sugerindo investigações de outras propostas de Skinner para delineamentos culturais, com destaque para o controle face-a-face do comportamento e para o uso de reforçamento natural ao invés do extenso processo de reforçamento arbitrário presente em boa parte de nossas vidas.

1. Método

Ciência é um processo contínuo e frequentemente desordenado e acidental (SKINNER, 1956/1961, p. 98, tradução nossa⁸).

Esta pesquisa está inserida em um contexto amplo da disciplina Psicologia, e em categorias de uma forma específica de fazer psicológico, a Análise do Comportamento, e fazer filosófico, o Behaviorismo Radical. Conforme salienta Abib (1996), para o prosseguimento de uma pesquisa epistemológica, uma cultura razoável de ambas as áreas em questão se faz necessária, para que o objeto de estudo – o texto, fundamentalmente o texto skinneriano, neste caso – seja interpelado e tanto aquilo que ele efetivamente diz, quanto aquilo que seria uma possibilidade, uma outra forma de interpretação ou um vir a dizer, problematizados.

Ainda assim, é fundamental destacar que a pesquisa sobre o texto skinneriano, assim como o próprio, é produto das fontes do comportamento do pesquisador/falante, “pelo controle exercido pelo cenário atual, pelos efeitos dos cenários semelhantes no passado,

⁸ “Science is a continuous and often a disorderly and accidental process”

pelos efeitos sobre o ouvinte conducentes a precisão, exagero ou falsificação, e assim por diante” (SKINNER, 1974/2006, p. 118). Essas são limitações epistemológicas do fazer científico e de outros tipos de fazeres, das quais certamente a presente pesquisa não é uma exceção.

Alguns aspectos que merecem ser lembrados são aqueles levantados por Skinner em seu *A case history in scientific method*, de 1956. Preocupado com o comportamento do cientista, com a atividade científica de comunidades científicas, muitas vezes normatizada e engessada em manuais cheios de regras que, em tese, são descrições das contingências do fazer científico, Skinner nos lembrou que muito do que o cientista faz é fruto de condições adventícias que não são ensinadas em manual algum. Em outras palavras, boa parte do comportamento científico não corresponde ao que pretendem ensinar os manuais de metodologia científica. Para exemplificar, ele elencou alguns princípios que observou em sua própria história vasta como pesquisador, e talvez uma rápida lembrança de alguns deles nos ajude a entender um pouco de nossa própria atividade.

Um primeiro princípio diz que “quando se deparar com algo interessante, largue todo o resto e o estude” (SKINNER, 1956/1961, p. 81, tradução nossa⁹). Podemos dizer que o interesse pelo conceito de cultura em especial, tanto na Antropologia quanto na Análise do Comportamento, embora já presente na elaboração inicial do projeto, se intensificou e ganhou mais espaço na pesquisa após uma disciplina cumprida no primeiro semestre do curso de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, chamada *Seminários de Pesquisa*. Conceituar cultura *per se* se tornou condição indispensável, se tornou um imperativo à etapa posterior de questionamento sobre qual cultura a prescrição da sobrevivência abarca, e sobre as consequências de adotar essa ou aquela definição.

⁹ “When you run onto something interesting, drop everything else and study it”.

As contribuições da Linguística que ilustram parte da terceira seção são outro exemplo do imprevisto em ação. Tendo tido contato com o livro *O Preconceito Linguístico, o que é e como se faz* não muito tempo antes da confecção da última seção, a noção de preconceito linguístico e sua ligação com preconceito social, bem como os exemplos práticos apresentados, foram uma ferramenta valiosa para a análise da viabilidade da prescrição ética diante daquela definição.

Outro princípio apresentado pelo autor é o da serendipidade, que seria “a arte de encontrar uma coisa quando se procura por outra” (SKINNER, 1956/1961, p. 88, tradução nossa¹⁰). Quando procuramos nos textos antropológicos pela definição de cultura, encontramos toda uma nova perspectiva dos estudos culturais que dispensa antigas dicotomias, como natureza - cultura, e nomes como Tim Ingold, Marilyn Strathern e Roy Wagner trazem leituras que podem ser muito proveitosas ao Behaviorismo Radical em seu mergulho definitivo ao terceiro nível de seleção pelas consequências, conforme veremos na seção 2.

Por fim, de forma complementar a epígrafe no início desta seção, valorizar o acidente e o acaso não significa que não tenhamos um método de proceder ordenado, com estratégias delimitadas e com um objetivo claro. Significa, pelo contrário, que há mais coisas entre a pesquisa e a produção de conhecimento do que supõe nossa vã filosofia, e sobre os felizes acidentes em nosso caminhar metodológico, “(...) não é um exagero afirmar que alguns dos mais interessantes e surpreendentes resultados surgiram primeiramente por conta de acidentes similares” (SKINNER, 1956/1961, p. 86, tradução nossa¹¹)

Em sendo uma pesquisa conceitual, preocupada fundamentalmente com o texto skinneriano, preocupada também com textos de comentadores que constituem o Behaviorismo Radical, e também com possíveis consequências dos textos antropológicos a

¹⁰ “*serendipity* – the art of finding one thing while looking for something else”.

¹¹ “(...) no exaggeration to say that some of the most interesting and surprising results have turned up first because of similar accidents”

esta filosofia, sua principal diretriz é o método epistemológico-hermenêutico, que, segundo Abib (1996) é uma via de acesso ao conhecimento de objetos, ou mais precisamente, “é uma via de acesso a um objeto peculiar, o texto” (p. 222).

A pesquisa epistemológica busca o esclarecimento da pluralidade do texto nos seus fundamentos, de acordo com a tradição e sistemas de pensamento nos quais está inserido. É fundamental, ao longo da construção da argumentação e da análise, discutir o contexto em que se insere o autor, incluindo sua abordagem teórica e filosófica. Falar sobre a fala do cientista é um discurso de segunda ordem, na medida em que se problematiza sua atividade, ou seja, seu discurso, que é discurso de primeira ordem, característico de uma formação em alguma disciplina, como a Filosofia, a Psicologia, a Antropologia, e assim por diante.

Tais discursos se caracterizam, em sua maioria, por problematizar, investigar, analisar, sintetizar, ou seja, a produção de conhecimento e de conhecimento científico, e a pesquisa epistemológica tem como objetivo questioná-los, inquiri-los, examiná-los minuciosamente, e finalmente – mas não definitivamente, pois um texto é sempre possível de ser reinterpretado – esclarecê-los (ABIB, 1996).

Uma vez identificado o objeto de estudo e seu motivo – texto e esclarecimento do mesmo – o método epistemológico lança mão de: 1) categorias da epistemologia para análise, entre elas: possibilidade, fundamentos e verdade do conhecimento, que embora não abertamente declaradas durante o texto, atravessam subliminarmente sua confecção, compreendendo seu pré-texto; 2) o estudo do que vem junto com o texto, sua história intelectual e cultural de constituição, desenvolvimento, e que se faz necessário para mais abrangente interpretação do texto e suas bases epistemológicas; e 3) a tensão hermenêutica subjacente, em outras palavras, a busca tanto pelo sentido, ou o que o texto diz, quanto pelo seu significado, suas possibilidades de extrapolação para além de seu contexto (ABIB, 1996; DITTRICH, 2004).

1.1. Procedimento de coleta

1.1.2. Seleção dos textos de Skinner

A obra de Skinner é vasta e se estende por aproximadamente sessenta anos, entre livros, artigos publicados em periódicos, capítulos de livros, entrevistas e assim por diante. Existem, no entanto, alguns bons artigos de revisão de suas publicações, que serviram como base para a pesquisa de sua bibliografia. Utilizamos quatro deles: Andery, Micheletto e Sério, 2004, Carrara, 1992, e Epstein, 1977; 1995.

Após consulta integral de cada índice disponível nos artigos selecionados, comparamos os dados, notando as diferenças e semelhanças entre as compilações, e tomamos a decisão de fazer um recorte cronológico, considerando tudo que Skinner publicou a partir da década de 1950, especificamente a partir de *Ciência e Comportamento Humano*, de 1953. Tal recorte se justifica em dois aspectos.

Em primeiro lugar, por conta da natureza da atividade científica de Skinner nos primeiros anos de sua produção. Muito do que é publicado e discutido em seus textos é oriundo de pesquisa experimental de processos básicos, ou seja, a maior parte do conteúdo é relato de dados obtidos experimentalmente, obtidos na investigação de aspectos mais básicos do comportamento humano, com destaque para o reflexo enquanto unidade de análise, e a suave – e acidental – mudança de ênfase para as consequências do responder, como relata o próprio Skinner (SKINNER, 1956/1961; 1984a).

Em segundo lugar, para fazer justiça aos fatos, há discussões teóricas anteriores ao recorte de análise, principalmente nos textos *The Concept of the Reflex in the Description of Behavior*, e *The Generic Nature of the Concepts of Stimulus and Response*, mas nenhuma delas com a temática da presente pesquisa, que consiste na análise comportamental da cultura, algo que só viria a aparecer com um tratamento mais avançado no livro de 1953.

As exceções ao recorte temporal se dão pelo aspecto temático. É incluído na seleção, e conseqüentemente na análise, o romance *Walden Two*, de 1948, por justamente se tratar de um incipiente tratamento comportamental para questões culturais, ainda que em um formato literário, e são excluídos da seleção os livros *Schedules of Reinforcement*, em parceria com Charles Ferster, por se tratar de uma compilação de dados de pesquisas experimentais com diferentes esquemas de reforçamento, resultado de um longo período de pesquisa capitaneado por ambos, e o *Enjoy old age: A program of self management*, de 1983, por tratar de questões ligadas a saúde, desenvolvimento e autocontrole na terceira idade.

Feito o recorte e justificados os critérios de inclusão e exclusão, elaboramos uma lista integral dos textos que precisariam passar pelo exame conceitual e epistemológico. Tal lista foi elaborada a partir de alguns passos básicos, descritos a seguir.

Inicialmente todos os títulos foram lidos, na tentativa de peneirar aqueles cuja temática poderia estar indicada logo de início, o que resultou em algumas interessantes descobertas, como o fato de que alguns artigos foram republicados posteriormente e tiveram seu título alterado. É o caso, por exemplo, de *Visions of utopia*, inicialmente publicado no periódico *The Listener* e republicado no livro *Contingências de reforço: uma análise teórica* (1969/1984b), com o título *Utopia as an experimental culture*, e também no livro *Moral problems in contemporary society*, organizado por Paul Kurtz e também de 1969, com o título *Utopia and human behavior*.

O segundo passo consistiu na leitura dos resumos dos artigos, quando disponíveis, para uma nova seleção daqueles cuja temática pudesse estar de alguma forma ligada à pesquisa. Devido à dificuldade encontrada, pois apenas algumas das versões publicadas dispunham de resumos, especialmente aquelas que foram publicadas originalmente em algum periódico, a leitura integral do artigo foi efetuada em quase todos os casos, o que resultou no aproveitamento de mais material do que meramente a leitura do título e do

resumo poderiam indicar, já que eventualmente Skinner conduz algumas das discussões para o terceiro nível de seleção pelas consequências.

Assim como ocorreram algumas surpresas relacionadas a textos cuja temática era apenas levemente relacionada à análise comportamental da cultura, eventualmente textos que foram descartados nos dois primeiros passos foram retomados, como o livro *O Comportamento Verbal*, de 1957, que não apresenta uma discussão muito detalhada do papel da audiência no comportamento verbal, mas cujo apêndice dedicado à comunidade verbal foi importante para o desenvolvimento da segunda e da terceira seções da dissertação.

O acesso às versões dos textos de Skinner se deu por duas formas específicas. A primeira foi o acervo pessoal do professor Kester Carrara. Ao preparar a compilação de publicações de Skinner, foi criado um arquivo de pastas contendo quase todos os textos disponíveis do autor. Aqueles que, por ação do tempo ou por dificuldade de acesso não estavam disponíveis, foram procurados nas bases de dados como Periódicos Capes com as palavras chave “Skinner” e “behavior analysis”, além de bibliotecas das universidades mais próximas, como foi o caso específico do texto *A behavioral analysis of value judgements*, encontrado em um exemplar do livro *The biopsychology of development*, de 1972, na biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Os quadros a seguir consistem em uma listagem de todos os artigos e livros consultados para a produção da presente dissertação, em ordem cronológica, sendo alguns mais citados no texto final do que outros, outros que não aparecem diretamente mas que tiveram sua existência mencionada por citação do ano de publicação apenas ou mesmo alguma paráfrase, e outros que não chegaram a ser citados, mas que foram lidos e constituíram parte do processo de revisão do texto skinneriano. A coluna da esquerda mostra a data das versões consultadas, e não a data da publicação original.

Quadro 1: Lista de artigos em ordem cronológica

Data	Título dos artigos
1956	Freedom and the control of men
1956	Some issues concerning the control of human behavior: a symposium
1963	Reflections on a decade of teaching machines
1964	Psychology: a behavioral reinterpretation. 'Man'
1966	The phylogeny and ontogeny of behavior
1970	Walden Two: three? Many more?
1972	A behavioral analysis of value judgements
1972	Humanism and behaviorism
1972	Freedom and dignity revisited
1972	The design of cultures
1972	A lecture on "having" a poem
1974	Designing higher education
1975	The steep and thorny way to a science of behavior
1978	News from nowhere
1978	Are we free to have a future?
1978	The ethics of helping people
1982	Contrived reinforcement
1983	A better way to deal with selection
1983	Can the experimental analysis of behavior rescue psychology?
1984	The evolution of behavior
1984	The shame of american education
1986	What is wrong with daily life in the western world?
1986	The evolution of verbal behavior
1987	Whatever happened to psychology as the science of behavior?
1987	The non-punitive society
1987	Why we are not acting to save the world
1989	The listener
1990	To know the future
1990	Can psychology be a science of mind?
2007	Seleção por consequências

Fonte: Próprio Autor

Quadro 2: Lista de livros em ordem cronológica

Data	Título dos livros
1961	Cumulative records
1972	Walden Two: uma sociedade do futuro
1973	Para além da liberdade e dignidade ¹²
1975	Tecnologia de ensino
1976	Particulars of my life
1978	O comportamento verbal

¹² A tradução desta obra para o português é bastante controversa, sendo inclusive a única obra de Skinner que teve seu título substancialmente alterado no processo de tradução. O título original é *Beyond Freedom and Dignity*, e a tradução para o português brasileiro resultou em *O Mito da Liberdade*. Não sabemos ao certo o que motivou tal alteração, mas acreditamos que ela prejudica muito a compreensão e veiculação da obra e das ideias centrais do autor e, portanto, optamos por uma tradução livre do inglês quando a mencionamos no corpo do texto. Ressalvamos que foi consultada uma edição brasileira, devidamente citada nas referências.

1979	The shaping of a behaviorist
1984	A matter of consequences
1984	Contingências de reforço: uma análise teórica
1987	Reflections on behaviorism and society
1987	Upon further reflection
1989	Recent issues in the analysis of behavior
2003	Ciência e comportamento humano
2006	Sobre o behaviorismo

Fonte: Próprio Autor

1.1.3. Seleção de textos de comentadores

São muitos os comentadores do tema cultura, do tema ética, e do termo Behaviorismo Radical, para não dizer dos temas correlatos e aqueles que por algum motivo citam aspectos do tratamento de Skinner à Ética. Para uma melhor seleção, foi consultado o Portal de Periódicos Capes, através das palavras “cultura”, “Behaviorismo Radical”, “práticas culturais”, “ética skinneriana” e “sobrevivência da cultura”. Não são muitos os resultados que aparecem, no entanto. Isso facilitou a seleção, pois aqueles que definitivamente dizem respeito à temática são trabalhos à luz do Behaviorismo Radical.

Um segundo momento, visando ampliar o rol de trabalhos contemplados, consistiu em buscar periódicos específicos da área. São eles *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, *Journal of Applied Behavior Analysis*, *Behavioral and Social Issues*, *The Behavior Analyst*, *Behaviorism/Behavior and Philosophy*, *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *Revista Interação em Psicologia* e *Acta Comportamentalia*. Alguns possuem conteúdo aberto, outros não mais, e alguns também aparecem na busca anterior.

Os critérios de seleção foram os mesmos da subseção anterior, o que facilitou o processo, pois além dos títulos e dos periódicos específicos da área, a maior parte dos artigos se encontra disponível online e consta de resumos que puderam auxiliar a seleção.

1.1.4. Seleção de textos de outras disciplinas

O presente trabalho contou com uma carga grande de textos que não são oriundos da Psicologia como disciplina, tampouco da Análise do Comportamento ou Behaviorismo Radical. Até pela proposta de interface com a Antropologia, boa parte se concentra nessa disciplina, e foram necessários critérios adicionais e particulares de seleção.

A princípio, por meio de conhecimento prévio do pesquisador, foram consideradas algumas obras antropológicas, com o objetivo de alcançar uma definição, ainda que não plenamente sistematizada, do conceito de cultura. Os autores e textos escolhidos foram *Cultura: um conceito antropológico*, de Roque Laraia (2001), *A noção de cultura nas ciências sociais*, de Denys Cuche (1999), e *O que é cultura?*, de José Luiz dos Santos (1983).

Em seguida, a partir dessas referências, foram selecionados textos de autores complementando a análise, como Tylor, Boas, Malinowski e assim por diante, de acordo com sua pertinência para os objetivos da seção 2, e da pesquisa como um todo.

Novamente destacando os efeitos do fenômeno chamado de serendipidade, citado por Skinner (1956), outros autores e seus respectivos textos foram considerados no caminhar, como Marcos Bagno, Tim Ingold, Maryilin Strathern e Roy Wagner, devido à contribuição de alguns aspectos de suas obras para com a análise em andamento. Bagno e sua contribuição sociolinguística foi fundamental para questionamentos na seção 3, assim como Ingold, Strathern e Wagner foram importantes para questionamentos na seção 2, e também no início da seção 3.

1.2. Procedimento de análise

1.2.1. Tratamento das informações

Com o andamento das leituras, novas questões foram surgindo e, portanto, incorporadas na discussão, conforme o primeiro princípio descrito por Skinner (1956/1961), se descobrir algo diferente, abandone imediatamente aquilo que estava estudando e se dedique à descoberta. Além dos cuidados do método epistemológico hermenêutico, se fez notar uma necessidade de agrupar, ou categorizar, as informações obtidas através do exame dos textos. Notamos padrões e alternâncias de posicionamentos no texto dos autores, e a melhor forma de construir uma argumentação, bem como de organizar a exposição da análise na dissertação, foi a de construir categorias, ou eixos temáticos. Assim sendo, organizamos as seções em três grandes eixos temáticos: análise da cultura na Antropologia, análise da cultura no Behaviorismo Radical, e análise comportamental de valores, com destaque para a sobrevivência das culturas e implicações.

Tais eixos constituem muito mais uma forma que encontramos de organizar a pesquisa do que propriamente a estrutura final do texto presente na dissertação. Em outras palavras, são parte do processo de confecção do texto do autor, constituem a análise epistemológica, ou nosso comportamento verbal diante do comportamento verbal dos autores consultados.

As três seções, com suas subdivisões, são orientadas pelos objetivos anunciados, e a todo o momento fazem referência umas às outras. Ainda mais importante, são contingentes umas às outras, pois dependem umas das outras para serem compreendidas, estão construídas em relação de dependência. Essa dependência evidencia quanto o movimento de análise dos textos selecionados e confecção do texto do pesquisador conceitual é uma espiral, e não meramente uma leitura cronológica, como poderiam sugerir os critérios de seleção explicitado anteriormente, ou seja, conforme a seleção cronológica de textos de Skinner foi feita. Tendo em vista que uma obra remete a outra, e que um autor não escreve um texto por vez, assim como não desenvolve um conceito por vez e tampouco chega a

resultados relevantes de forma periódica e constante, o movimento de ir e vir e de revisitar os diferentes produtos do comportamento verbal dos autores é necessário, para não dizer inevitável.

Os textos foram inquiridos, de modo a entender quais são suas questões centrais e quais são as condições sob as quais foram produzidos. Conforme Abib (1996), a pesquisa epistemológica requer que perguntemos qual o contexto e o pré-texto do autor, e ao nos perguntamos sob quais condições Skinner definiu cultura, e sob quais condições prescreveu a sobrevivência delas enquanto um valor primordial, estamos interessados justamente nesse pano de fundo de seu comportamento.

Após definir o objeto de estudo, selecionar criteriosamente o material a ser analisado, buscar nele as questões conceituais amplas, sondar seus compromissos filosóficos e examinar seu contexto histórico e social, as páginas que se seguem são nada menos do que nosso comportamento verbal em relação a tais elementos. Conforme Skinner (1974/2006), ao estudarmos um texto, estamos em contato não com o autor, mas com o efeito de seu texto sobre nosso próprio comportamento.

2. Cultura

2.1. Cultura e Antropologia: algumas contribuições

Quando eu disse a Clyde Kluckhohn, o antropólogo, que estava embarcando em uma análise de culturas, ele disse, “Você tirou sua licença para caçar?” Ele quis dizer, “Você conhece algo de antropologia?” O fato era, eu sabia muito pouco, mas pelo que eu tinha conhecimento, pensei que uma abordagem diferente para a cultura era possível e, de fato, necessária. Antropólogos emprestaram teorias do comportamento de muitas fontes, mais recentemente da psicanálise. Kluckhohn, e Harry Murray não avançaram para além de uma definição de cultura como um sistema de valores e ideias. Eu pensei que poderia fazer melhor, mas teria que começar por ler a literatura (SKINNER, 1984a, p. 231, tradução nossa¹³).

¹³ “When I told Clyde Kluckhohn, the anthropologist, that I was embarking upon an analysis of cultures, he said, “Have you got your hunting license?” He meant, “Do you know any anthropology?” The fact was, I knew very little, but from what I knew, I thought a different approach to culture was possible and, indeed, necessary. Anthropologists had borrowed theories of behavior from many sources, most recently from

Estudar cultura não é uma novidade na história das ciências, tampouco é uma invenção de uma análise comportamental da cultura. Apresentaremos uma série de proposições sobre cultura advindas das ciências humanas, em especial da Antropologia, com o objetivo de entender o que se chama de cultura e traçar pontos de aproximação e de distanciamento com o Behaviorismo Radical, além de aprender com outras formas de produzir conhecimento. Apesar das diferentes concepções já formuladas e exercícios semelhantes já realizados, como a proposta de uma tentativa de diálogo entre a Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical com a Antropologia, levada a cabo por Leugi (2012), consideramos relevante promover tal interdisciplinaridade, tendo em vista os objetivos desta dissertação.

Num primeiro momento, os interlocutores mobilizados para cumprir o objetivo apontado são *O que é cultura*, de José Luiz dos Santos (1983/2006), *A noção de cultura nas ciências sociais*, de Dennys Cuche (1996/2002) e *Cultura: um conceito antropológico*, de Roque Laraia (1986/2005). A escolha de tais autores em detrimento de muitos outros, para citar exemplos como Zygmunt Bauman (1975) e Terry Eagleton (2013), se dá em função de sua presença constante em referências dos artigos da área da Antropologia, além de não serem propriamente teóricos da cultura, mas apresentarem interpretações sobre o desenrolar histórico do conceito e, portanto, não estarem necessariamente alinhados a alguma perspectiva teórica específica que destoe de nossa proposta.

Durante a exposição, passagens dos próprios autores citados durante o caminho – como E. B. Tylor, F. Boas, B. K. Malinowski, C. Geertz, entre outros – são recuperadas para que possamos nos manter fidedignos ao pensamento original do autor e colocá-los em perspectiva com seu tempo e contexto. Naturalmente, em função do escopo estrito deste

psychoanalysis. Kluckhohn, and Harry Murray had not gone beyond defining a culture as a system of values and ideas. I thought I could do better, but I would have to begin to read the literature”.

trabalho, não há necessidade de expor extensivamente todos os grandes nomes da Antropologia e suas respectivas trajetórias; por isso, alguns dos mais representativos de cada movimento e momento histórico foram selecionados.

Um importante antropólogo e conhecido dos analistas do comportamento é Marvin Harris, possuidor uma obra interessante e com pontos de contato com a Análise do Comportamento, e algumas tentativas recentes de interface podem ser apreciadas em Leugi (2012), e Melo e de Rose (2012). Justamente por tal interface ser bastante explorada na literatura, buscamos dar espaço para outros possíveis diálogos.

Assim sendo, talvez a única afirmação inequívoca a ser feita em relação ao conceito de cultura é que não existe uma única forma de defini-lo. Tudo mais que possa ser dito a seu respeito é passível de contestação em diversos níveis e áreas de conhecimento e momentos históricos. Cuche abre sua exposição afirmando que “desde seu aparecimento, no século XVIII, a ideia moderna de cultura suscitou constantemente debates acirrados” (1996/2002, p. 11). Não muito diferente é o que se ouve de Laraia também no início de seu texto:

Mais de um século transcorrido desde a definição de Tylor era de se esperar que existisse hoje um razoável acordo com os antropólogos a respeito do conceito. (...) Mas, na verdade, as centenas de definições formuladas após Tylor serviram mais para estabelecer uma confusão do que para ampliar os limites do conceito (1986/2005, p. 27).

A trajetória do conceito de cultura é razoavelmente curta no curso da história. É sabido que já há muito tempo as pessoas se intrigam com o comportamento humano e também fazem conjecturas a respeito dos hábitos e costumes de seus povos (WHITE, 1975/2009). Entretanto, o estudo dos fenômenos culturais dentro de um paradigma científico é muito mais recente, datando fundamentalmente dos três últimos séculos da existência de nossa espécie – a despeito do longo período em que os diferentes hominídeos habitam a Terra – e de forma concomitante com a expansão das incursões colonizadoras europeias aos

novos mundos e seu contato com povos de lá nativos, muito diferentes tanto em aparência quanto em padrões comportamentais.

Esse contato com outros seres humanos levantava muito mais perguntas do que respostas aos europeus. Era preciso compreender e explicar a existência de sociedades completamente distintas das europeias em níveis de organização e interação com seus pares, e as comunidades verbais cristãs, detentoras de grande parte dos bens e do poder sobre as pessoas, apresentavam explicações definitivas e ideologicamente comprometidas com os propósitos de dominação e manutenção de seu poder enquanto grupo dominante. O advento do pensamento darwinista e a ascensão do método científico no decorrer do século XIX foram determinantes na alteração do modelo de explicação cristã para um entendimento evolucionista da existência de diferenças entre essas sociedades, à época tratadas pela alcunha de *primitivas, não civilizadas* (CUCHE, 1996/2002, itálicos adicionados).

Ainda assim, as ideias darwinistas de unidade biológica e origem comum entre os seres humanos e outros animais (DARWIN, 1859/2009) tardaram a ser um ponto pacífico na comunidade científica da época, mas se fizeram presentes nas primeiras formulações do conceito de cultura. Cuche afirma que a “noção de cultura é inerente à reflexão das ciências sociais. Ela é necessária, de certa maneira, para pensar a unidade da humanidade na diversidade além dos termos biológicos” (1996/2002, p. 9). Essa questão da unidade e diversidade tornou-se um dilema que consistia em explicar como se dava tamanha diversidade entre os diferentes povos humanos, a despeito de sua suposta unidade biológica evolutiva. Embora possa parecer simples nos dias atuais, era um problema complexo para a ciência à época, quando as teorias evolutivas darwinistas ainda ganhavam terreno e a postura colonizadora das potências internacionais precisava de motivos que a justificasse. Ao tratar do tal dilema, as incipientes Etnologia e Sociologia trouxeram à luz o conceito de cultura.

O que se seguiu foi uma série de tentativas, pioneiras para esse momento histórico, de definir cultura e de propor métodos de estudo dos fenômenos culturais, ou melhor, de análise das civilizações tomadas como “inferiores” e exploradas pelos povos europeus. O tema era e foi tratado por muito tempo como uma forma de diferenciação entre civilizações ditas “cultas” e civilizações ditas “primitivas” ou atrasadas. A Alemanha foi um local onde tais propostas floresceram, também por conta de sua configuração geográfica e política à época, carecendo de uma unidade cultural. No caso particular da França, em que a Sociologia despontou e a Etnologia era vista como sua subordinada, o termo empregado era *civilização*. A missão civilizatória colonial francesa e a rivalidade com a Alemanha bloquearam o aparecimento do conceito científico de cultura – independente do termo civilização – até meados dos anos sessenta, estimulado por uma crescente e já mais independente Etnologia (CUCHE, 1996/2002).

Em seu *O que é cultura*, dos Santos (1983/2006) nos lembra de que o processo de questionamento e evolução das práticas culturais “não produziu uma definição clara e aceita por todos do que seja cultura. Por cultura se ‘entende muita coisa’” (p. 21), e o risco de nos confundirmos com seus diversos significados é alto. Não é raro a palavra cultura ser tomada por atividades sociais como estudo, educação e formação escolar, e mesmo cerimônias tradicionais, lendas, crenças de um povo ou modo de se vestir, distantes de uma definição científica, o que torna ainda mais necessário que o uso que será feito do termo neste trabalho e em qualquer outro contexto para fins explicativos seja bem delimitado. Conforme anunciado na apresentação desta seção, não é nosso objetivo um exame exaustivo da evolução do conceito de cultura; portanto, seguimos com alguns nomes importantes para o desenvolvimento do conceito, sob controle da literatura selecionada.

Grande nome da Antropologia britânica e primeiro titular de uma cadeira de Antropologia no Reino Unido, Sir Edward Burnett Tylor, em 1871 propôs pela primeira vez

o conceito de cultura, tomando de empréstimo dos estudiosos alemães a palavra *kultur* e adaptando para o inglês. Com suas palavras (1871/2005):

Cultura ou Civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade. A situação da cultura entre as várias sociedades da humanidade, na medida em que possa ser investigada segundo princípios gerais, é um tema adequado para o estudo de leis do pensamento e da ação humana (p. 31).

O contexto no qual o autor se encontrava era de valorização das ciências naturais. O entendimento de que a natureza era uma grande unidade, suas leis fixas e imutáveis, “a sequência definida de causa e efeito ao longo da qual todo fato depende do que se passou antes dele e atua sobre o que vem depois” (p. 31) eram tópicos emergentes e impossíveis de serem ignorados no estudo dos fenômenos naturais. Embora fossem noções gerais aplicáveis a fenômenos e processos humanos mais triviais, o autor salienta uma dificuldade para aplicá-las no estudo dos “mais altos processos do sentimento e da ação humana – de pensamento e linguagem, conhecimento e arte” (p. 32), e faz uma afirmação que talvez pudesse ser feita ainda hoje em determinadas comunidades verbais, mesmo alguns setores das humanidades¹⁴:

Como um todo, o mundo está mal preparado para aceitar o estudo da vida humana como um ramo da ciência natural e para, num sentido amplo, seguir a exigência do poeta de "considerar a moral como as coisas naturais" (p. 32).

Segundo Laraia (1986/2005), a proposta de Tylor era pautada em um evolucionismo condizente com sua época. Não se tratava de adotar completamente um evolucionismo

¹⁴ Não seria muito difícil encontrar afirmações parecidas por parte de relevantes cientistas preocupados com o estudo do comportamento humano. Para não nos atermos ao exemplo óbvio do analista do comportamento, que muito provavelmente elegerá o comportamento como objeto de estudo e sobre ele se debruçará, vale a pena ouvir o proeminente biólogo Ernst Mayr em passagem sobre o tema:

Um entendimento da biologia humana deveria ser um componente necessário e inseparável do estudo das humanidades. A psicologia, antes classificada dentro das humanidades, hoje é considerada uma ciência biológica. Como alguém pode escrever qualquer coisa nas humanidades, seja na história, seja na literatura, sem um entendimento considerável do comportamento humano? (MAYR, 1997/2008, p. 65)

biologizante, mas algumas evidências etnográficas, como a presença de características semelhantes em diferentes povos e em lugares e contextos muito distintos ao longo dos continentes, levaram a noções de que o desenvolvimento psicológico da espécie seria linear e governado por causas e leis comuns, embora desigual em aspectos cronológicos, o que seria explicável por desigualdades nos processos históricos.

Franz Boas (1896/2005) traz alguns exemplos dessas evidências, embora em tom crítico que será explorado mais adiante. A estrutura familiar patriarcal, o surgimento do fogo e do arco, a estrutura gramatical semelhante entre diferentes línguas, traços étnico-culturais de tribos diferentes e isoladas, a ideia de uma vida futura, um mesmo xamanismo subjacente como prática religiosa, são elementos que sugeririam que “as noções metafísicas do homem podem ser reduzidas a poucos tipos que têm distribuição universal; o mesmo ocorre com relação às formas de sociedade, leis e invenções” (p. 26). O fato de esses povos estarem muitas vezes isolados uns dos outros no espaço e no tempo seria um argumento a favor da inexistência de uma origem histórica comum, fortalecendo para os evolucionistas o argumento adicional de que teriam se desenvolvido independentemente.

Tal ideia culminou com a noção de evolução cultural linear, que ocorreria em um contínuo do povo mais “primitivo” ao mais “desenvolvido”. Com Tylor (1871/2005):

Se selecionarmos assim coisas que pouco se alteraram no longo curso dos séculos, podemos desenhar um quadro em que estarão, quase lado a lado, um lavrador inglês e um negro da África Central. (...) Para o presente propósito, parece tanto possível quanto *desejável* eliminar considerações de variedades hereditárias, ou raças humanas, e tratar a humanidade como homogênea em natureza, embora situada em diferentes graus de civilização (p. 34-35, grifo nosso).

Preocupado com esses aspectos objetivos e as similaridades importantes entre diferentes povos, o autor apresentava em sua obra um raro traço de relativismo para seu contexto evolucionista e expansionista, mostrando-se muito cuidadoso em suas interpretações e rejeitou a noção de civilização como central para a pesquisa etnológica.

Uma vez colhidas informações suficientes, seria possível para Tylor (1871/2005) ao menos grosseiramente comparar diferentes estágios culturais:

(...) estágios de cultura podem ser comparados sem se levar em conta o quanto tribos que usam o mesmo implemento, seguem o mesmo costume ou acreditam no mesmo mito podem diferir em sua configuração corporal e na cor de pele e cabelo. Um primeiro passo no estudo da civilização é dissecá-la em detalhes e, em seguida, classificá-los em seus grupos apropriados (p. 34).

Nome fundamental para a história da Antropologia e que, especialmente por algumas implicações de sua noção de cultura é importante para o desenrolar deste trabalho, é Franz Boas. Alemão radicado nos Estados Unidos, Boas é o pioneiro da chamada Antropologia Culturalista americana. Tal movimento é marcante do ponto de vista da formação da ciência antropológica, uma vez que se propôs fundamentalmente a negar uma série de pressupostos e métodos que eram praticados por nomes como Tylor e Morgan, evolucionistas comparativos, bem como trouxe novos caminhos para o estudo dos chamados fenômenos culturais (CUCHE, 1996/2002; LARAIA, 1986/2005).

Uma importante característica da obra de Boas, segundo Cuche (1996/2002), é o constante combate ao método reinante na Antropologia de seu tempo, o método comparativo. Um exame mais cuidadoso de alguns de seus textos clássicos demonstrará a preocupação do autor com as limitações desse método, bem como das conclusões dele decorrentes, ideias expoentes da ciência antropológica então reinante e presentes em maior ou menor grau na obra de Tylor.

Em um de seus textos fundantes, *As limitações do método comparativo*, Boas (1896/2005) elencou várias dessas limitações e apontou a necessidade do desenvolvimento de uma nova forma de investigação antropológica capaz de atender à demanda por evidências historicamente consistentes. Segundo o autor, “as ideias não existem de forma idêntica por toda parte: elas variam” (p. 27), e o material acumulado teria sido suficiente

para mostrar que as causas dessas variações são tanto externas, ou ambientais em um sentido mais amplo, quanto internas, ou seja, condições psicológicas.

O autor também aponta as implicações de se assumir – imprudentemente, a seu ver – causas comuns para variações independentes. Em outras palavras, dizer que os fenômenos ocorrem de forma semelhante em contextos muito distintos é dizer que suas causas são as mesmas e que o desenvolvimento é uniforme, o que implica, segundo Boas, em outra generalização ainda mais difícil de comprovar, a de que a mente¹⁵ humana obedece às mesmas leis em todos os lugares. A falha definitiva desse tipo de pesquisa, para Boas, é a impossibilidade de comprovar tais afirmações, já que o desenvolvimento histórico demonstra que fenômenos e processos culturais podem chegar a um ponto muito semelhante através de caminhos diferentes e, portanto, a real pergunta a ser feita é “*como* desenvolvimentos culturais tão frequentemente levam aos mesmos resultados?” (1896/2005, p. 30, grifo nosso).

De suas críticas decorrem uma proposta de um programa de pesquisa e de um novo objetivo para a Antropologia, a saber: o “objetivo de nossa investigação é descobrir os processos pelos quais certos estágios culturais se desenvolveram” (p 33). Para Boas

¹⁵ Façamos um exercício simples de trocar palavras e tomemos a seguinte afirmação de Boas:

(...) é prova de que a mente humana obedece às mesmas leis em todos os lugares. É óbvio que essa generalização não se sustentaria, caso desenvolvimentos históricos diferentes pudessem conduzir aos mesmos resultados (1896/2005, p. 29).

Se trocarmos o termo “mente” pelo termo “comportamento”, teremos a seguinte expressão: (...) é prova de que o comportamento humano obedece às mesmas leis em todos os lugares. É óbvio que essa generalização não se sustentaria (...). Embora fosse um equívoco conceitual trocar os termos a despeito de seu contexto, pois possuíam certamente significado distinto, não deixa de ser curioso observar o posicionamento do autor sobre o tema. Mais adiante, já em um momento histórico cujo comportamentalismo – watsoniano, é verdade – já era conhecido, ele chega a mencionar as contribuições e a importância de uma psicologia experimental:

“O desenvolvimento da psicologia fez surgir novos problemas, levantados pela diversidade de grupos sociais e raciais da humanidade. A questão das características mentais das raças – que num período anterior havia-se tornado objeto de discussão com métodos inteiramente inadequados, em grande medida estimulados pelo desejo de justificar a escravidão – foi retomada com as técnicas mais requintadas da psicologia experimental. Atualmente tem-se prestado particular atenção ao status mental do homem primitivo e da vida mental sob condições patológicas. Os métodos da psicologia comparativa não se restringem apenas ao homem: muita luz se pode lançar sobre o comportamento desenvolver uma psicologia genética” (1932/2005, p. 88).

(1896/2005), uma mera descrição dos costumes e crenças em si mesmos, com a finalidade de compará-los, não constitui a finalidade de uma pesquisa antropológica, embora importante, mas sim “as razões pelas quais tais costumes e crenças existem – em outras palavras, desejamos descobrir a história de seu desenvolvimento” (p. 33).

Decorre que uma das razões pelas quais Boas ficou na história foi por sua contribuição metodológica, orientada para uma pesquisa indutiva e intensiva de campo. Seu método é o método indutivo de investigação histórica, que pode levar a três resultados as investigações por ele conduzidas. Pode revelar condições ambientais que criaram ou modificaram elementos de uma cultura; pode esclarecer fatores psicológicos atuantes em sua configuração, e pode também nos mostrar efeitos das conexões históricas sobre o desenvolvimento dessa cultura. Seu objetivo é o desvelamento dos processos históricos de desenvolvimento dos hábitos, crenças e costumes dos povos, para além de “amarrar fenômenos na camisa de força de uma teoria” (1896/2005, p. 34).

Segundo Cuche (1996/2002), “ao contrário de Tylor, de quem ele havia, no entanto, tomado a definição de cultura, Boas tinha como objetivo o estudo “das culturas” e não “da Cultura¹⁶” (p. 42). De fato, não é difícil compreender tal afirmativa, que parece uma consequência natural de seus posicionamentos. Esta perspectiva, a noção boasiana, ficou conhecida como particularista, e para ela cada cultura forma um todo coerente e funcional, embora o próprio Boas não se permitisse dar uma descrição extensa e muito especulativa, pois afirmava que somente o estudo detalhado de costumes em sua relação com a cultura total do grupo que os pratica, conjuntamente com uma investigação geográfica também dos grupos vizinhos, nos propiciariam condições para uma avaliação processual, histórica e psicológica de seu desenvolvimento.

¹⁶ O posicionamento de Boas em relação à existência de diferentes culturas, ao invés do universalismo Tyloriano do estudo da Cultura, é uma boa alternativa de justificativa para se pensar a tensão entre a sobrevivência das culturas versus a sobrevivência da Cultura na prescrição de Skinner, problema central para o presente trabalho. Voltaremos a ela mais adiante.

A noção multilinear de cultura de Boas consistiu em uma inovação cultural fundamental. Para além da superação do evolucionismo unilinear, Cuche (1996/2002) aponta que toda a obra de Boas é uma maneira de pensar a diferença. “Para ele, a diferença fundamental entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial” (p. 40). Esta é uma diferença importante na medida em que o europeu começou a olhar para o diferente de uma forma menos etnocêntrica, ou seja, as possibilidades de organização social que diferem do Velho Mundo não eram imediatamente desvalorizadas – ao menos em algumas práticas antropológicas e científicas – e sim começaram a ser entendidas como um todo coerente e funcional. Devemos a Boas, portanto – embora não tenha sido o primeiro a usar o termo, mas, influenciado por sua origem e formação alemãs e sua noção particularista de cultura – a origem do relativismo na antropologia como um método. É fundamental não confundirmos o relativismo enquanto método de investigação, enquanto postura metodológica, com o relativismo cultural enquanto instrumento ético, de julgamento de valores. Tomado enquanto uma postura metodológica, o método preconiza uma atitude desprendida do pesquisador em relação ao seu objeto, à diferença, mas não a ponto de relativizá-la e justificar atitudes opressoras e indiferentes para com o outro, postula que devemos estudar uma cultura sem qualquer tipo de *a priori*, sem enquadrá-la em categorias preconcebidas. Somente o exame metódico de um sistema cultural por dentro dele mesmo poderia chegar ao fundo de sua complexidade.

A respeito disso, Cuche aponta seus problemas centrais na conclusão de seu livro (CUCHE, 1996/2002). Sobre esse tema, Santos (1983/2006), tal como outros autores no campo, faz uma crítica aos modelos predominantes de explicação da cultura, mas seu principal alvo é o relativismo cultural. Para ele, a relativização total do estudo das culturas desvia a atenção de perguntas importantes sobre a natureza das variações e regularidades encontradas nos processos evolutivos, além do papel da produção material na história da

humanidade. Em outras palavras, a tentativa de olhar para os traços de uma cultura “por dentro”, bem como a relativização de suas características e do background do pesquisador, acabam por camuflar os processos históricos de relação intercultural, bem como suas consequências marcantes. Para exemplificar, o autor aponta que enquanto as ciências sociais dos países capitalistas elaboravam teorias relativistas da cultura, “sua civilização avançava implacavelmente, conquistando e destruindo povos e nações, tendo como instrumento uma capacidade de produção material que não é nem um pouco relativa” (p. 17).

Seu ponto é que a produção científica não pode prescindir dos aspectos políticos históricos, que, em última análise, consistem em povos mais poderosos (em termos bélicos) invadindo, subjugando e dominando povos mais fracos (embora não seja do interesse de muitas culturas se organizarem belicamente). Para além das relações de hierarquia entre diferentes culturas, o autor problematiza as relações de dominação em uma mesma sociedade, para ele vivemos em uma sociedade constituída de uma classe dominante, cujos interesses prevalecem, e mais, ao relativizar os critérios culturais existentes em seu interior, “acabaríamos por justificar as relações de dominação e o exercício tradicional do poder: eles também seriam relativos” (SANTOS, 1983/2006, p. 20).

O alarme de Santos faz eco às considerações de Cuhe (1996/2002, p. 238-241) sobre o tema, é fundamental e não podemos perder de vista as relações de controle entre as pessoas que compõem as culturas, especialmente camufladas em prol do bem de agências de controle específicas, compostas majoritariamente por setores das classes dominantes.

Ainda uma palavra neste momento sobre a relevância de Boas e da importância do relativismo metodológico nos levam a 1931, mais precisamente a uma conferência que proferiu na condição de presidente da *American Anthropological Association*, intitulada *Raça e Progresso*. Durante essa conferência, em meio a um período em que vivia o segregacionismo estadunidense e o desenvolvimento e implementação do Reich nazista e do

fascismo italiano, o antropólogo rechaçou toda e qualquer possibilidade de valorização científica de diferenças raciais existentes entre os homens, bem como questionou a utilidade do próprio conceito de raça – o que vemos politicamente como um tradicional instrumento de opressão e segregação. Para o autor, tais diferenças genéticas eram superficiais no que diz respeito à explicação do comportamento e das capacidades dos homens, inclusive inconsistentes do ponto de vista biológico, tendo em vista que em uma mesma população as diferenças eram consideráveis e, portanto, não haveria sentido um agrupamento em termos raciais. Boas afirmou que as variáveis mais importantes eram geográficas e as condições sociais em que essas pessoas viviam, e que apenas essa leitura possibilitaria avanços políticos, econômicos e sociais. A possível finalidade seria a redução da brutal desigualdade social (BOAS, 1931/2005).

Contemporâneo de Boas, Bronislaw Malinowski, polonês formado na área das ciências exatas e preocupado com o rigor metodológico que lhes é característico, também possui papel de destaque na história da Antropologia e é o principal proponente do modelo que ficou conhecido como funcionalista. Em sua obra teórica mais bem delimitada, *Uma Teoria Científica da Cultura*, o autor traça linhas gerais sobre o desenvolvimento da disciplina e nos apresenta suas visões a respeito de seu objeto de estudo. Com Malinowski (1948/1970):

A tarefa do investigador da pré-história e do arqueólogo é reconstruir a plena realidade viva de uma cultura do passado a partir da evidência parcial, limitada e remanescentes materiais. O etnólogo, por sua vez, que use a evidência de culturas primitivas atuais e mais adiantadas, a fim de reconstruir a história humana em termos seja de evolução ou difusão, pode basear seus argumentos em dados científicos exatos apenas se compreender o que é realmente cultura (p. 15).

E sobre o papel da etnografia e o objeto da antropologia enquanto ciência:

Finalmente, o investigador etnográfico não pode observar, a menos que saiba o que é relevante e essencial e esteja, desse modo, capacitado a desprezar os acontecimentos estranhos e fortuitos. Em consequência, a cota científica em todo trabalho antropológico consiste na teoria da cultura, com

referência ao método de observação de campo e à significação da cultura como processo e produto (p. 15)

Muito mais preocupado com o estudo científico da cultura do que elucubrações filosóficas a respeito – ainda que as valorizasse –, Malinowski empenhou-se em delimitar bem o chão em que pisava, trazendo contribuições para uma definição de ciência que acreditava ser importante para o progresso da área, e que serviriam como alicerces nos quais se fundam sua definição de cultura. Foi mais adiante e acreditou na importância de uma base científica objetiva comum a todas as “humanidades”, como se referia às ciências humanas e sociais. Delegava esse papel também à Antropologia, com o método etnográfico e a observação participante como atores fundamentais.

Para o referido desenvolvimento de uma “ciência da civilização” (p. 45), Malinowski (1948/1970) insistiu na necessidade de que “o antropólogo e seus colegas humanistas concordem sobre o que é a unidade definida na realidade cultural concreta” (p. 45). O próximo passo seria a criação de alguns princípios universalmente válidos de ação institucional, de modo que as investigações empíricas e teóricas convergissem para um caminho conjunto.

Sua definição de cultura é muito influenciada por sua visão de ciência, ainda na primeira metade do século XX, e mais precisamente por sua adoção do método científico enquanto modo adequado de investigação, explicação e compreensão da realidade. Com um capítulo dedicado a tratar explicitamente uma definição mínima e seu uso da palavra “ciência”, o autor aponta a instabilidade e o descrédito social que sofriam as “humanidades” à época, responsáveis por conclusões com pouca credibilidade, comparadas à hipertrofia das ciências naturais e seus resultados na Física, Química entre outras disciplinas. “Num campo inteiramente novo de investigação como a cultura, é perigoso pedir emprestado os métodos de uma das disciplinas mais velhas e mais bem fundadas” (p. 23), e a investigação cuidadosa

deve ser capaz de “estabelecer leis gerais e conceitos que consubstanciem tais leis” (MALINOWSKI, 1948/1970, p. 23).

Já que a cultura precisaria ser examinada a partir da realidade empírica, com métodos objetivos e com observação sistemática, não espanta que Malinowski (1948/1970) afirme que “a teoria da cultura deve tomar sua posição baseada no fato biológico” (p. 42). Ele se justifica afirmando que o ser humano é uma espécie animal, cujas condições de vida passariam sem exceção por necessidades básicas de sobrevivência (necessidades nutritivas, reprodutivas e higiênicas da humanidade), continuação da raça e manutenção do conjunto das condições de funcionamento do grupo; tais condições seriam indissociáveis à existência humana e configurariam um ambiente natural, ou um primeiro ambiente. O engajamento na satisfação e resolução dessas necessidades básicas humanas seria justamente a criação de um segundo ambiente, artificial, “que não é mais nem menos do que a cultura propriamente dita” (MALINOWSKI, 1948/1970, p. 43).

Para chegarmos a seu conceito de cultura é imprescindível uma visita aos princípios de *função* e *organização*, e nada melhor do que deixar o próprio autor falar a seu respeito: “A análise apenas esboçada, na qual tentamos definir a relação entre uma realização cultural e uma necessidade humana, básica ou derivada, pode ser denominada funcional” (MALINOWSKI, 1948/1970, p. 44).

Onde *função* é:

(...) a satisfação de uma necessidade por uma atividade na qual os seres humanos cooperam, usam artefatos e consomem bens (p. 44).

Ainda sobre o conceito de função e seus desdobramentos, o autor afirma que postular a função de uma cultura implica em outro princípio que tem direta relação com os comportamentos culturais, que seria a *organização*:

A fim de realizar qualquer objetivo, atingir qualquer fim, os seres humanos têm de se organizar. (...) a organização implica um esquema ou estrutura muito definido, do qual os principais fatores são universais, porquanto são

aplicáveis a todos os grupos organizados, os quais, por sua vez, na sua forma tópica, são universais para toda a espécie humana (MALINOWSKI, 1948/1970, p. 44).

Em outras palavras, podemos entender *organização* como uma forma de se comportar conjuntamente, cuja *função* é garantir a satisfação das necessidades básicas humanas, de modo que tal interação é responsável pela criação de necessidades adicionais, quais sejam aquelas criadas ao Humano por sua interação na cultura propriamente dita. Malinowski ainda faz menção a um terceiro termo que adota quando se refere a diferentes formas de organização humana, que é o termo *instituição*. Por instituição ele se refere a uma série de valores sobre os quais há concordância e que configuram e constituem muitas formas de organização humana, situando-os em uma relação definida uns com os outros e em relação a uma parte física específica de seus ambientes naturais e artificiais. Alguns dos exemplos utilizados pelo autor são princípios de uma carta magna que controlam comportamento de um grupo, assim como normas de sua associação ou do mandato que ocupam, mas um exemplo mais palpável é o *kula*, sistema de trocas cerimoniais intergrupais e interinsulares de braceletes e colares rituais no Sudoeste da Melanésia, descrito exaustivamente em seu famoso trabalho etnográfico *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922/1976)¹⁷.

Após esse breve exame inicial de alguns dos principais termos do alicerce teórico de Malinowski, é possível apresentarmos sua definição de cultura conforme aparece em sua obra de forma explícita:

A cultura é um conjunto integral de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas. Ela se integra à base de uma série de princípios, tais como: a comunidade de sangue, por meio da procriação; a contiguidade espacial, relacionada à cooperação; a especialização de atividades; e, por fim, mas não menos importante, o uso do poder na organização política (MALINOWSKI, 1948/1970, p. 46).

¹⁷ Para uma exposição mais extensa do conceito por Malinowski, ver *Uma Teoria Científica da Cultura*, de 1948 e disponível em edições traduzidas para o português.

O processo cultural se dá pela manutenção das instituições e sua constante revitalização e atualização, através de dois elementos principais: o tempo, e o surgimento de novas necessidades. Todos os processos evolucionários se dão, para Malinowski (1948/1970), de forma institucional e através do tempo. Mas o detalhe mais importante e que não pode ser negligenciado é que “nenhuma invenção, nenhuma revolução, nem mudança social ou intelectual, jamais ocorre, exceto quando são criadas novas necessidades” (p. 47). Tais necessidades proporcionariam a oportunidade de novos artifícios de técnica, de conhecimento ou de crença serem adaptados ao processo ou a uma instituição cultural.

Assim como Boas, alguma coisa incomodava Malinowski na abordagem dos seus contemporâneos antropólogos. O primeiro combateu fortemente o evolucionismo linear e a tentativa de estancar o processo cultural e histórico. O segundo também se preocupava com as tendências evolucionistas lineares – assim como as difusionistas – cada uma por razões distintas da outra. Malinowski acentuou a necessidade de pesquisas históricas e evolutivas, mas acrescentou que apenas como uma teoria das instituições, ou seja, uma análise concreta dos tipos de organização, a Antropologia científica poderia proporcionar as bases científicas que, segundo ele, careciam aos estudos evolutivos e históricos (MALINOWSKI, 1948/1970).

Para além da validação empírica e científica, Malinowski atacou as pesquisas particularistas, mais especificamente os difusionistas, cujos estudos sobre costumes e crenças começaram a se dar de forma isolada de seu contexto e, portanto, não levavam em conta as relações funcionais do todo integrado que, segundo o antropólogo, formariam a cultura. Tal posicionamento demandaria um conhecimento profundo das relações entre as necessidades dos nativos e as formas de organização por eles desenvolvidas, o que tornou Malinowski um ferrenho defensor da imersão na cultura do outro, e da descrição quase como que na figura do próprio autóctone através do método de investigação etnográfico por

ele sistematizado e batizado de observação participante. Em outras palavras, era preciso mergulhar na língua e no cotidiano do povo estudado para que as interações fizessem um sentido próximo àquele que tinham para o nativo, através de uma observação detalhada das inter-relações (CUCHE, 1996/2002) “Deste ponto de vista a cultura não nos aparecerá como uma ‘colcha de retalhos’, como tem sido descrita até muito recentemente por um ou dois antropólogos competentes” (MALINOWSKI, 1948/1970, p. 44).

Uma diferente perspectiva, chamada cultura e personalidade, com expoentes como Edward Sapir e Ruth Benedict, com interesse na contribuição de outras disciplinas, em especial a Psicologia e a psicanálise, tem como objeto principal de análise a interação entre as diferentes estruturas de personalidade e as diferentes culturas. Tal perspectiva possui caráter psicologizante, num sentido utilizado pelos próprios antropólogos à época, tanto por sua ênfase nas relações simbólicas que formam a teia cultural, quanto por localizá-las na mente humana, de modo que sua concepção de cultura passa diretamente pelas relações simbólicas, fruto das diferentes estruturas da personalidade do indivíduo (CUCHE, 1996/2002).

Com o passar do tempo e o avanço no campo da Antropologia e das outras “humanidades”, para emprestar o termo de Malinowski, novas questões se fizeram presentes e impossíveis de serem ignoradas. As mudanças sociais vigentes, como as grandes imigrações, crises nacionais e as duas grandes guerras, foram acontecimentos suficientes para que a humanidade acompanhasse tanto a destruição quanto o nascimento de um sem número de outras formas de organização social. Países antigamente colonizados tornaram-se autônomos, várias comunidades locais (e também cidades e regiões inteiras, como as no Japão atingido pelas bombas nucleares) foram completamente destruídas.

Com Cucho (1996/2002):

É inegável que a reflexão sobre a noção de cultura se aprofundou ao se concentrar no estudo das culturas singulares e no estudo dos princípios

universais da cultura. Mas seria preciso a abertura de um novo campo de pesquisa sobre os processos da chamada ‘aculturação’ para que um novo avanço teórico se produzisse (p. 109).

Os antropólogos até então estudavam, evidentemente, processos de mudança, mas estes se limitavam às difusões entre as culturas, e aqueles recortes de estudo eram, em linhas gerais, estados terminais de um longo processo de troca entre diferentes culturas, de modo que suas dimensões contínua e processual, ou seja, seu acontecimento efetivo ao longo do tempo acabava um tanto inexplorado (CUCHE, 1996/2002).

Um dos fatores levantados por Cucho para uma possível explicação dessa falta de engajamento em estudos sobre os processos de “mistura” ou miscigenação cultural é o repetido interesse pelos povos e culturas chamados de “primitivos”, o que costumava ser uma referência aos indígenas. Muito influenciada pelos movimentos evolucionistas, a Antropologia ficou muito restrita às culturas intocadas pelo europeu, consideradas “puras”. Essa pureza só se justificaria sob o prisma da evolução cultural linear, e mesmo a multilinear em alguma medida, mas principalmente a primeira, em que se imaginava que essas culturas primitivas seriam o estado primevo menos complexo da humanidade, até mesmo um ideal – no sentido idealista – estado natural. Com os avanços teóricos em direção ao particularismo e ao difusionismo, essa concepção de cultura primitiva perdeu força – conforme vimos anteriormente, outras concepções foram surgindo, em especial as particularistas e também funcionalistas – e alguns antropólogos, principalmente dentro dos Estados Unidos e da linha boasiana culturalista, voltaram-se para o exame das culturas de seu próprio tempo e em seu estado atual. O país foi um local propício como berço desses movimentos, já que se encontrava em efervescência política e cultural fruto de imigrações de diferentes etnias, por exemplo, os negros de origem africana, os chamados latinos de diferentes regiões como Cuba, Costa Rica, El Salvador, entre outros, bem como os italianos (CUCHE, 1996/2002).

O salto teórico recai sobre o conceito de *aculturação* e suas implicações. Definida de forma generalista, *aculturação* significa processos de troca, fatos de contato, interação entre diferentes culturas¹⁸. Apesar de não ser uma palavra inteiramente nova, a primeira proposição conceitual formal se dá em 1936, com o *Memorando para o Estudo da Aculturação*, redigido por Robert Redfield, Ralph Linton e Melville J. Herskovits, que o definem mais precisamente por:

A aculturação é o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos culturais iniciais de um ou de ambos os grupos (p. 149, tradução nossa)¹⁹.

Cuche (1996/2002) salienta a precisão do termo, introduzido por Herskovits, Linton e Edfield, cujo prefixo “a” e sufixo “ação” destacam a dinamicidade do fenômeno, um processo em vias de realização e muito longe de estar finalizado.

A grande contribuição dos estudos sobre os processos de *aculturação* é a afirmação de que não podemos tomar aspectos isolados de uma cultura em relação com outras, simplesmente porque a mudança não se dá de forma pontual. Para além dos efeitos imediatos e mais visíveis – como a incorporação de símbolos típicos de uma, que podem ser de dominação comercial ou ideológica, por exemplo – o chamado efeito dominó é inevitável e é muito difícil prever quais serão as próximas “peças a tombar”, ou subprodutos da interação a longo prazo. Ao mesmo tempo, combate-se a ideia de natureza e são enfatizadas as transformações inevitáveis em que o novo é sempre o resultado final, ainda que possa vir a ser semelhante ao antigo em alguma medida (CUCHE, 1996/2002; LARAIA, 1986/2005).

¹⁸ Não podemos confundir *aculturação* com *difusão*. *Difusão* é um dos processos de interação cultural, de modo que o contato entre as culturas implica em *difusões* de padrões de comportamento, como crenças, hábitos, formas de organização, entre outros. *Aculturação* é mais um processo de interação cultural, cujos resultados podem convergir com os processos *difusionistas*, mas não necessariamente (CUCHE, 1996/2002).

¹⁹ “Acculturation comprehends those phenomena which result when groups of individuals having different cultures come into continuous first-hand contact, with subsequent changes in the original cultural patterns of either or both groups”.

Em outras palavras, muito além da síntese de dois elementos culturais em interação, o resultado é sempre um terceiro elemento, diferente dos dois anteriores, e não apenas uma fusão de ambos, conservando suas supostas características originais. Essa visão interacionista de certa forma é um contraponto à busca de particularistas e funcionalistas, ainda que expressa de forma distinta por ambos – a busca por elementos culturais originais após a mudança, para os primeiros, a busca de universais e naturais de todas as culturas, para os segundos. Além do mais, parece coerente com uma interpretação behaviorista radical, na medida em que entende que a recombinação de elementos culturais se dá por meio do contato entre as pessoas, se comportando como o fazem em suas próprias culturas, e produzindo repertórios novos, distintos em alguma medida daqueles que apresentavam anteriormente.

Junto das descrições teóricas, Cuche (1996/2002) e Laraia (1986/2005) apontam algumas limitações das teorias da aculturação, principalmente por serem filhas do culturalismo americano e, como ele, acabarem se concentrando demais em certos traços e aspectos culturais tomados isoladamente, a despeito de o próprio Boas ter chamado a atenção para a necessidade de entender a unidade de uma cultura em termos de funcionamento.

A evolução histórica da disciplina e os novos rumos de investigação levaram os antropólogos a um exame crítico das já existentes definições de cultura. Em concordância com Laraia (1986/2005), “uma das tarefas da antropologia moderna tem sido a reconstrução do conceito de cultura, fragmentado por numerosas reformulações” (p. 59). No capítulo 5 de seu livro, chamado “teorias modernas da cultura”, o autor comenta brevemente tais rumos da disciplina, lançando mão de categorias por meio das quais esclarece algumas dessas definições trabalhadas por autores contemporâneos.

A primeira categoria contém teorias que definem a cultura como um *sistema adaptativo*, com alguns expoentes como Leslie White, Marvin Harris, Marshall Sahlins, entre outros. Já a segunda pode ser compreendida como teorias idealistas da cultura, com pelo menos três subdivisões possíveis, a saber, as que consideram a cultura como um *sistema cognitivo*, com nomes como Ward Goodenough; as que consideram a cultura como um *sistema estrutural*, cujo principal expoente é Claude Lévi-Strauss, destacado pesquisador e talvez um dos principais antropólogos da história; e, por último, mas não menos importante, as que consideram a cultura como *sistemas simbólicos*, cujo principal nome é Clifford Geertz (LARAIA, 1986/2005).

Por conta das características de alguns dos autores caracterizados como teóricos idealistas da cultura, em especial os chamados *sistemas cognitivos*, não nos deteremos em suas contribuições. Esse movimento, assim como a obra de Lévi-Strauss, possui forte influência de áreas da Linguística, em especial estruturalista, como a linguística componencial e descritiva, e Laraia (1986/2005) afirma seu caráter subjetivista, já que sua definição de cultura é internalista. Para eles, a cultura está na mente dos homens, rejeitando qualquer definição anterior em termos de realidade material. Nossa opção se dá fundamentalmente pela incompatibilidade evidente em relação ao Behaviorismo Radical.

Na primeira categoria, devido à impossibilidade de cobrirmos todos os autores citados, dedicaremos um espaço às posições de Leslie White. O estadunidense, professor de várias universidades ao longo de sua carreira e diretor por muitos anos do Departamento de Antropologia da Universidade de Michigan, traz contribuições interessantes para o campo dos estudos culturais.

No curso do desenvolvimento da espécie, é notadamente incerto o momento específico no qual o hominídeo tornou-se *homo sapiens*, ou mais especificamente a Humanidade que hoje conhecemos. White (1975/2009) aponta que, durante eras, a

capacidade de simbologizar amadureceu no interior do processo de evolução neurológica, até o momento em que o patamar necessário foi alcançado: “a capacidade deixou de ser potencial e realizou-se no mundo real” (p. 21), possivelmente tal e qual a água se aquece gradualmente, até o ponto em que se transforma repentinamente em outra coisa, o vapor.

Mas antes de prosseguir, é forçosa a pergunta: o que é *simbologizar*? A proximidade com o verbo simbolizar engana, ao que uma série de equívocos conceituais inviabilizaria a compreensão mais adequada do conceito de cultura por White. Insatisfeito com os termos que designam os processos simbólicos na espécie humana, bem como convicto de que era preciso esclarecer aquilo que era exclusivamente humano neles, ou seja, processos que não pudessem ser observados em animais não humanos, o autor cunhou o termo *simbolante*, que “pode ser definido como um produto de simbologizar, ou uma coisa ou evento decorrente de simbologizar” (1975/2009, p. 12).

Por sua vez, *simbologizar* pode ser definido como “criar, definir e atribuir significados a coisas e acontecimentos, bem como compreender esses significados, que não são sensoriais. Portanto, simbologizar é um tipo de comportamento” (p. 12). Simbologização pode ser entendida, então, como essa classe de fenômenos, ou coisas, atos, sons, cores, entre outros, que são produto de um comportamento, fenômenos esses que constituem o material de todas as civilizações e culturas.

É a partir do advento dessa capacidade que, segundo White (1975/2009), iniciaram-se os processos de criação e constituição daquilo que podemos chamar de cultura. O autor afirma que começamos a criar culturas relativamente simples, mas com certo grau de completude, apresentando características que seriam comuns a todas as culturas posteriormente, como um discurso articulado, crenças expressas nesse discurso e nos costumes, atitudes convencionais, ferramentas, utensílios, ornamentos e possivelmente roupas. Em suma, surgia a Humanidade e com ela surgia a cultura, não existindo um sem o

outro, por definição. Sua definição de Humanidade, portanto, é dependente da capacidade de simbologização. A Humanidade e a cultura só existem conjuntamente, sendo definidos um em função do outro.

Agora é a vez de perguntarmos, o que é cultura? Ou “em que consiste a cultura? Genericamente, ela consiste em ideias, atitudes, atos e objetos” (p. 61). No decorrer de seu texto, White (WHITE, 1975/2009) apresenta uma definição mais específica:

Definimos cultura como a classe de coisas e eventos que dependem da simbologização, que são produtos da simbologização, considerada em um contato extrassomático (p. 58).

Esclarecidos o termo cunhado pelo autor e a importância que ele tem em sua definição de cultura, é possível compreender as diferenças mais específicas por ele enfatizadas entre o ser Humano e outros animais. Para White, a forma de organização social de outros animais, ao contrário do humano, é determinada filogeneticamente. Um dos exemplos por ele trazidos é o urso e sua constituição corporal, traço geneticamente herdado que é responsável em grande medida pela forma como se organizam. No caso, para além dos traços filogenéticos existe um número mais amplo de variáveis, de caráter cultural, e que interferem nas diferentes formas, caso de indígenas do continente norte americano, tribos africanas e sociedades europeias tradicionais, para citar alguns exemplos; outra questão é o uso de ferramentas, presente em vários animais e até testado experimentalmente, especialmente em primatas não humanos. Apesar de uma notável variabilidade e espontaneidade, o autor afirma que seu uso cumulativo e progressivo é uma exclusividade humana, enquanto que nos animais esse uso é descontínuo e esporádico. A diferença residiria na capacidade de simbologização, ou seja, de atribuir significado e criar novas formas de uso, junto das antigas (WHITE, 1975/2009).

O discurso articulado surge como a principal diferença, ou qualitativamente a mais significativa. White argumenta que a capacidade de manipular e utilizar conceitos *como*

conceitos é uma exclusividade do ser Humano e resultado de uma revolução evolutiva²⁰. A cultura surge, portanto, como uma forma de satisfazer as necessidades humanas e sua existência, e o discurso articulado permite uma grande variabilidade de formas de sua manifestação, aumentando a possibilidade de sobrevivência de seu grupo e da espécie (WHITE, 1975/2009).

Particularmente sobre sua definição do que é cultura, White (1975/2009) afirma que há três perguntas fundamentais a serem feitas: “como podemos explicar a origem da cultura?”; “quais são as funções da cultura?”; e “como podemos explicar as variações culturais em termos de tempo, espaço e povos?” (p. 32). Na tentativa de respondê-las, afirma que o organismo humano deve ser levado em consideração nas duas primeiras, mas é irrelevante para a terceira. Em outras palavras, só é possível responder as primeiras com um melhor conhecimento do ser Humano como animal, com suas características anatomofisiológicas, e esse papel tem sido cumprido pelas ciências biológicas, psicológicas em alguma medida, e pela Antropologia Biológica.

Especificamente no caso da terceira pergunta, ele faz questão de ser taxativo, “*o homem físico é necessário para que a cultura exista, mas não para explicar as variações dela*” (p. 35), o que equivale a dizer que a porção da Antropologia preocupada com as variações culturais pode prescindir dos problemas relacionados ao organismo humano e, aliás, deve, já que podem vir a ser um obstáculo. Uma situação trazida pelo autor para ilustrar tal argumento é o fato de que as características físicas do aparelho fonador e do

²⁰ A esse respeito, White cita um estudo de Charles Ferster, de 1964, *Arithmetic Behavior in Chimpanzes*, publicado na revista *Scientific American*, 120. Seu objetivo é explicitar que o comportamento “simbólico”, que ele prefere tratar como manipulação de signos, é resultado da manipulação do experimentador, pois os macacos apresentam tal comportamento apenas em ambiente controlado e ainda assim de forma limitada, como no caso também por ele citado do bebê criança e bebê macaco dos Kellog, de 1933, *The Ape and the Child*. Nas palavras de White, a capacidade de simbologização é exclusiva do ser humano, e tal aspecto diferencia as possíveis antropologias biológicas e a que ele veio a chamar de Culturologia. Embora a definição de cultura dele se apoie nos processos simbologizantes, pesquisas recentes na área de Etologia demonstram um alto grau de transmissão e criatividade no uso de ferramentas e no manejo da vida cotidiana em seus grupos, por parte principalmente de algumas espécies de macacos, como nos mostram Ottoni e Falótico (2014), embora tais capacidades não se limitem a primatas.

sistema nervoso de uma criança pouco importam quando se trata de explicar *porque* ela fala tal idioma. Com isso ele quer dizer que tal explicação é meramente cultural, ou seja, é fruto de sua exposição a ambientes linguísticos específicos, algo que independe de aspectos biológicos. De fato, quando aspectos biológicos entram em jogo para explicar características comportamentais, o percurso histórico demonstrou justificações inadequadas e desastres irreparáveis, como longos períodos de escravidão e talvez o mais fatídico, o holocausto promovido pelos alemães²¹. Sobre isso, White (1975/2008) afirma que “não há prova direta que apoie a teoria da superioridade biológica ou de diferenças biológicas, em termos de inferioridade e superioridade, na capacidade cultural. Pelo contrário (...)” (p. 40).

No que diz respeito aos ambientes, ou espaços geográficos, a posição do autor é a de que há diferentes culturas em locais muito semelhantes topograficamente – solo, clima, flora, fauna, e assim por diante, o que significa dizer que o ambiente geográfico é importante do ponto de vista das condições materiais em que vive uma sociedade, mas não necessariamente possibilita a afirmação de que dois povos distintos, vivendo em dois ambientes muito semelhantes, terão um estágio evolutivo igual. Por último e não menos importante, sobre a passagem do tempo, o autor afirma que no plano concreto ela é muito importante para a evolução cultural, mas não garante que mudanças ocorram. Em outras palavras, a passagem do tempo não é necessariamente a causa de mudanças em uma cultura, mas sim os processos internos e externos de intercâmbio entre seus membros e com outras culturas, que ocorrem *no tempo* (WHITE, 1975/2008).

O antropólogo estadunidense faz um exame cuidadoso do curso de desenvolvimento do conceito, transitando do início com o “todo mais complexo” de Tylor, britânico

²¹ Não precisamos voltar tanto no tempo para compreender os problemas dessa abordagem biologizante da cultura, já que sua herança está presente no cotidiano de muitas pessoas ainda hoje. Deparamo-nos com supostas explicações biológicas para fenômenos sociais como desigualdade, discriminação de todos os tipos possíveis, como misoginia, homofobia e xenofobia. A Psicologia foi responsável por promover episódios dessa natureza, como explicações do comportamento baseadas no formato do crânio, aos testes de inteligência reducionistas, entre outras. Variantes das teorias da evolução que procuraram explicar problemas sociais, como o darwinismo social, contribuíram para a disseminação desses preconceitos.

evolucionista, citando alguns outros nomes importantes como Morgan, Boas, Malinowski, Radcliff-Brown e problematizando as críticas históricas aos movimentos da disciplina. Afirma “que precisamos de um nome para uma classe de coisas e eventos que dependem de simbologização considerada no contexto das inter-relações dos próprios simbolantes” (p. 58) e que o termo cultura vem sendo tradicionalmente usado com esse propósito. Tendo em vista sua já apresentada definição, pergunta:

Qual é o lócus da cultura? Onde a cultura existe? Cultura, por onde estarás? Esta tem sido uma pergunta difícil para muitos antropólogos. Alguns dizem que ela existe na mente, outros dizem que ela existe na cultura material exposta nas prateleiras de museus, outros dizem que ela é comportamento, outros dizem que é uma abstração do comportamento e há quem diga que ela não existe. Parece ser difícil dizer onde a cultura existe. Se, como afirmamos, cultura consiste em coisas e eventos reais e observáveis, precisamos ser capazes de localizá-la. Nossa resposta é que a cultura existe em organismos (como ideias, sentimentos, etc.) no comportamento interpessoal e em objetos. Estes são os três *loci* da cultura (WHITE, 1975/2008, p. 61-62).

É ao estudo dos processos relativos à simbologização que White delega a responsabilidade para a Antropologia não biológica, por ele chamada de “Culturologia”. Relegando definições que afirmam que a cultura é mente (por seu caráter imaterial), que afirmam que existe apenas nas prateleiras de museus (pelo caráter estático e impessoal da definição), que a cultura é comportamento (por legar à Psicologia seu estudo e deixar de mãos vazias a Antropologia não biológica), que é uma abstração do comportamento (para ele, abstração é também em si comportamento), seu tratamento é sistêmico, entende cultura como um sistema interativo dos componentes citados.

O nome de destaque da segunda categoria é Claude Lévi-Strauss, talvez um dos maiores nomes da Antropologia e das ciências humanas. O antropólogo nascido na França viajou por todo o mundo por meio de expedições etnográficas, possui obra extensa que atravessou o século XX e tanto influenciou como foi influenciado por movimentos teórico-filosóficos nesse período. Professor honorário do *Collège de France*, ocupou a cadeira de

Antropologia Social entre 1959 a 1982 e teve papel fundamental na chamada escola estruturalista.

A construção teórica do método de análise dos dados etnográficos por Lévi-Strauss tem sua origem em uma disciplina vizinha, a Linguística. “Os linguistas possuíam um método mais rigoroso e seus resultados eram mais seguros” diz o pesquisador (1958/2008, p. 44); para ele, o nascimento da fonologia foi o grande acontecimento científico para as ciências humanas e sociais, comparando-a em importância ao papel renovador da física nuclear para com as ciências exatas. Mas em que consiste tal inovação, e no que interfere em sua obra?

Em linhas gerais, o modelo de análise estrutural desenvolvido na fonologia permitiu o deslocamento do estudo dos fenômenos linguísticos *conscientes* para sua infraestrutura *inconsciente*; introduziu a noção de *sistemas*, evidenciando a relação entre os termos do enunciado; permitiu a descoberta de *leis gerais*, seja por indução ou dedução lógica. Em outras palavras, os avanços permitem a formulação de “relações necessárias” pela primeira vez nas ciências sociais, ao deslocar o objeto de estudo para as estruturas inconscientes linguísticas, a fim de seu desvelamento e formulação de leis gerais (LÉVI-STRAUSS, 1958/2008, p. 45).

A grande contribuição poderia e deveria, com Lévi-Strauss (1958/2008), se estender para o campo das ciências vizinhas, pois “uma formulação de tal amplitude não se limita a uma disciplina específica” (p. 45). Mais especificamente, foi o estudo das relações de parentesco que constituiu o alvo inicial da revolução metodológica, o que não significa dizer que a eles foi restrita. Vejamos o que diz o autor a respeito:

No estudo dos problemas de parentesco (e certamente também no estudo de outros problemas), os sociólogos se veem numa situação formalmente análoga à dos linguistas fonólogos: como os fonemas, os termos de parentesco são elemento de significação; como eles, só adquirem essa significação se integrados em sistemas; os “sistemas de parentesco”, assim como os “sistemas fonológicos”, são elaborados pelo espírito no estágio do pensamento inconsciente; e finalmente, a recorrência, em regiões afastadas

do mundo e em sociedades profundamente diferentes, de formas de parentesco, regras de casamento e atitudes igualmente prescritas entre certos tipos de parentes, etc., leva a crer que, num caso como no outro, os fenômenos observáveis resultam da operação de leis gerais, mas ocultas (p. 46).

As possíveis semelhanças entre os fenômenos em questão, bem como a constatação de que a Linguística anterior ao desenvolvimento da Fonologia encontrava-se em descaminhos semelhantes aos dos estudos de parentesco, levaram muitos a crer na possibilidade equívoca, segundo Lévi-Strauss, de igualar em natureza seus objetos e a legar o método formal em sua análise, de forma indiscriminada. Tal posição levou a uma tripla objeção, por ele explicada: as relações de parentesco são muito menos numerosas do que os fonemas, sendo que tal tratamento analítico equiparado não resultaria em nada de comparável. Ainda, seu tratamento acabaria sendo muito mais conceitual, na medida em que a natureza das relações de parentesco é simbólica e, portanto, abstrata; é mais complicado analisar sistemas meramente conceituais do que aqueles provenientes da experiência concreta – caso dos fenômenos linguísticos – o que tenderia a resultar, muitas vezes, em operações lógicas ininteligíveis. Por fim, seu valor explicativo seria, nesse sentido, nenhum, pelos motivos já citados e respeitando princípios de parcimônia científica (LÉVI-STRAUSS, 1958/2008).

A necessidade de uma proposta profícua de análise estrutural dos fenômenos sociais se fazia evidente, ao que Lévi-Strauss respondeu com sua análise estrutural dos elementos sociais. O desenvolvimento do método estruturalista em Antropologia permitiu estudar as relações elementares entre as diferentes culturas, ou seja, o autor trabalhou com a hipótese de que havia estruturas de pensamento simbólico, supostamente iguais para todos os seres humanos, formuladas inconscientemente, que seriam limitadas em composição. Seus elementos podem e tendem a variar desde que dentro de um número limitado, e alguns dos exemplos utilizados pelo antropólogo para ilustração são as variações entre padrões de

relações encontrados em algumas expedições etnográficas entre marido e mulher, pai e filho, tio e sobrinho, diferentes em muitas sociedades, mas limitadas entre si em escopo, de modo que se repetem e se espelham (CUCHE, 1996/2002; LÉVI-STRAUSS, 1958/2008).

Para Lévi-Strauss (1958/2008), o estudo dessas relações entre os elementos das estruturas sociais é o estudo de relações simbólicas necessariamente, pois não há na suposta natureza humana mais do que uma necessidade ou disposição para viver em grupos, bem como capacidade para o desenvolvimento do pensamento simbólico. Decorre que essas diferentes formas de organização em estruturas sociais se dá de forma inconsciente e só existe no plano do pensamento simbólico. Nesse cenário, o papel do antropólogo não é outro se não o desvelamento das relações simbólicas inconscientes, descrevendo-as em seus aspectos diacrônicos, os estados atuais das culturas, através da etnografia, e explicando-a em seus aspectos sincrônicos, em perspectiva histórica, através da etnologia (LÉVI-STRAUSS, 1958/2008).

Não poderia ser diferente, portanto, sua definição de cultura, ainda que relativamente breve:

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, à frente dos quais se situam a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos esses sistemas visam a exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e, mais ainda, as relações que esses dois tipos de realidade mantêm entre si e que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros (LÉVI-STRAUSS, 1950/1987, p. 16, tradução nossa²²).

Cuche (1996/2002) traz uma passagem fantástica de Lévi-Strauss que talvez tenha um poder explicativo e ilustrativo que vá além de tentativas de sintetizar suas posições e que gostaríamos de compartilhar:

O homem é como um jogador que tem nas mãos, ao se instalar à mesa, cartas que ele não inventou, pois o jogo de cartas é um *dado* da história e

²² “Any culture can be considered as a combination of symbolic systems headed by language, the matrimonial rules, the economic relations, art, science and religion. All the systems seek to express certain aspects of physical reality and social reality, and even more, to express the links that those two types of reality have with each other and those that occur among the symbolic systems themselves”.

da civilização (...). Cada repartição das cartas resulta de uma distinção contingente entre os jogadores e se faz à sua revelia. Quando se dão as cartas, cada sociedade assim como cada jogador as interpreta nos termos de diversos sistemas, que podem ser comuns ou particulares: regras de um jogo ou regras de uma tática. E sabe-se bem que com as mesmas cartas, jogadores diferentes farão partidas diferentes, ainda que, limitados pelas regras, não possam fazer qualquer partida com determinadas cartas (LÉVI-STRAUSS, 1958, citado por CUCHE, 1996/2002).

Agora já no campo das teorias que consideram a cultura como *sistemas simbólicos*, falemos um pouco sobre Clifford Geertz. Antropólogo estadunidense de destaque e professor emérito de Princeton, esteve sempre preocupado com os rumos dos estudos culturais e participou ativamente do processo de avaliação e revisão do conceito. Autor de extensa obra sobre estudos culturais, seu livro *A Interpretação das Culturas* contém uma coletânea revisada de alguns de seus principais artigos, com os cuidados do próprio autor no tocante à sua relevância e atualidade. O livro conta, ainda, com uma introdução ao que ele entende como cultura, ou mais precisamente, cultura(s).

Logo no começo de seu texto, Geertz (1973/2008) afirma que o conceito de cultura e suas múltiplas definições parecem ter chegado ao ponto em que confundem muito mais do que esclarecem, mais precisamente a definição de Tylor que enfatiza o “todo complexo”. Também por isso o autor se empenhou em tentativas de conjurar uma alternativa de definição com escopo “mais limitado, mais especializado e (...) teoricamente mais poderoso” (p. 3), para substituir as demais existentes.

Com Geertz (1973/2008):

O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a uma teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado (p. 4)

A partir das noções de “descrição superficial” e “descrição densa”, emprestadas de Gilbert Ryle²³, o antropólogo explica aquilo que entende por objeto da etnografia: as descrições densas da “hierarquia estratificada de estruturas significantes” (p. 5) em termos das quais apenas uma mera descrição superficial não daria conta do fenômeno. Em outras palavras, para além do comportamento observável ou sua manifestação fenomênica, é seu significado social e/ou contexto nas práticas do grupo que está em jogo quando o assunto é cultura. O exemplo dado por ele é também retirado do texto de Ryle, onde o filósofo lista e compara uma série de possíveis significados do mero comportamento de contração das pálpebras, que pode, segundo ele, ter sido uma piscadela como forma de comunicação ou de disfarce, um tique nervoso, uma tentativa de imitar alguém com esse tique, entre outros. A “descrição superficial” corresponde à descrição fenomênica, e a “descrição densa” àquilo que tal comportamento significa em seu contexto.

Decorre que a cultura é pública, pois o significado é público. O status ontológico da cultura, segundo Geertz (1973/2008), pouco importa na verdade, “o que devemos indagar é qual a sua importância: o que está sendo transmitido com a sua ocorrência através de sua agência” (p. 8), seja ela uma ironia ou uma bronca, um deboche ou elogio, e assim por diante. O que nos impede de entender corretamente os significados das práticas dos diferentes povos não seria alguma diferença orgânica, cognitiva (em um sentido mentalista, em termos de processos ou faculdades mentais de substância diferente do comportamento propriamente dito), e sim o local que nos situamos, ou seja, o contexto estranho a esse acontecimento público.

Sua definição de cultura é, portanto, semiótica, como já vimos em suas próprias palavras, de modo que é melhor entendida por “sistemas entrelaçados de signos interpretáveis” (p. 10). A “cultura é um contexto”, algo dentro do qual os acontecimentos e

²³ Ambas as categorias descritas por Ryle em seu texto “The Thinking of Thoughts: What is ‘Le Penseur’ Doing?”

instituições sociais “podem ser descritos com densidade” (p. 10). A análise cultural – ou o papel do antropólogo – para Geertz é, ou deveria ser, uma ampliação do universo do discurso, que permitirá conhecer as diversas soluções da Humanidade para os problemas do mundo, “uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas” (1973/2008, p. 14).

Mesmo o enquadramento de sua posição como uma teoria entre outras parece questionável, já que o próprio autor rechaça a busca de regularidades fenomênicas e abstratas ou conceituais, e esclarece que uma “teoria da cultura” seria inútil do ponto de vista da interpretação dos fatos sociais e seus possíveis e impossíveis significados. O conhecimento antropológico não consistiria na acumulação de fatos e dados, mas na riqueza de cada interpretação, sendo que essas se sobrepõem e se revisitam no campo do discurso do pesquisador e do nativo. Em etnografia, para o autor, o dever da teoria é fornecer um vocabulário para que seja possível expressar o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo, isto é, sobre o papel da cultura na vida humana (GEERTZ, 1973/2008).

Juntando as peças de seu quebra-cabeça, Geertz propõe uma teoria interpretativa da cultura, usando o termo teoria num sentido menos tradicional, como no caso de formulação de hipóteses, leis gerais e categorias abstratas generalizantes, e sim como avanços resultantes das descrições densas em etnografia, a respeito das múltiplas possibilidades de vida humana para além de nossas próprias. Trazer o discurso do outro ao nosso entendimento parece ao alemão uma tarefa mais adequada para a Antropologia como disciplina autônoma.

Segundo Cuche (1996/2002), boa parte do campo dos estudos culturais voltou sua atenção para relações hierárquicas entre diferentes culturas, entendidas como culturas dominantes e culturas dominadas. As influências marxianas se faziam notar, também pelo contexto do século XX, em que o mundo se encontrava polarizado e os discursos oficiais

eram carregados de dicotomias: exploradores e explorados, opressores e oprimidos, e assim por diante. Uma parte importante desse novo direcionamento das ciências sociais é o estudo da cultura e sua identidade, ou seja, diferentes culturas possuem elementos que a identificam, e a busca por eles tornou-se um fator preponderante, até por conta da necessidade de posicionamento em relação ao cenário político global. Outros fatores que surgiram eram a oposição entre as culturas dominantes e as culturas populares, ou culturas de massa, sendo as primeiras frequentemente identificadas com erudição e refinamento intelectual – especialmente no contexto ocidental, com a herança europeia – e o segundo com fenômenos de grande alcance popular. O caráter classista também era importante nessa diferenciação, destacando-se particularizações ainda maiores, como o conceito de cultura operária, representando um segmento específico da população.

Reconhecemos que as perspectivas em Antropologia que foram mencionadas constituem um recorte do todo, por assim dizer, diante da complexidade imensa do texto de cada autor. Afirmamos também que a escolha do material apresentado, em detrimento de tantas outras possibilidades, não implica em um compromisso ideológico ou conceitual com nenhuma delas, tendo em vista o escopo teórico deste trabalho, o Behaviorismo Radical.

Nesse sentido, tentamos suavizar as consequências de lidar com um objeto tão vasto, embora o risco de negligenciarmos fatos e personagens importantes seja praticamente inevitável. A essa altura, no entanto, já ficou razoavelmente clara a dificuldade que é o acordo para a definição de um conceito, em especial quando a ciência em questão é relativamente nova e cujo objeto de estudo varia conforme o momento histórico, as teorias e métodos, e suas bases filosóficas e epistemológicas.

Posteriormente, trataremos do tema do sistema ético skinneriano e sua prescrição da sobrevivência das culturas como valor/consequência almejada. No entanto, convém nos

perguntarmos, o que o autor está chamando de cultura? Que cultura é essa que é desejável que sobreviva? O que exatamente sobrevive?

2.2.Cultura e Behaviorismo Radical: uma proposta de definição

O caminhar do exame conceitual do conceito de cultura em Skinner requer algumas asserções iniciais importantes. Como é característico de uma explicação do comportamento humano, o tempo e as condições em que o autor se comportou precisam ser salientados, uma vez que seu texto só pode ser compreendido diante das contingências que o produziram, e consultamos informações que pudessem nos dar uma imagem razoável dos cenários em que Skinner definiu cultura. Algumas passagens da obra do autor que esboçam ou mesmo apresentam essa definição de forma mais clara serão examinadas, na tentativa de compreendê-las.

Se olharmos para diferentes momentos de sua obra, veremos que o embrião de uma análise comportamental da cultura sempre esteve presente e, assim como a seleção pelas consequências, demorou um pouco a ser exposto em sua plenitude. No primeiro caso, Skinner já se demonstrava preocupado com uma série de questões sociais antes de embarcar nesta via, sendo seu *Walden II* uma espécie de amostra do que estaria por vir. O autor definiu a experiência do romance como uma forma de dizer coisas que não estaria pronto a dizer por ele mesmo, e chegou até a lamentar por não ter publicado o livro sob um pseudônimo; o segundo, embora sempre citado e muitas vezes com Skinner se detendo em um ou outro nível, só foi assunto específico para uma publicação nos anos 1980, quando, incomodado com o teor das publicações de etólogos e suas críticas ao Behaviorismo Radical, procurou explicitar seu modelo explicativo (SKINNER, 1984a).

De forma coerente com suas bases filosóficas, uma explicação behaviorista radical rejeita qualquer forma de coisificação da cultura no sentido ontológico, de modo que não há

necessidade de recorrermos a constructos hipotéticos ou entidades teóricas para explicá-la que tenham lugar em outra realidade que não a física; nesse sentido, teorias que afirmam uma mentalidade, ideia ou vontade grupal como fator causal para o que chamamos de cultura são desnecessárias e difíceis de examinar até que elas mesmas, mentalidade, ideia e vontade grupal, sejam explicadas. A linha geral seguida por Skinner, portanto, é a de tratar do tema dentro do esquema de uma ciência natural e, portanto, delimitada pelas leis da física e química (SKINNER, 1953/2003; 1974/2006).

Em *Ciência e Comportamento Humano* notamos uma primeira tentativa sistematizada de tratar do tema. Fruto da necessidade de um manual para a formação de analistas do comportamento, e de disciplinas que Skinner ministrou em Harvard, o livro trata de aspectos gerais sobre ciência e comportamento humano, e também aborda questões sociais da vida cotidiana que são importantes, como educação, governo, economia, religião, psicoterapia, entre outras. Os exemplos são em grande parte fruto daqueles que utilizava em sala de aula, retirados de obras de literatura, além das novas situações trazidas por seus alunos. As últimas seções são dedicadas a uma análise da cultura e dos valores relacionados à atividade do analista do comportamento, que o autor considerou importante na construção de novos ambientes sociais (SKINNER, 1984a).

Vamos começar pelos momentos em que o autor identifica os termos “cultura” e “ambiente social”. De modo mais genérico, afirma que “a cultura na qual o indivíduo nasce se compõe de todas as variáveis que o afetam e que são dispostas por outras pessoas” (p. 455), para logo em seguida delimitar o ambiente social como em parte resultado dos procedimentos do grupo que geram comportamento ético, bem como sua extensão aos usos e aos costumes, e também o efeito daquilo que é realizado pelo que chamou de agências de controle – grupo de pessoas que detêm o poder de manipular e organizar as contingências de um determinado ambiente social, como a educação, governo, economia, religião ou

psicoterapia –, bem como todas as outras subagências – grupos menores ou mesmo indivíduo específico detentor do poder de manipular contingências para o comportamento de terceiros, como amigos e famílias.

Como uma característica do comportamento humano em sua interação com ambientes potencialmente infinitos, a diversidade é um aspecto inseparável da cultura, e o ambiente social de uma pessoa pode mudar inúmeras vezes durante o tempo de uma vida. Nesse processo de mudança, podem inclusive se opor uns aos outros, dando origem a conflitos de diferentes culturas em que um mesmo indivíduo (para simplificar a explanação, mas podemos falar de grupos maiores) está inserido. Ele pode, portanto, ter problemas com diferentes agências de controle: agências religiosas e as agências governamentais no que diz respeito a formas de se comportar sexualmente, ou pode ter conflitos éticos advindos de sua interação com dois grupos éticos distintos: a família e a maioria de seus membros já de uma geração anterior, e os amigos, com sua maioria compartilhando da mesma idade (SKINNER, 1953/2003).

Mais adiante, novamente uma definição, agora um pouco mais objetiva:

Em resumo, uma dada cultura é um experimento de comportamento. É um conjunto particular de condições no qual um grande número de pessoas se desenvolve e vive. Essas condições geram os padrões ou aspectos do comportamento – o caráter cultural – que já examinamos (SKINNER, 1953/2003, p. 468).

Aqui ele relaciona cultura com um experimento, em que variáveis independentes são manipuladas pelos membros do grupo, cujos efeitos podem ser observados em seus repertórios comportamentais. Algumas das importantes características que são efeito da ação de uma cultura são autocontrole, autoconhecimento, interesses e motivações, hábitos de higiene, de alimentação, lazer, ocupação, entre outras.

Já em outro momento, o livro *Contingências de Reforço: uma análise teórica* (1969/1984b), que inicialmente contaria com artigos novos, mas que acabou se tornando um

compilado de artigos lá reorganizados e republicados, traz em seu primeiro capítulo um texto que trata do papel do ambiente no comportamento. Skinner faz um exame histórico do papel do ambiente nas explicações do comportamento, caminhando das formulações anteriores às teorias do reflexo, passando pelos primeiros behavioristas, para chegar às contribuições da formulação das contingências de reforçamento e da importância da consequência ambiental. Em um determinado momento do texto, discute aspectos importantes de explicações das ciências sociais, citando Lévi-Strauss e os estruturalistas, Malinowski e os funcionalistas – voltaremos às relações de Skinner com a Antropologia posteriormente, mas para afirmar, em oposição a suas teorias, que “(...) Uma cultura não é o comportamento das pessoas “vivendo nela”: é “aquilo” em que elas vivem — as contingências de reforço social que geram e mantêm o seu comportamento” (p. 184).

Ainda identificando cultura com ambiente social, agora vemos Skinner afirmando que uma cultura são as contingências de reforçamento que modelam e mantêm o comportamento das pessoas que nela vivem. Essa seria uma forma recorrente de abordar o fenômeno em sua obra, como veremos nas próximas linhas. Praticamente em todas as próximas oportunidades em que dirá o que entende por cultura, utilizará quase que as mesmas palavras, com a diferença dos contextos em que elas são evocadas enquanto comportamento verbal, aspecto importante e cujo destaque é válido.

Outro momento em que o autor identifica cultura e ambiente social é em seu *Para Além da Liberdade e Dignidade*. São muito interessantes as contingências que cercaram a produção e recepção desse livro. Skinner o concebia como uma consequência inevitável da interação entre aquilo que havia produzido e aquilo que havia lido até então, e o ponto a ser atacado eram as incômodas (para ele) concepções de liberdade e dignidade que afirmavam a soberania do ser Humano autônomo. Revisando o que chamou de literatura da liberdade e dignidade, Skinner pontuou que a luta pelos valores que chamamos de liberdade e dignidade

é responsável por grandes conquistas na história da humanidade, em especial no que concerne ao modo de vida das pessoas; no entanto, a recusa a aceitar qualquer tipo de “controle” e a dificuldade em compreender que nosso comportamento é invariavelmente controlado pelo ambiente ao nosso redor poderiam nos levar à destruição da humanidade tal qual a conhecemos (SKINNER, 1971/1973; 1984a).

Bombardeado por críticas, como era de se esperar à época do lançamento, o livro veio a ser defendido por Skinner (1984a) como um divisor de águas entre o individualismo extremo da década de 1960 e a preocupação com as culturas como um todo, e, a despeito de uma série de críticas ferozes e nada amigáveis, incluindo um novo ataque em forma de review, de Noam Chomsky, que ficou conhecido como *The Case Against B.F. Skinner* (1971), foi onde mais detalhadamente o autor expôs seu posicionamento sobre uma análise comportamental dos julgamentos de valor, problema constante para a prática científica. Para nós, o aspecto mais interessante deste livro, neste momento, é a definição de cultura que o autor traz que suporta seus posicionamentos sobre uma evolução cultural e a possibilidade de um planejamento das práticas culturais.

No capítulo 7, “A evolução de uma cultura”, o autor afirma que nos comportamos de forma específica – como vivemos, como criamos nossos filhos, como nos agrupamos ou cultivamos alimentos, nossos tipos de habitação, nosso vestuário, nossas formas de diversão, como nos tratamos reciprocamente, como governamos (p. 103) – principalmente após sermos expostos a contingências dispostas por outras pessoas; para explicarmos esses comportamentos, devemos explicar as contingências que os produzem, e essas contingências seriam, em última instância, aquilo que os antropólogos observam, e o que chamamos de cultura (SKINNER, 1971/1973).

Através do paralelo com a evolução das espécies, Skinner afirma que podemos falar em evolução das culturas, embora distintas em seus mecanismos, principalmente porque a

transmissão cultural pode se dar através de membros de uma mesma geração, de membros de uma geração com sua anterior, e também com sua posterior. Nesse sentido, pelo seu caráter mutável e transmissível, uma cultura é como “um conjunto de práticas, mas não um conjunto que não se possa misturar a outros” (SKINNER, 1971/1973, p.106).

Podemos citar alguns exemplos de culturas nesse sentido, como uma cultura democrática, uma cultura autoritária, uma cultura científica, uma cultura judaico cristã, uma cultura indígena, uma cultura capitalista, entre outras. Todas são meios sociais caracterizados por determinadas práticas, sejam econômicas, educacionais, éticas, governamentais, religiosas, entre outras.

Mais interessado aqui em uma explicação mais detalhada de possíveis processos responsáveis pela evolução da cultura do que em momentos anteriores, vemos a ênfase no ambiente social, modelador e mantenedor dos comportamentos típicos de seus membros, e então encontramos uma definição objetiva:

O ambiente social é o que chamamos de uma cultura. Dá forma e preserva o comportamento dos que nele vivem. Determinada cultura se desenvolve quando novas práticas surgem, possivelmente por motivos irrelevantes, e são selecionadas por sua contribuição para o fortalecimento da cultura, quando “compete” com o meio físico e com outras culturas (SKINNER, 1971/1973, p. 115-116).

Já no capítulo seguinte, chamado “O planejamento de uma cultura”, a ênfase é nos aspectos práticos dos ambientes sociais e de um horizonte de atuação mais amplo do analista do comportamento, aquele que seria um papel mais nobre a cumprir através de uma Ciência do Comportamento, o de planejador cultural. Skinner (1971/1973) se preocupou mais com as condições nas quais se comporta o planejador, ou seja, as contingências de reforçamento que controlam seu comportamento, do que em eleger um valor final desejável. Nesse sentido, “uma cultura se parece muito com o espaço experimental usado na Análise do Comportamento. Ambos são conjuntos de contingências de reforçamento” (p. 123).

Afirmando que só recentemente o conceito de contingências de reforçamento começou a ser entendido, Skinner (1971/1973) compara um experimento com uma cultura, ou ambiente social. O paralelo é o de uma criança com um sujeito experimental típico, a criança nasce numa cultura e o organismo é colocado em um espaço experimental; e, assim como no primeiro, o papel do analista do comportamento no segundo é o de isolar e manipular variáveis, descrever contingências e produzir mudanças no comportamento, com a devida ressalva de que as mudanças que interessam aqui são aquelas que serão positivas para a sobrevivência da cultura em questão, pois, com Skinner, “numa experiência, estamos interessados no que acontece, e no planejamento de uma cultura, se ela funcionará” (p. 123).

Antes de prosseguirmos, um breve comentário a título de esclarecimento. Aparece nos textos de Skinner, em vários momentos, uma suposta distinção entre ambiente físico e ambiente social, por vezes chamados de meio físico e meio social (1953/2003, p. 169, 460; 1968/1975 p. 175, 176; 1969/1984b, p. 205, 225; apenas para citar alguns exemplos). Tomadas isoladamente, tais passagens podem sugerir um dualismo do autor e do Behaviorismo Radical em relação à natureza de um mundo físico e de um mundo social. Na verdade, tal distinção é meramente didática, pois em última instância todos os ambientes possuem uma dimensão apenas física, e o que Skinner busca diferir são os aspectos daquele ambiente que controlam determinado aspectos do comportamento dos organismos. A suposta distinção, portanto, principalmente quando falamos em ambiente físico e ambiente social, diz respeito a um arranjo ou configuração daquele ambiente. Um ambiente físico diz respeito às propriedades do ambiente que não necessariamente envolvem outros organismos, como as dimensões cor, extensão, força, e assim por diante, e um ambiente social necessariamente envolve mais de um organismo interagindo com outros.

Para evitar este problema, tendo em vista que este trabalho procura dialogar com outras áreas do conhecimento, quando for necessária tal diferenciação, optamos por utilizar

as expressões meio/ambiente físico não-social, e meio/ambiente físico social, pois a única diferença entre eles é a presença ou não de outros organismos como parte da contingência.

Dando prosseguimento, vemos em *Sobre o Behaviorismo* um livro diferente dos anteriores, planejado como uma resposta a mal-entendidos comuns em relação ao Behaviorismo e à Análise do Comportamento. Um dos capítulos é sobre a chamada questão do controle, ou seja, o que significa o controle, quem exerce o controle, a quem ele afeta, entre outras questões. Quando nos deparamos com tais questões no campo da análise comportamental da cultura, as perguntas mais frequentes são justamente essas, em especial “quem exercerá o controle?”, talvez por conta dos inúmeros acontecimentos históricos em que tiranos tomaram o poder e governaram de forma implacável e sanguinária.

Para Skinner (1974/2006), todavia, a pergunta é razoavelmente desnecessária, pois seria mais uma amostra da predominância da concepção de indivíduo autônomo em relação ao mundo em que vive. Novamente preocupado com as condições nas quais as pessoas se comportam, agora não especificamente em detrimento de valores absolutos, mas da vontade, intenção ou propósito de indivíduos, o autor afirma que, ao invés de concentrarmos nossos esforços em um ditador benévolo, um terapeuta compassivo, um professor devotado ou um empresário filantropo para que construam um modo de vida que atenda ao interesse de todos, “devemos considerar as condições em que as pessoas governam, dão ajuda, ensinam ou organizam sistemas específicos de incentivo. Por outras palavras, devemos considerar a cultura como um meio social” (p. 176).

Novamente questionando tradicionais definições antropológicas, Skinner define cultura como um conjunto de contingências de reforçamento mantidos por um grupo, e a descreve como possuidora de um status físico bem definido; existência continuamente para além das vidas de seus membros; um padrão em contínua alteração na medida em que novas

práticas surgem e antigas são descartadas; e poder, no sentido de que o ambiente social controla o comportamento dos membros que o compõem. Para ele, não é preciso recorrer a ideias, valores, crenças, programas genéticos e constructos do tipo para explicar a unidade humana na diversidade das culturas, de tal modo que a diversidade das contingências sociais explica a diversidade de hábitos e costumes (SKINNER, 1974/2006).

Outro aspecto importante na resposta aos problemas elencados e que Skinner tentou responder, embora já tivesse falado a respeito em outros momentos de sua obra, é que uma cultura enquanto um ambiente social evolui, na medida em que novas práticas culturais são testadas pelo seu valor de sobrevivência na resolução dos problemas dos membros que a praticam. Em outras palavras, uma prática cultural que ajuda os membros de uma cultura a resolverem seus problemas os ajuda a sobreviver, e com eles sobrevive sua cultura. Este ponto é central para nós e voltaremos na seção seguinte ao tema da sobrevivência da cultura (SKINNER,1974/2006).

Um último exemplo da definição skinneriana de cultura enquanto ambiente social pode ser interessante, especialmente se compararmos temporalmente as afirmações que já visitamos de 1953, em *Ciência e Comportamento Humano* (1), e de 1988 com o texto “Genes e comportamento” (2), republicado no livro *Recent Issues in The Analysis of Behavior*²⁴:

(1) a cultura na qual o indivíduo nasce se compõe de todas as variáveis que o afetam e que são dispostas por outras pessoas (p. 455)

Em resumo, uma dada cultura é um experimento de comportamento. É um conjunto particular de condições no qual um grande número de pessoas se desenvolve e vive. Essas condições geram os padrões ou aspectos do comportamento – o caráter cultural – que já examinamos (p. 469)

(2) Uma cultura pode ser definida de forma mais útil como as contingências de reforçamento mantidas por um grupo. As contingências modelam o comportamento dos membros do grupo e são transmitidas quando novos membros se juntam na modelagem de outros. Se o grupo é confinado a uma parte do mundo em particular, algumas contingências características podem ser físicas, mas a maior parte será social.

²⁴ Devido às dificuldades com a tradução, esta é a única obra que consultamos integralmente no original. As outras obras foram consultadas as traduções para o português brasileiro, em conjunto com o original para eventuais problemas.

Como ambientes sociais, culturas evoluem através de um terceiro tipo de variação e seleção (p. 52, tradução nossa²⁵).

Em termos teóricos, não há em (1) e (2) diferença que se justifique, a não ser os contextos em que tais repostas verbais foram emitidas e alguns aspectos de sua topografia. Talvez o refinamento do repertório verbal de Skinner, como uma certa elegância da passagem mais recente possa sugerir, seja fruto de décadas de debates e interações com outros textos e outras possibilidades científicas, que resultaram também no avanço das ferramentas teóricas da Análise do Comportamento e do Behaviorismo Radical.

Também podemos observar momentos em que Skinner trata cultura com um ambiente verbal. De forma alguma eles vão de encontro à consolidada definição que apresentamos, mas enriquecem o tratamento da cultura dado pelo autor com o advento do comportamento verbal enquanto categoria explicativa e o conceito de comunidades verbais. Um primeiro exemplo pode ser visto em *Ciência e Comportamento Humano*, quando Skinner identifica uma linguagem com uma cultura. Ao questionar os motivos pelos quais os russos falam de um jeito e os americanos falam de outro, explica que isso acontece porque os ambientes sociais que estão inseridos são muito distintos, ao contrário de algumas das características de seus ambientes físicos não sociais, responsáveis em boa parte pelos processos que levam a aprender a chutar uma bola ou a lançar uma pedra, para ficar com seus exemplos, onde ambiente social pode ser trocado por cultura sem maiores prejuízos (SKINNER, 1953/2003).

Um segundo exemplo pode ser encontrado em seu *Recent Issues in the Analysis of Behavior* (1989), mais especificamente no capítulo 4. Ao discutir o papel do ouvinte no episódio verbal, Skinner afirma que um operante verbal é uma probabilidade, e lista cinco

²⁵ “A culture can be more usefully defined as the contingencies of reinforcement maintained by a group. The contingencies shape the behavior of the members of the group and are transmitted when newly shaped members join in the shaping of others. If the group is confined to a particular part of the world, some characteristic contingencies may be physical, but most will be social. As social environments, cultures evolve through a third kind of variation and selection”.

tipos por ele descritos mais especificamente em seu *O Comportamento Verbal* (1957/1978a), mando, tacto, intraverbal, ecoico e textual, cuja distinção se daria pelas contingências de reforçamento das quais são parte constituinte; em seguida, aponta que tais comportamentos “são mantidos por ambientes verbais ou culturas, isto é, por ouvintes” (p. 37, tradução nossa²⁶). Daí segue-se que o autor compreende cultura como ambientes verbais, cujas contingências necessitam de falantes e ouvintes, para que um episódio verbal se configure.

A propósito disso trazemos outro exemplo, dessa vez de 1969, em *Contingências de Reforço: uma análise teórica*, onde mais uma vez Skinner trata cultura como ambiente verbal, aqui especificamente, como língua: “Uma língua não são as palavras ou sentenças ‘faladas nela’; trata-se da “ela” na qual são faladas – as práticas da comunidade verbal que modelam e mantêm o comportamento dos oradores” (p. 185). Resgatando uma definição de cultura que aparece na página anterior do mesmo livro, podemos notar a semelhança: “Uma cultura não é o comportamento das pessoas “vivendo nela”: é “aquilo” em que elas vivem — as contingências de reforço social que geram e mantêm o seu comportamento” (p. 184).

Não é fato novo, todavia, a importância que o autor atribui ao comportamento verbal para a possibilidade de surgimento de uma cultura. Na verdade, trata-se de reconhecer o papel nuclear que o advento do comportamento verbal exerce no surgimento e manutenção de ambientes verbais. Em vários outros momentos de sua obra, Skinner afirmou que um tipo especial de contingências é necessário para que um ambiente cultural surja, e credita ao processo evolutivo da espécie o controle operante da musculatura vocal, que teria permitido ao ser Humano se comportar de formas distintas em relação aos problemas que seu ambiente lhe proporcionou e elaborar novas formas de se comportar verbalmente. Somente quando repertórios úteis para o grupo e para a espécie pudessem ser transmitidos a outros membros

²⁶ “They are maintained by verbal environments or cultures – that is, by listeners”

– do grupo e da espécie – sem a necessidade de estarem diretamente expostos à contingência, pudemos começar a falar no surgimento de um ambiente cultural, que teria evoluído e se diversificado como tal por suas consequências reforçadoras para os indivíduos que o constituem, além das que facilitaram sua sobrevivência (SKINNER, 1981/2006).

Outra interpretação possível para o conceito de cultura em Skinner é a que o define como “um conjunto de práticas, mas não um conjunto que não se possa misturar a outros” (SKINNER, 1971/1973, p.106). Essa alternativa pode ser útil em alguns aspectos, mas também pode trazer alguns embaraços conceituais que caberão a nós, analistas do comportamento, desembaraçar.

Não é raro ver Skinner se referindo ao terceiro nível de seleção pelas consequências com ênfase nas práticas culturais, como no trecho citado no parágrafo anterior, principalmente quando se refere ao processo de evolução de uma cultura, pois, como afirma o próprio, nenhum homem ou instituição de qualquer natureza sobrevive por muito tempo, “são os costumes que *evoluem*” (1971/1973, p. 107, *itálico do autor*). Vejamos um trecho em que o autor claramente faz diferença entre práticas culturais e um conjunto de contingências que chama de cultura, que tomamos como sociais e/ou verbais:

Ela não é algo monolítico e não há razão de, para explica-la, recorrermos a uma mentalidade, ideia ou vontade grupal. Se de fato existem “setenta e três elementos culturais comuns a todas as sociedades humanas ainda existentes ou historicamente conhecidas”, então devem existir setenta e três práticas ou tipos de práticas em cada conjunto de contingências chamado uma cultura, sendo que cada uma delas deve ser explicada em termos das condições predominantes antes de a cultura surgir como tal. Por que as pessoas desenvolvem uma língua? Por que se casam de uma determinada forma? Por que mantêm certas práticas morais e as expressam em códigos? Algumas respostas deste tipo hão de ser encontradas nas características biológicas da espécie, outras nos “traços universais” do ambiente em que as pessoas vivem (SKINNER, 1974/2006, p. 174)

Com Skinner (1953/2003), “quando certos aspectos do ambiente social forem peculiares a um dado grupo, esperamos encontrar certas características comuns do comportamento de seus membros” (p. 461). Uma língua específica, um tipo específico de

casamento, práticas morais específicas e sua expressão em códigos peculiares, são formas de se comportar. Práticas culturais são parte de um ambiente social complexo, que “nunca é inteiramente consistente. Provavelmente também nunca é o mesmo para dois indivíduos” (SKINNER, 1953/2003, p. 461), e portanto tendem a variar conforme variam esses ambientes, sendo por eles explicadas.

Tal argumento encontra outro ponto de apoio no capítulo “A evolução de uma cultura”, em *Para Além da Liberdade e Dignidade*:

Mas os observadores de cultura não veem ideias nem valores. Veem como as pessoas vivem, como criam seus filhos, como se agrupam ou cultivam alimentos, seus tipos de habitação, seus vestuários, como se divertem, como se tratam reciprocamente, e assim por diante. São os costumes, os tipos de *comportamento* habituais de um povo. Para explica-los, devemos apelar às contingências que os produzem (SKINNER, 1971/1973, p. 103).

Segue-se que definir cultura como práticas culturais implica no trabalho adicional de definir práticas culturais, tarefa por si só trabalhosa e que pode render resultados controversos, embora mais adiante utilizemos genericamente práticas culturais como comportamento entrelaçado dos membros de uma cultura. Há o risco de nos preocuparmos mais com a topografia dessas práticas, como uma mera descrição do que fazem os cientistas de uma disciplina mais voltada para aplicações práticas, ou outra mais voltada para estudos teóricos, e perdermos de vista as condições nas quais tais comportamentos são instalados e mantidos, suas histórias ontogenéticas e culturais de aprendizagem educacional e científica, ou seja, os ambientes nos quais estiveram e estão inseridos, que ensejaram padrões de comportamento típicos.

Todavia, do ponto de vista da obra do autor como um todo, parece mais coerente interpretarmos tal possibilidade de definição como fruto da tentativa de uma construção diferente para a discussão de fenômenos culturais, ou seja, destituindo as explicações de diferenças entre indivíduos e culturas de “um espírito ou atmosfera ou algo com dimensões igualmente não-físicas” (1953/2003, p. 455), e apontando para os arranjos diferentes de

contingências sociais (ambientes sociais complexos), que produzem diferentes formas de se comportar culturalmente, entrelaçadamente.

A própria insistência de Skinner em texto de 1986, *The evolution of verbal behavior*, parece suficiente como argumento para essa questão:

Estritamente falando, comportamento verbal não evolui. Ele é o produto de um ambiente verbal ou o que os linguistas chamam de linguagem, e é o ambiente verbal que evolui. Sendo o ambiente verbal composto de ouvintes, é compreensível que linguistas enfatizem o ouvinte (p. 115, tradução nossa²⁷).

Se substituirmos a palavra “verbal” por “social” e as palavras “linguistas” e “linguagem” por “antropólogos” e “cultura”, teremos algo como: “Estritamente falando, comportamento não evolui. Ele é o produto de um ambiente social ou o que os antropólogos chamam de cultura, e é o ambiente social que evolui”.

Sumarizando, culturas são ambientes verbais, que por seu turno, são ambientes sociais. Para que seja possível o desenvolvimento de práticas culturais, é preciso que haja o desenvolvimento de contingências verbais, que os membros troquem informações e modelem o comportamento de outros membros sobre as formas de transformar seus ambientes físico social e físico não-social, de forma inter e intra-geracional; cultura também podem ser entendida como um experimento na medida em que o planejador cultural, tal e qual o experimentador em um laboratório, manipula as condições nas quais os membros dessa cultura vivem; por último, cultura pode ser entendida (embora haja ressalvas em relação à coerência desta definição), como conjunto de práticas culturais que compõem um ambiente cultural complexo, e caracterizam a forma de um grupo se relacionar, das quais podemos estudar contingências em nível micro-cultural, como práticas familiares, estudantis; ou contingências macro-culturais, como formas de governar, de controlar

²⁷ “Strictly speaking, verbal behavior does not evolve. It is the product of a verbal environment or what linguists call a language, and it is the verbal environment that evolves. Since a verbal environment is composed of listeners, it is understandable that linguists emphasize the listener”.

eticamente os membros, de ensinar, de fazer ciência e produzir conhecimento, e assim por diante. Tais práticas só podem ser compreendidas enquanto parte de um ambiente complexo, embora tais divisões dos termos de uma contingência sejam mais para fins didáticos e experimentais do que propriamente observáveis no processo que caracteriza o fluxo comportamental (SKINNER, 1957/1978a, 1981).

2.3. Aproximações e distanciamentos entre as posições antropológicas e a behaviorista radical

A constante batalha sobre o que chamar de cultura, no campo das ciências humanas, produziu um extenso corpo de conhecimento sobre o tema. No entanto, salvo alguns movimentos que tentaram dar uma ênfase maior aos aspectos sob os quais as pessoas se comportam, como Boas, Malinowski e mesmo Marvin Harris, por exemplo, boa parte dos pesquisadores buscou explicar o comportamento das pessoas que vivem em uma cultura como expressão de suas ideias, vontades, sentimentos, etc. O resultado é que muitas definições de cultura tratavam de aspectos por demais insubstanciais, e tampouco trazem um panorama aceitável sobre os processos que os produzem. Algumas vezes a Psicologia serviu a esse fim, tendo os antropólogos emprestado teorias psicanalíticas da subjetividade e teorias cognitivistas.

Uma forma interessante de procedermos é enfatizar alguns aspectos do discurso dos antropólogos mencionados que possam ser vistos com carinho pelo analista do comportamento. Já dissemos anteriormente que existem provavelmente muito mais barreiras do que pontes, mas acreditamos que algumas considerações interessantes podem decorrer.

Bem estabelecidos os posicionamentos de Skinner sobre cultura, não é difícil compreendermos suas objeções a alguns dos modelos tradicionais de explicação explorados por antropólogos e linguistas. A referência aos linguistas se dá por conta da já salientada

proximidade entre as disciplinas e, tendo em vista a importância do comportamento verbal no processo de evolução cultural, não é sem motivo que sua proposta de uma análise funcional das culturas esbarre em questões semelhantes às aquelas levantadas em sua análise do comportamento verbal.

Talvez o cerne da questão seja a explicação do comportamento. Muito do que se fez em Antropologia nos séculos XIX e XX são descrições de práticas culturais, desde seus aspectos micro, como o horário que as pessoas se alimentam e quais os tipos de alimento que consomem, as roupas que vestem; aos aspectos macro, como regras e normas gerais de um grupo, de uma comunidade, de um tribo, e assim por diante. Todavia, explicar o comportamento descrito sempre foi um problema de difícil solução, e as propostas variaram conforme o sabor da época; vimos modelos que propuseram explicações estritamente naturalizantes e biologizantes, como Tylor e Malinowski, e mesmo as mais mentalistas, como Lévi-Strauss e as estruturas do pensamento inconsciente.

Começando pelo modelo de Boas, muitas de suas propostas podem ser olhadas com carinho pelos analistas do comportamento, passíveis de convergência com uma proposta de análise funcional da cultura. Preocupado com o evolucionismo linear presente na pesquisa antropológica à época, fez o que podia para derrubar essa tese e proporcionar uma visão mais plural e historicamente fundamentada, já que o predominante olhar para a cultura como uma continuidade linear em direção a um estágio atual “mais desenvolvido” implicava em todo tipo de preconceito e discriminação com os considerados povos “inferiores, primitivos, não civilizados”. O projeto político dessa visão de mundo era condizente com uma realidade colonizadora e dominadora, como bem aponta Santos (1983/2006), e uma ciência humana que resistisse ao ímpeto opressor se fazia urgente.

Nesse sentido, sua posição chamada pluralista é sustentada, em grande parte, por uma ideia de evolução baseada na diversidade, na variação e, conseqüentemente, na negação

da unicidade dos processos evolutivos. As preocupações com a pluralidade e a diversidade, a afirmação dos aspectos particulares do que chamamos aqui de cada ambiente social, e a importância que dá, pela primeira vez na disciplina, aos processos históricos e ambientais, levaram-no a classificar uma cultura como um todo integrado e funcional, e permitem uma aproximação com o modelo skinneriano de análise da cultura.

Assim como Boas, Skinner se posicionou, através do desenvolvimento de uma Ciência do Comportamento, a favor da possibilidade de exercer contracontrole a todo tipo de prática coercitiva. Em sua análise das agências de controle, em *Ciência e Comportamento Humano* e em outros momentos, definiu o governo como poder para punir, e afirmou que o papel de uma ciência e tecnologia do comportamento é o de oferecer recursos para o equilíbrio da balança de controle em uma cultura, com vistas a uma situação que fosse promover o bem dos outros e o bem da própria cultura. Mais do que isso, trabalhou pela substituição de práticas coercitivas por práticas baseadas no reforçamento positivo, ainda que ele possa ser tão perigoso quanto a punição, caso o papel do controle seja negligenciado, como sua metáfora do escravo feliz sugere (SKINNER, 1953/2003, 1978b)

Também vemos uma semelhança no que diz respeito à negação de um evolucionismo linear. Skinner (1971/1973) é explícito sobre isso, afirmando que uma cultura não evolui em direção a lugar algum, assim como a evolução das espécies não tem finalidade; embora possamos construir objetivos para a modificação das práticas culturais, o papel do futuro se restringe ao fato do comportamento ser seguido pelo reforço, isso não significa que a consequência seja perseguida, ela simplesmente ocorre depois em uma ordem temporal. Dizer, portanto, que uma cultura é mais madura, ou mais evoluída do que outra, não faz o menor sentido do ponto de vista de uma análise comportamental, e apenas revelam quais os valores – ou reforçadores – importantes para quem os diz.

A relativização cultural, em boa medida presente na proposta do relativismo metodológico de Boas – embora não possamos responsabilizá-lo integralmente por aquilo que fizeram em nome de sua proposta científica – tem sido sistematicamente responsável por justificar o injustificável, sustentando práticas genocidas e mutiladoras de diversos povos, como a dilaceração genital feminina praticada em algumas religiões muçulmanas. Como diz Santos (1983/2006), não basta a atitude de aceitação da diferença, é preciso reconhecer que quem conta a história é quem tem mais força na balança de poder, e o relativismo consequente não parece oferecer uma saída interessante para esse problema.

Uma análise comportamental dos valores no Behaviorismo Radical será mais bem examinada na seção seguinte, mas o relativismo enquanto postura metodológica é outro ponto de aproximação interessante entre os dois autores. Em linhas gerais, o modelo behaviorista radical de análise das questões de valor é o mesmo das questões de fato; isso significa que entendemos os valores como aspectos da natureza e contingenciais às interações entre os organismos e os ambientes em que se comportam, ou seja, é um modelo de ética naturalista (CASTRO, 2013).

Dito de outra forma, valores são outros nomes para consequências do comportamento, em especial as reforçadoras, tradicionalmente tidas como “boas”. Assim como o valor reforçador de um evento vai depender de uma história de interação, também não há absolutos em termos de valores éticos, não podemos responder a questões de valores através de verdades universais (SKINNER, 1971/1973, 1972a).

Muito diferente de dizermos que aquilo que é bom para uma cultura é aquilo que lá existe, até mesmo em termos evolutivos, já que possivelmente tais características foram selecionadas dentre tantas outras, estamos realmente interessados nas condições nas quais tais consequências se tornaram reforçadoras, quais os fatores ambientais que fazem com que uma cultura adote o valor x e não o valor y .

Por sua vez, as condições sob as quais as pessoas vivem são muito particulares, desde sua bagagem filogenética – igual para a espécie, mas com particularidades para grupos étnicos distintos – até sua vida como pessoa inserida em ambientes sociais. É inevitável supor que essas condições que tornam determinadas consequências reforçadoras variam conforme varia a pessoa e a cultura e, nesse sentido, o relativismo metodológico de Boas é compatível com a proposta funcionalista de Análise do Comportamento humano de Skinner, que em alguns momentos se mostra compatível com o relativismo cultural em termos de filosofia ética, ainda que tal aproximação seja também questionável²⁸, (CASTRO, 2013; RUIZ, 2007).

É interessante notar que o projeto de pesquisa antropológica de Malinowski guarda algumas semelhanças com o projeto de Psicologia da Análise do Comportamento, com Skinner como seu principal proponente. O que ele procurou fazer com a Antropologia é comparável ao que Skinner procurou fazer com a Psicologia: menos elucubrações teóricas e filosóficas, ainda que não as negligenciassem por completo, e uma ciência rigorosa baseada em dados consistentes de observação, que viriam a constituir uma base sólida para todas as “humanidades”, embora o primeiro tenha se voltado, talvez pela natureza do objeto que se propôs a estudar, à pesquisa de campo, sistematizando o que chamou de observação participante, contribuição metodológica inestimável para a Antropologia; Skinner (1953/2003; 1966; 1974/2006) por vezes anunciou que o objetivo de uma análise experimental do comportamento era a elaboração de leis gerais do comportamento, com

²⁸ Essa posição pode gerar algumas controvérsias. Dittrich (2004) afirma que

(...) Talvez uma revisão abrangente do sistema ético skinneriano sob uma perspectiva pragmatista/contextualista seja necessária, dadas certas afirmações de Skinner que parecem aproximá-lo do naturalismo. Por outro lado, essa revisão deve atentar para o fato de que a ética skinneriana, a depender da perspectiva sob a qual é analisada por diferentes autores, parece apresentar aproximações com *todas* as principais teorias metaéticas (naturalismo, intuícionismo, não-cognitívismo e relativismo – embora tais aproximações só possam ser plausivelmente defendidas (e, ainda assim, com reservas), no caso do não-cognitívismo (p. 262-263).

vistas ao maior grau de previsão e controle, além de ampliar o escopo da Psicologia para além de suas áreas tradicionais de atuação.

De forma semelhante a Boas, Malinowski era preocupado com contextos mais amplos e com as diferentes formas de organização social, e concebeu uma teoria da cultura que a entendesse como um todo integrado e funcional. Talvez não possamos considerar sua proposta sistêmica, no sentido de lidar com todos os elementos importantes de uma cultura, mas certamente tratou de colocar em interação o comportamento das pessoas com a estrutura de suas organizações sociais.

No que concerne à explicação do comportamento, afirmou que a natureza primeira, biológica, é um imperativo que é respondido justamente com a criação das organizações sociais, a cultura propriamente dita, que, por sua vez, leva a necessidades derivadas, demandas elaboradas pela população e que dizem respeito à vida em comunidade. Sua teoria das necessidades fica mais clara em sua afirmação de que “nenhuma invenção, nenhuma revolução, nem mudança social ou intelectual, jamais ocorre, exceto quando são criadas novas necessidades” (MALINOWSKI, 1948/1970, p. 47).

Tais necessidades não são incompatíveis com a proposta skinneriana, e o próprio reconheceu a importância de Malinowski no que seria o princípio de uma análise pelas consequências. Dado que a morte de Malinowski foi no ano de 1942 e a produção de Skinner começou na década de 1930, foi pouco o tempo que tiveram para interagir, mas Skinner (1969/1984a) afirmou que o polaco foi um dos primeiros “a argumentar que os costumes são seguidos por causa de suas consequências, e podemos agora formular esta posição funcional de uma maneira mais compreensível” (p. 184); portanto, não podemos dizer que há um pouco de Skinner na teoria das necessidades de Malinowski, muito embora aparentemente a satisfação dessas necessidades seja uma consequência que fortaleça as instituições sociais, mas talvez possamos dizer que há um pouco de Malinowski em Skinner

ao enfatizar o papel das necessidades – estado atual do organismo – na descrição e explicação do comportamento, social ou não (CARRARA, 2010).

Sobre a obra de Lévi-Strauss, acreditamos que seja muito difícil encontrar pontos de aproximação. Considerando cultura como um sistema estrutural simbólico, cujos costumes, práticas, formas de organização, língua e assim por diante são expressões do pensamento simbólico, é muito difícil encontrarmos pontos de aproximação entre a proposta estruturalista e a skinneriana. A respeito disso, o próprio Skinner (1969/1984a, 1974/2006), muitas vezes enfatizou que a análise estrutural não avança muito para além da descrição de topografias do comportamento, estruturalistas “procuram princípios explicativos na estrutura do comportamento ao invés das condições das quais ele é função. O papel das contingências é atribuído a intenções, ideias, significados e assim por diante” (1984a, p. 153, tradução nossa²⁹).

A definição de leis gerais do funcionamento do pensamento simbólico é tarefa que não faz sentido em uma análise funcional do comportamento. Postular leis gerais do pensamento inconsciente que expliquem características semelhantes nas diversas formas de organização social é o que Skinner chamou de ficção explicativa, ou aquilo que muito criticou enquanto pesquisador, a criação de teorias fictícias que serviriam para explicar fenômenos naturais, em geral de uma substância distinta do mundo físico, aquilo que chamam de mental ou psíquico.

Para Skinner (1969/1984b), não é suficiente dizer que um costume é seguido por ser costumeiro segui-lo, tampouco que uma forma de se organizar socialmente é expressão de uma estrutura de pensamento. “Para entender o comportamento dos selvagens, devemos fazer algo mais do que entender “a mente selvagem” (p. 184), e a análise funcional de

²⁹ “(...) was looking for explanatory principles in the structure of behavior rather than in the conditions of which it was a function. The role of contingencies was assigned to intentions, ideas, meanings and so on”.

contingências sociais, responsáveis pelo modo como funciona a suposta mente de seus membros, é o método mais adequado para entender as práticas culturais de um grupo.

Quanto à Clifford Geertz, as diferenças se tornam mais marcantes uma vez que o autor não vê com bons olhos a noção de comportamento que apresenta o Behaviorismo Radical. Em sua exposição das questões centrais para a definição e estudo da cultura, Geertz rejeita a identificação de fenômeno cultural com o que chamou de mera descrição superficial, acusando o operacionismo skinneriano de se interessar pela mera descrição dos aspectos físicos do comportamento, como se este ignorasse as relações contextuais que o dão significado. Em suas palavras:

A cultura é pública porque o significado o é. Você não pode piscar (ou caricaturar a piscadela) sem saber o que é considerado uma piscadela ou como contrair, fisicamente, suas pálpebras, e você não pode fazer uma incursão aos carneiros (ou imitá-la) sem saber o que é roubar um carneiro e como fazê-lo na prática. Mas tirar de tais verdades a conclusão de que saber como piscar é piscar e saber como roubar um carneiro é fazer uma incursão aos carneiros é revelar uma confusão tão grande como, assumindo as descrições superficiais por densas, identificar as piscadelas com contrações de pálpebras ou incursão aos carneiros com a caça aos animais lanígeros fora dos pastos. A falácia cognitivista — de que a cultura consiste (para citar um outro porta-voz do movimento, Stephen Tyler) "em fenômenos mentais que podem (ele quer dizer "poderiam") ser analisados através de métodos formais similares aos da matemática e da lógica" — é tão destrutiva do uso efetivo do conceito como o são as falácias "behaviorista" e "idealista", para as quais ele é uma correção mal concluída (1973/2008, p. 9).

Se suas críticas se dirigem ao Behaviorismo Radical — e há indícios de que sim, como sugere tal passagem:

O operacionismo como dogma metodológico nunca fez muito sentido no que concerne às ciências sociais e, a não ser por alguns cantos já bem varridos — o "behaviorismo" skinneriano, os testes de inteligência, etc. — está agora praticamente morto (1973/2008, p. 4),

então tais acusações configuram, no mínimo, um equívoco grosseiro por parte do antropólogo, já que a proposta skinneriana de análise funcional do comportamento verbal é uma crítica voraz às teorias do significado que se limitam a uma análise formal do

comportamento, e poderia, portanto, ser entendida, ao menos à primeira vista, como semelhante à proposta dele próprio, Geertz. Mesmo no tocante às atribuições da Análise do Comportamento, Skinner (1966) afirma que a interpretação tem papel fundamental para a prática científica, especialmente em condições às quais o controle adequado de variáveis é difícil ou impossível.

Uma última evidência das ideias de Geertz sobre Skinner e seu Behaviorismo podem ser vistas em uma obra mais recente, *Available Lights: anthropological reflections on philosophical topics* (2000):

“Taylor não está errado ao pensar que a versão Skinneriana do behaviorismo ou a versão Fodoriana do cognitivismo são menos uma extensão de uma abordagem comprovada de explicação a novos campos e mais uma paródia deles. Nem está ele errado ao pensar que a rejeição de tais paródias, e outras como elas, não condena as ciências humanas a um subjetivismo “caricato” o-mundo-é-o-que-eu-digo-que-é, incapaz de elaborar uma hipótese genuína ou confrontar uma com genuínas evidências. Ainda, pode ser que a criação de um golfo fixo absolutamente intransponível entre as ciências naturais e humanas é um preço ao mesmo tempo muito alto e desnecessário a pagar para manter tais confusões na baía. É ao mesmo tempo obstrutivo ao progresso de ambas” (p. 144-145, tradução nossa³⁰).

Não podemos descartar as contribuições de nenhum desses autores que mencionamos, especialmente por suas notáveis descrições do que as pessoas fazem, e da forma como se organizam institucionalmente. Tanto Boas, quanto Malinowski, Lévi-Strauss, Geertz e todo antropólogo que se propõe a fazer um trabalho etnográfico, nos trazem uma base de dados inestimável, que pode, e acreditamos que deva, ser aproveitada pelo analista do comportamento, preocupado com o aspecto comportamental dessas descrições.

³⁰ “Taylor is not wrong to think that the Skinnerian version of behaviorism or the Fodorian version of cognitivism are less extensions of a proven approach to explanation into new fields than parodies of it. Nor is he wrong to think that the rejection of such parodies, and others like them, does not condemn the human sciences to a theworld-is-what-I-say-it-is “Humpty Dumpty subjectivism,” incapable of either framing a honest hypothesis of confronting one with genuine evidence. Yet, it may be that the creation of an out-and-out fixed and uncrossable gulf between the natural and human sciences is both too high and unnecessary a price to pay to keep such muddlements at bay. It is obstructive at once of eithers progress”

Parece interessante lembrarmos da concepção neolucionista de Leslie White. Preocupado com a consolidação de uma Antropologia Cultural, independente das biológicas e físicas, cunhou o conceito de simbologização, e afirmou que o que faz o ser Humano tal como o conhecemos é a capacidade de simbologizar. Assim como Skinner, que atribui ao advento do comportamento verbal o diferencial evolutivo no surgimento dos ambientes sociais, White acredita que a cultura é fruto das interações que a simbologização possibilita, permitindo ao ser humano manipular conceitos e produzir conhecimento novo, de forma cumulativa.

Talvez ainda mais interessante seja sua recusa do organismo biológico como fator explicativo para os fenômenos culturais. O autor é enfático ao afirmar que a estrutura orgânica é irrelevante para explicar os processos culturais; diz que o organismo é necessário do ponto de vista da capacidade de simbologizar, mas que somente um ambiente cultural explica o desenvolvimento dessa potencialidade. Seu exemplo é o de uma criança que aprende novas línguas. Segundo ele, sua capacidade de aprendê-las é dada evolutivamente, mas o motivo de aprender uma e não outra, ou aprender várias, não se explica em termos estruturais e até independe dela, pois é fruto da exposição cultural. De certa forma, Skinner³¹ diz o mesmo em relação ao comportamento, pelo que foi severamente criticado. Segundo ele, a fisiologia é o “como” o comportamento ocorre, e seu papel é complementar a uma Ciência do Comportamento, mas irrelevante na sua explicação, ou o “por que” ocorre.

É importante notarmos que sustentar tal posição no Behaviorismo Radical não é equivalente a dizer que não interessam aspectos estruturais, apenas aspectos ambientais. A própria definição de ambiente não se limita ao “mundo fora da pele”, levando em consideração os aspectos orgânicos do organismo que se comporta, e nesse sentido, os aspectos fisiológicos são também importantes na explicação do comportamento. São

³¹ Para maiores detalhes sobre a relação de Skinner com as ciências biológicas, em especial os desenvolvimentos mais recentes das neurociências, ver Zilio (2013).

irrelevantes, todavia, na explicação do motivo pelo qual uma pessoa aprende uma língua e não a outra, motivo esse que deve ser traçado à exposição a ambientes verbais específicos.

Ainda com respeito a White, sua proposta de diferenciar Antropologias e fomentar o que chamou de Culturologia, é fortemente baseada em argumentos que sustentam uma não capacidade dos animais não humanos em lidar com aspectos tidos como tipicamente humanos e, por isso, chamados de culturais. Ottoni e Falótico (2014), em excelente revisão da evolução de aspectos sociais em animais não humanos, com ênfase para alguns tipos de primatas, nos lembram que existem dados de pesquisa em laboratório e em ambiente natural que permitem afirmar um alto grau de variabilidade e transmissão de padrões de comportamento (tidos como culturais) em várias espécies, tais como macacos-prego, chimpanzés, peixes, algumas aves, cetáceos, elefantes, entre outros, e:

como acontece com alguns outros padrões comportamentais (...), muitas das variações entre populações em seu repertório de uso de ferramentas aparentemente não pode ser explicadas somente por diferenças ecológicas ou genéticas (p. 138).

Tais afirmações não configuram problema para uma analista do comportamento, conforme pressupõe a transdisciplinaridade do modelo de seleção pelas consequências (SKINNER, 1981/2007), mas podem colocar uma Culturologia em apuros se levada a cabo tal como propunha White.

Uma crítica frequente no desenvolvimento das ideias antropológicas e das ciências humanas é a influência do pesquisador na coleta de dados, não apenas no que diz respeito ao procedimento de coleta e em seu papel como variável interveniente, mas como alguém que é educado em uma cultura completamente diferente e que, ao olhar para o outro, não consiga de forma alguma se desvencilhar de seus preconceitos e juízos de valor.

Alguns autores de correntes recentes da Antropologia, com destaque para Tim Ingold (2000/2002), Marilyn Strathern (1980) e Roy Wagner (1975/2010) são tidos como importantes desconstrutores de uma epistemologia antropológica voltada para a dominação,

ainda que não desse conta disso. A linha geral de sua argumentação é a de que não podemos olhar para as pessoas com as lentes de nossa própria cultura e achar que o que vimos é a realidade. Em outras palavras, as pessoas que compõem as sociedades estudadas em etnografia não se organizam em relações de parentesco; não trabalham para satisfazer suas necessidades primárias e secundárias; não possuem estruturas do pensamento simbólico que se expressam em sua organização social e tampouco configuram uma cultura tal qual a definimos. Essas são, para eles, ficções criadas pelos antropólogos, sustentadas pelo universo do discurso do qual fazem parte e também por ele limitadas.

À luz de uma análise do comportamento verbal (SKINNER, 1957/1978a, 1974/2006), o comportamento científico é também produto de um ambiente social e uma comunidade verbal específicos, de modo que precisa ser tratado como outro comportamento qualquer. Nesse sentido, mesmo reconhecendo que a pesquisa indutiva de campo e a imersão nos novos ambientes sociais podem e tendem a suavizar os vieses do pesquisador, os aspectos do mundo ao nosso redor aos quais somos mais sensíveis são aqueles que são mais importantes na prática científica da cultura que nos modelou, ou seja, notamos aquilo que aprendemos a notar, observamos aquilo que aprendemos a observar.

A postura do analista do comportamento de negar o realismo ontológico, que significa que não há uma realidade independente da qual possamos nos apossar ou descrever (ABIB, 1999), nos livra parcialmente do equívoco de atribuir a outras pessoas e lugares características que possuam seu alcance explicativo e descritivo limitados por nossos recursos verbais. É verdade que não podemos esperar compromisso com os dados brutos, tampouco pretender neutralidade diante deles porque, como vimos, tudo e qualquer coisa que possamos perceber e descrever o fazemos limitados por nossos repertórios comportamentais, mas assumimos essa dificuldade já de saída, ao contrário de outras

perspectivas em Ciência que buscam a verdade objetiva por detrás das aparências, ou as essências dos fenômenos.

Vejamos Skinner a este respeito (1974/2006):

Verdade. A verdade de uma afirmação de fato está limitada pelas fontes do comportamento do falante, pelo controle exercido pelo cenário atual, pelos efeitos de cenários semelhantes no passado, pelos efeitos sobre o ouvinte conducentes a precisão, exagero ou falsificação, e assim por diante. Não há maneira de uma descrição verbal de um cenário poder ser absolutamente verdadeira. Uma lei científica é possivelmente derivada de muitos episódios desse tipo, mas é igualmente limitada pelo repertório dos cientistas envolvidos. A comunidade verbal do cientista mantém sanções especiais, no esforço de garantir validade e objetividade, mas, uma vez mais, não pode haver um absoluto. Nenhuma dedução de uma regra ou lei pode, por isso, ser absolutamente verdadeira. Se houver uma verdade absoluta, ela só pode ser encontrada em regras derivadas de regras, e isto é mera tautologia (p. 118).

Não podemos deixar de notar o quão interessante pode parecer essa Antropologia contemporânea aos analistas do comportamento. Assim como uma pedra não cai no chão por conta da lei da gravidade, ela apenas cai, e a lei da gravidade parece uma descrição eficaz do fenômeno para sua predição e controle por parte do pesquisador, um nativo de uma tribo indígena da Melanésia não faz o que faz ou não é quem dizemos que ele é por conta de nossa descrição, que apenas pode ser mais ou menos efetiva do ponto de vista da capacidade do pesquisador em operar no mundo com tal ferramenta explicativa.

Esse também é um dos motivos que diferenciam nosso interesse daquele dos etnógrafos. Embora muitos já se prestaram a descrever comportamento, dificilmente ele próprio é seu objeto de estudo, sendo a ele adicionados muitos elos explicativos que consideramos desnecessários. Como já vimos, postular uma mente coletiva, uma estrutura simbólica de pensamento, uma teia de significados, não ajuda muito em sua explicação, e muitas vezes obscurece suas origens. É ao considerarmos os aspectos comportamentais de uma cultura, ou do ambiente social, portanto, que destacamos o lugar de uma análise funcional do comportamento na investigação das contingências de reforçamento que

compõem uma cultura, e, ao contrário do que afirma Leslie White, convivemos com a Antropologia e até dela nos beneficiamos, uma vez que um corpo de dados de campo muito grande já está disponível para que os olhemos à nossa maneira.

Vejamos, por exemplo, algumas palavras de Ingold (1992):

Eu sugiro aqui uma antropologia ecológica que supere este dilema. Começo pela preposição de que as pessoas permanecem em um intercuro contínuo com seus ambientes. Tal intercuro é o processo da vida. Uma antropologia adequada precisa ter como preocupação central a constituição mútua de pessoas e ambiente nesse processo. Ainda, ao tratar do processo em termos tanto de uma acomodação da cultura aos imperativos da natureza, ou de uma apropriação da natureza dentro das categorias de cultura, teorias ortodoxas levantam uma barreira impermeável entre o 'mundo interior' de sujeitos humanos e suas condições exteriores de existência, ou entre forma ideal e substância física. Para tanto é suposto que pessoas não podem nem agir ou atuar sobre seus ambientes diretamente, mas apenas indiretamente através da mediação de suas representações culturais. Tal suposição repousa sobre uma explicação cognitivista da percepção cujas raízes advêm de uma visão de mundo dualista ocidental.

Meu objetivo é substituir o dualismo natureza - cultura pelo entendimento que se segue de uma noção do mutualismo entre pessoa e ambiente (1992, p. 40, tradução nossa³²).

O que o antropólogo sugere é nada menos do que o fim do dualismo mente-corpo, suposta raiz de um dualismo entre homem e ambiente que, em sua visão, prejudica a formação de uma Antropologia Ecológica capaz de lidar com o que considera o objeto de estudo adequado, a inter-relação pessoa e ambiente. Tal empreendimento não é muito diferente do que Skinner buscou fazer sua vida toda, mais especificamente estudando os processos ontogenéticos que Ingold chamou de “o processo da vida”.

³² “I suggest here an alternative ecological anthropology that would overcome this dilemma. I start from the proposition that persons endure through a continuous intercourse with their environments. This intercourse is the life process. An adequate ecological anthropology must be centrally concerned with the mutual constitution of persons and environment in this process. Yet in rendering the process in terms either of an accommodation with culture to the imperatives of nature, or for an appropriation of nature, within the categories of culture, orthodox theory erects an impermeable barrier between the “interior world” of human subjects and their exterior conditions of existence, or between ideal form and physical substance. For it is supposed that persons can neither know nor act upon their environments directly, but only indirectly through the medium of their cultural representations. This supposition rests upon a cognitivist account of perception whose roots lie deep in the western dualistic worldview.

My aim is to substitute for this nature-culture dualism an understanding that proceeds from a notion of the mutualism of person and environment”.

Para o avanço da discussão sobre o conceito de cultura, Santos (1983/2006), a reboque de suas críticas ao relativismo no plano ético e em acordo com Boas e parte dos autores mencionados, procura ressaltar a importância de pensarmos na cultura como um processo. Para ele, discutir sobre cultura implica inexoravelmente em discutir o processo social concreto, ou seja, aspectos como lendas ou crenças, festas ou jogos, costumes ou tradições, analisados isoladamente não significam nada, não dizem nada por si mesmos, algo que só ocorre quando são analisados diante de seu contexto, à realidade social de sua cultura e à história de sua sociedade. Enfatizando:

Quero insistir na ideia de processo, isso porque é comum que cultura seja pensada como algo parado, estático. (...) Nada do que é cultural pode ser estanque, porque a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental (SANTOS, 1983/2006, p.47).

Boas (1920/2005) já enfatizava essa faceta dos fenômenos culturais. Com o autor, “todas as formas culturais aparecem, com maior frequência, num estado de fluxo constante e sujeitas a modificações fundamentais” (p. 45).

Vejamos mais uma passagem de Santos (1983/2006) que também parece um caminho interessante. Ao discutir algumas questões pontuais sobre costumes em países muito distantes geograficamente e culturalmente, pontua, “por mais diferenças que possam existir entre os países, todos partilham processos históricos comuns e contêm importantes semelhanças em sua existência social” (p. 40). Para o analista do comportamento, este pode ser um gancho interessante na construção dessa análise comportamental da cultura. Se fizermos um mero exercício de substituição de palavras no caso da passagem de Santos, obtemos algo como: “por mais diferenças que possam existir entre os países, todos partilham de processos *comportamentais* comuns e contêm importantes semelhanças em sua existência social”.

Esse jogo de palavras nos traz como resultado um bom exemplo das principais pontes que sobrevivem ao exame conceitual entre a definição behaviorista radical e as

antropológicas, que são as noções de fluxo, processo e mudança constante. O comportamento é, por característica da interação entre organismo que se comporta e ambiente no qual se comporta, fluido, processual, e também evanescente, pois ocorre esparramado pelas dimensões do tempo e espaço e não podemos fazer muito senão “bater uma foto” para analisá-lo, pois é impossível isolá-lo de seu contexto (SKINNER, 1953/2003)

É justamente quando voltamos os olhos para os fenômenos e processos que ocorrem no ambiente social que chamamos de cultura, que podemos nos aproximar das palavras de Santos (1983/2006) e analisar os aspectos concretos que a constituem. Despreocupada com a ambição de buscar uma representação da realidade objetiva, e muito mais interessada em um critério de verdade pragmatista para a validade de suas proposições, analisar a cultura em seus aspectos comportamentais nos soa como uma perspectiva de vanguarda.

3. Sobrevivência das culturas

Iniciamos a seção anterior com uma visita às propostas da Antropologia para uma definição de cultura, discutimos algumas que se sobressaíram no percurso histórico de acordo com obras de referência na área, e em seguida fizemos uma revisão e sistematização de uma definição skinneriana de cultura. Esse percurso foi importante porque o diálogo interdisciplinar, apesar de trabalhoso e difícil de ser levado adiante, é fundamental para o avanço da produção de conhecimento, principalmente quando duas disciplinas distintas se debruçam sobre um tema em comum.

Vimos também que são possíveis aproximações entre os tratamentos de alguns antropólogos e o tratamento do Behaviorismo Radical, principalmente o de Skinner, ao tema. Fizemos um breve exercício de comparação entre algumas delas e procuramos

ressaltar aquilo que era compatível e aquilo que era incompatível, tarefa que acreditamos ser central para uma abertura maior entre as disciplinas e que merece mais atenção futura.

A crítica contemporânea aos estudos culturais nas ciências humanas e sociais é forte em relação à imposição ao outro da visão que dele somos capazes de conceber, seja por meio de meras descrições de seus hábitos, de seus tipos físicos, pretensamente isentas de julgamentos de valor, ou pelas propostas neoevolucionistas biologizantes e/ou etnocêntricas (STRATHERN, 1980; WAGNER, 1975/2010). Esse movimento de revisão e reconstrução que já dura alguns anos soa como uma porta aberta para o diálogo com a proposta behaviorista radical, nem tanto pela definição de cultura que esta apresenta, mas principalmente por seus aspectos metodológicos e epistemológicos.

O analista do comportamento logo de início admite suas limitações epistemológicas, ou seja, admite que sua capacidade de conhecer o mundo seja limitada por seus aspectos ontogenéticos e culturais; não temos a capacidade visual de um esquimó do Ártico de distinguir aproximadamente 150 tons de branco, tampouco a acurácia olfativa e auditiva de um membro caçador-coletor da tribo Hadza, da Tanzânia. Como nos mostra Ingold (2000/2002), povos caçadores e coletores como os pigmeus da floresta de Ituri, ou os da dinastia Madurai Nayak, estes no sul da Índia, não compartilham da dicotomia “mundo natural” e cultura, como boa parte do Ocidente, mas se sentem parte integrante em uma relação de troca recíproca e compartilhamento; conseqüentemente, não reconhecem um dualismo entre mente e corpo, tampouco entre cultura e natureza, e esses são bons exemplos de como condições distintas de desenvolvimento dão origem a pessoas que se comportam de forma completamente diferente.

Nesta seção, já com uma contribuição oportuna da Antropologia, e já com uma ideia mais organizada sobre o que o Behaviorismo Radical chama de cultura, problematizaremos o tratamento que dispensa às questões de valor, para que possamos compreender e

questionar aquele que é o ponto central desta dissertação, a prescrição da sobrevivência das culturas no sistema ético skinneriano.

3.1. Uma análise comportamental de valores

A Psicologia como disciplina autônoma se depara com muitos problemas e conflitos aos quais é convocada a intervir, a mediar, a opinar, e assim por diante. Seu objeto de estudo é o ser Humano, que acaba “compartimentado” pelas diferentes abordagens teóricas que surgiram no seu desenvolvimento, frutos de seu tempo e condições históricas. Entre essas compartimentações do ser Humano encontramos a mente, a consciência e mesmo a inconsciência, o psiquismo, o reflexo, entre outras possibilidades.

A despeito das cisões e conflitos internos dentro da disciplina, ter o Homem como objeto de estudo significa ser uma disciplina que lida com fenômenos e processos que são muito próximos do cotidiano das pessoas, o que por vezes dificulta sua inserção e seu destaque enquanto uma prática científica que pode contribuir para a sociedade, pois debates sobre questões cotidianas e custosas aos indivíduos e a uma cultura, como as formas de tratamento e identificação de padrões de comportamento chamados de transtornos mentais, podem ser problemas que durem décadas até encontrarem uma solução compartilhada. Como o comportamento é fluido, é dinâmico, muitos problemas surgem e, conforme o ambiente se transforma com a passagem do tempo e novos acontecimentos, deixam de incomodar, pelo que o apelo a um profissional da Psicologia pode parecer dispensável ao leigo.

Falamos de problemas que são tradicionalmente campo de investigação e atuação da Psicologia, mas ao definir o comportamento humano como objeto de estudo, ampliamos indefinidamente o horizonte do psicólogo, que agora deixa de se preocupar com fragmentos e toma o organismo como um todo. Naturalmente, todo tipo de problema relacionado ao

comportamento humano é também problema para uma Ciência do Comportamento, incluindo aqueles cujo estudo científico muitas vezes é contestado, os valores humanos (SKINNER, 1953/2003; 1974/2006).

Tradicionalmente estudados por um ramo da Filosofia, a Ética, os aspectos humanos relacionados à moral e aos costumes são alvo de controvérsia no campo da ciência, muito pela dificuldade em se determinar exatamente o que estamos investigando quando falamos de valores. A fragmentação do ser Humano que observamos na História da Psicologia parece não ajudar muito a este respeito, pois a disciplina que investiga o comportamento humano talvez fosse a que mais pudesse contribuir com o tema, mas cada abordagem teórica trabalha segundo seus próprios critérios epistemológicos, conceituais e metodológicos.

Com Abbagnano (1971/2007), existem duas concepções tradicionais em Ética, que se desdobram de muitas maneiras possíveis, a saber: a Ética dos fins, e a Ética dos móveis. A primeira é considerada “como ciência do *fim* para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza do homem” (p. 380) e seria baseada em um ideal para o qual a Humanidade se dirige naturalmente, é a Ética da “natureza”, da “essência” ou “substância” do ser Humano; a segunda é considerada “como a ciência do *móvel* da conduta humana e procura determinar tal móvel /com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta” (p. 380) e versaria sobre os motivos, ou causas da conduta humana, ou mesmo das “forças” que a determinam, atendo-se ao mundo dos fatos e rejeitando atribuições naturais, essenciais ou substancialistas.

Apesar da importância incontestável da primeira concepção de Ética para os desenvolvimentos da Filosofia, da Ciência e de todas as formas de organização social características do chamado mundo Ocidental, é a segunda concepção que nos interessa mais aqui, pela possível semelhança com o Behaviorismo Radical.

Um bom começo para entendermos o que significa dizer que a ética do Behaviorismo Radical pode ser uma ética móvel, é a pergunta: existem valores absolutos em uma filosofia e uma Ciência do Comportamento? A resposta é mais simples do que parece, e é diretamente relacionada com os processos do reforçamento operante. Skinner (1971/1973) afirma que uma lista de valores, como felicidade, solidariedade, cooperação, amor, entre outros, nada mais é do que uma lista de reforçadores, o que nos leva inevitavelmente a uma segunda pergunta: existem reforçadores absolutos? Se a resposta à pergunta anterior pode vir a ser controversa, a resposta a esta – afora os reforçadores primários que são produtos de uma história filogenética – é mais segura, um reforçador só pode ser assim chamado se observado seu efeito de fortalecimento na probabilidade da resposta diante de contextos semelhantes no futuro, e tal efeito varia enormemente de acordo com os contextos ontogenéticos e culturais aos quais os organismos foram, estão e serão expostos (ABIB, 2002).

Outro aspecto que aproxima a ética skinneriana de uma ética móvel é a rejeição do Behaviorismo Radical a essencialismos e substancialismos. As preocupações de uma Ciência do Comportamento são em sua maioria com relações entre organismos e seu ambiente, mais especificamente com as condições nas quais esse organismo se comporta, os efeitos que seu comportamento produz no ambiente e, por sua vez, com os efeitos que essa mudança no ambiente produz no organismo. Nesse sentido, entendendo o comportamento humano como produto de três tipos de contingências de seleção e variação – filogenéticas, ontogenéticas e culturais –, as explicações que essa ciência venha a produzir se dão em termos seletivos, de tal modo que, de forma análoga à rejeição, pelos biólogos evolutivos, a um *fim*, ou *télos* para o qual seria orientado o processo evolutivo (MAYR, 1997/2008), o comportamento não é guiado por um propósito, intenção ou finalidade anteriormente estabelecidos, e sim é fruto e parte integrante dessas contingências de variação e seleção.

Podemos dizer, portanto, que, assim como não faz sentido definir um elo da cadeia comportamental por suas propriedades físicas, não faz sentido procurar aspectos essenciais, causas últimas ou verdades definitivas em uma Ciência do Comportamento. O Behaviorismo Radical não subscreve as categorias ontológicas subjetivistas ou objetivistas, e a dicotomia aparência-essência perde sentido neste contexto, não sendo possível alcançar ou conhecer a realidade ou a verdade últimas³³. Todavia, este é apenas um exercício comparativo e interpretativo, e não queremos enquadrar a ética skinneriana em uma ou outra categoria, nos limitamos a dizer que se tais posicionamentos não a aproximam de uma Ética do móvel, ao menos a afastam de uma Ética dos fins.

Ainda em Ética, de acordo com Abib (2002) uma objeção comum a uma possível contribuição da Ciência para os dilemas que propõe é a suposta incompatibilidade entre fatos, de um lado, e sentimentos e deveres, de outro. Os fatos seriam objetivos como não o são os sentimentos, e poder fazer não significa dever fazer. Por exemplo, está fora da alçada da Ciência oferecer razões que nos obriguem a fazer clones das pessoas, a despeito de ser cada vez mais capaz de dizer como poderíamos fazê-los; está fora da alçada da Ciência nos dizer o que devemos fazer em relação às pesquisas com células-tronco, embora seus dados forneçam uma série de possibilidades de aplicação.

Sobre a dicotomia fatos e sentimentos, Abib (2002) aponta que Skinner reconhece as diferenças entre ambos, mas que elas só fazem sentido na ausência de uma Ciência do Comportamento. A despeito de sua importância e destaque na vida cotidiana das pessoas, os sentimentos foram tomados como impossíveis de serem estudados cientificamente por movimentos filosóficos e científicos anteriores, especialmente por seu caráter de difícil acesso, ou “subjetivo”, “(...) Existe um mundo privado de sentimentos e estados da mente,

³³ Para maiores detalhes sobre tais questões, ver Laurenti, Lopes (2009).

mas ele está fora do alcance de uma segunda pessoa e, portanto, da ciência” (SKINNER, 1989, p. 3, tradução nossa³⁴).

Mais uma vez voltamos ao ser Humano fragmentado do legado cartesiano, especialmente em termos de seu funcionamento psicológico. Um dos motivos principais da persistência dessa dicotomia é a crença na separação ontológica das questões sentimentais e factuais, ou seja, aquilo que é do campo da subjetividade não pode ser detectado por uma investigação puramente física, e quem o fizesse incorreria em reducionismo. Mas essa não é a posição behaviorista radical, e diríamos mais, “(...) Certamente, essa não é uma posição satisfatória. A maneira como as pessoas se sentem é, frequentemente, tão importante quanto o que elas fazem” (SKINNER, 1989, p. 3, tradução nossa³⁵), e uma Ciência do Comportamento não pode prescindir deste aspecto fundamental da vida humana.

Os sentimentos são comumente compreendidos de duas maneiras no texto skinneriano. Por um lado, são identificados com estados corporais, ou aquilo que está ocorrendo no corpo quando estamos sentindo alegria, tristeza, e assim por diante; por outro lado, são fruto da cultura, pois são os ambientes sociais verbais que nos ensinam a discriminar, nomear e falar sobre eles, a despeito de sua difícil acessibilidade. De uma forma ou de outra, são novamente alvo de uma análise científica enquanto parte constituinte das contingências de reforçamento.

Se como nos sentimos muitas vezes é tão ou mais importante do que como nos comportamos, o modo como nos sentimos em relação a dilemas e conflitos de natureza ética pode ser decisivo para sua resolução, ou mesmo investigação. Em linhas gerais, tais conflitos são identificados como bons ou ruins; podemos nos sentir bem, ou podemos nos sentir mal em relação a algo, mas sabemos que as coisas são um pouco mais complexas do

³⁴ “There is a private world of feelings and states of mind, but it is out of reach of a second person and hence of Science”.

³⁵ “That was not a very satisfactory position, of course. How people feel is often as important as what they do”.

que isso no “mundo real”. É possível – e ocorre com frequência – nos sentirmos bem e mal em relação a uma notícia que recebemos repentinamente: “mãe, descobri que estou grávida!”, “o carro em que seus amigos viajavam sofreu um acidente na rodovia, três faleceram e um está bem e não corre risco de vida”, “você foi aprovado no vestibular, mas terá que se mudar para longe de sua família”, são exemplos de situações em que é muito provável que tenhamos sentimentos contraditórios. A contradição precisa ser traçada às contingências de reforçamento passadas e presentes, responsáveis pelo nosso comportamento, em outras palavras, os sentimentos são contraditórios porque as contingências são contraditórias.

Sentimo-nos bem ou mal devido às contingências atuantes, cujos efeitos podem ser o de fortalecimento do “comportamento com a apresentação de reforçadores positivos ou com a remoção de reforçadores negativos, ou enfraquecê-lo com a remoção de reforçadores positivos ou com a apresentação de reforçadores negativos”. Conjuntamente a esses processos de fortalecimento ou enfraquecimento, estão os sentimentos que os acompanham. É nesse contexto em que Skinner afirma que, a despeito das propriedades físicas dos eventos, são as condições corporais as mais importantes, sendo que boa é a apresentação de reforçador positivo e a remoção de reforçador negativo, e má é a relação justo oposta (ABIB, 2002, p. 126).

Já sobre a dicotomia entre fato e valor, autores como Abib (2001; 2002), Graham (1977), Leigland (2005), Rottschaefer (1980), Ruiz; Roche (2007) – para citar alguns que se preocuparam com a questão – apontam para a não plausibilidade do paradigma filosófico tradicional que os opõe qualitativamente, do ponto de vista analítico comportamental. Nas palavras de Skinner, “(...) Sem dúvida, um fato é diferente daquilo que alguém sente em relação a ele, mas o caso é que isso também é um fato” (1971/1973, p. 84), e a Ciência do Comportamento se preocupa com valores tais como fatos.

Todavia, dizer que valores são fatos não é o mesmo que dizer que não existe diferença entre ambos, ao menos no campo de sua ontologia. Podemos resumir a questão da seguinte forma: um valor é um fato, mas um fato não necessariamente é um valor. Quando lidamos com questões de valor, estamos nos comportando sob controle de suas propriedades reforçadoras, dizemos o quanto um prato de filet à parmegiana nos é apetitoso, ou o quanto somos propensos a agir para consegui-lo; dizemos o quanto o frio do inverno paulistano nos é aversivo, ou o quanto somos propensos a agir para evitá-lo. É diferente de dizermos o quão redonda é uma bola de futebol, ou o quão suave é o tecido de uma camisa de linho; nesses casos, estamos nos comportando sob controle de seus aspectos puramente físicos não reforçadores. Em suma, são relações de controle distintas exercidas pelo ambiente sobre nosso comportamento.

Uma melhor compreensão dos valores para o Behaviorismo Radical passa pelo entendimento da distinção entre os efeitos do reforçamento enquanto processo, bem apresentada por Skinner em seu texto *O que há de errado com a vida cotidiana no mundo ocidental?* de 1986.

Tais efeitos são dois, sendo o primeiro o de fortalecimento: “Comportamento que é reforçado tem maior probabilidade de ocorrer novamente” (p. 569, tradução nossa³⁶); o segundo é o prazeroso: “Quando sentimos prazer, não estamos sentindo uma maior inclinação a nos comportarmos da mesma forma. (...) Mais tarde quando repetimos o comportamento que foi reforçado, não sentimos o efeito prazeroso que sentimos quando ocorreu o reforçamento” (p. 569, tradução nossa³⁷). Nesse sentido, aquilo a que chamamos de bom é aquilo que reforça nosso comportamento, seja no sentido de fortalecimento, seja por fazer com que nos sintamos bem, ou seja, pelo seu sentido prazeroso.

³⁶ “Behavior that is reinforced is more likely to occur again”.

³⁷ “When we feel pleased, we are not necessarily feeling a greater inclination to behave in the same way. (...)When we later repeat behavior that has been reinforced, we do not feel the pleasing effect we felt at the time the reinforcement occurred”.

Talvez um exemplo emblemático sobre as dificuldades de interpretação dessa abordagem seja a revisão de Chomsky (1971) ao livro *Para Além da Liberdade e Dignidade*. Uma passagem da autobiografia de Skinner em que rebate declarações do linguista expressa bem aquilo que procuramos descrever nos parágrafos anteriores:

‘Quando Skinner nos diz que um fascinante hobby é “reforçador”, ele certamente não está afirmando que o comportamento que leva a se entregar a este passatempo será aumentado em probabilidade’. Isso é precisamente o que eu afirmei. ‘Ao contrário, ele quer dizer que apreciamos o passatempo’. Isso é precisamente o que eu não afirmei; a condição corporal sentida como prazer é, na melhor das hipóteses, um subproduto do reforçamento positivo (SKINNER, 1984a, p. 320, tradução nossa³⁸).

3.2. Os valores descritos por Skinner

O “valor” que o indivíduo parece ter escolhido com respeito a seu próprio futuro, portanto, não é nada mais que a condição que operou seletivamente ao criar e perpetuar o comportamento que agora parece exemplificar a escolha. Um indivíduo não escolhe entre a vida e a morte; comporta-se de modo que resulta em sobrevivência ou morte (SKINNER, 1953/2003, p. 471).

O tratamento que Skinner dispensa às questões de valor não se limita a desconstruir a dicotomia fato-valor, mas avança na descrição de contingências que são tradicionalmente estudadas pela Filosofia Ética.

Podemos começar descrevendo aquilo que é o bem, ou seja, aquilo que é a consequência reforçadora do comportamento – que possui efeitos fortalecedores e/ou efeitos prazerosos. O sistema de valores definido por Skinner consta de três tipos de reforçadores: o *bem próprio*, ou aqueles eventos que reforçam o comportamento do próprio falante que chama algo de bom; o *bem dos outros*, ou eventos que reforçam o comportamento de outras pessoas que não necessariamente o próprio falante que chama algo de bom; e o *bem da*

³⁸ “When Skinner tell us that a fascinating hobby is ‘reinforcing’, he is surely not claiming that the behavior that leads to indulging in this hobby will increase in probability’. That is precisely what I did claim. ‘Rather he means that we enjoy the hobby’. That is precisely what I did not mean; the bodily condition felt as enjoyment was at best a by-product of positive reinforcement”

cultura, eventos que “reforçariam” uma cultura no sentido de fortalecê-la (SKINNER, 1972a).

O primeiro valor, que consiste no que Skinner chamou de bem pessoal, pode ser descrito como uma consequência que reforça primeiramente o comportamento do organismo que a produziu, especialmente aquele que chama tal consequência de “boa”. Tais consequências possuem lugar no vocabulário popular em expressões que destacam comportamentos de pessoas que “buscam primeiro seu próprio bem”, ou “olham apenas para o próprio umbigo”. Seu poder, como o de todos os outros reforçadores, em última análise é derivado da história filogenética – como tudo é – mas podem também ser reforçadores condicionados.

No campo da filosofia política, alguns exemplos interessantes podem ser encontrados, e destacamos aqui algumas passagens de Henry David Thoreau em seu livro *A Desobediência Civil* (1848/2009), no qual exalta a supremacia dos direitos individuais sobre qualquer tipo de governo de uma maioria. Vale lembrar sua influência em Skinner com *Walden*, e inclusive o autor traz na abertura do livro uma noção de governo que certamente inspirou Skinner, “O melhor governo é o que governa menos” (p. 7).

Thoreau (1848/2009) afirma que devemos ser homens em primeiro lugar, e depois súditos, ao se referir ao papel que desempenhamos em relação ao Estado. Segundo ele, não é desejável cultivar pela lei o mesmo respeito que cultivamos por nosso próprio direito, e “(...) A única obrigação que tenho o direito de assumir é a de fazer a qualquer tempo aquilo que considero direito” (p. 11). Em outra passagem, afirma que o Estado não tem meios para enfrentar a consciência intelectual ou moral de um ser Humano, mas somente seu corpo físico e seus sentidos, e sua única superioridade em relação Humano é sua força física superior, e complementa “(...) Não nasci para ser forçado a nada. Respirarei a meu próprio modo. Vejamos quem é mais forte” (p. 39).

Em ambas as passagens, podemos identificar que seu comportamento é reforçado por tais consequências, e elas o fazem se sentir bem, ou seja, temos aqui um bom exemplo de alguém que se comporta sob controle de alguns reforçadores descritos por Skinner como *bem próprio*. Não se trata de sermos levianos e julgarmos todo o posicionamento político e filosófico de Thoreau por algumas passagens recortadas, mas sim apresentar exemplos textuais e históricos de comportamento cujas consequências reforçam o comportamento do próprio sujeito que se comporta para produzi-la. Thoreau foi uma influência importante tanto para Skinner quanto para diferentes movimentos anarquistas e libertários, entre eles os anarquistas chamados de individualistas e anarquistas filosóficos (COSTA, 1980).

O segundo valor, o *bem dos outros*, consiste em consequências que reforçam o comportamento de outros que não necessariamente aquele que se comporta para produzi-las. Em outras palavras, comportar-se para o bem dos outros é produzir consequências reforçadoras para o comportamento de outras pessoas, e algumas expressões populares que fazem menção a tal valor podem ser vistas em algumas religiões cristãs: “amarás o teu próximo como a ti mesmo”. Quem se comporta produzindo o bem dos outros não necessariamente tem seu próprio comportamento reforçado, a despeito de alguns esforços destas mesmas religiões (entre outras), ou algumas regras sociais também expressas em expressões populares como “não faça com os outros o que não gostaria que fizessem a você”, ou “dar presentes é mais importante do que receber”; no entanto, parece interessante que estimulemos tal relação, produzindo comportamentos pró-natureza, pró-cidadania, e assim por diante.

Skinner (1972a) nos oferece alguns exemplos de situações em que nos comportamos pelo *bem dos outros*:

Um homem paga ao outro para trabalhar por ele. O pagamento é um reforçador condicionado que pode ser trocado por comida, sexo ou algum outro reforçador imediato, e isso explica porque a segunda pessoa trabalha para a primeira. Seu comportamento é em primeiro lugar para o bem da primeira pessoa. Algo parecido ocorre quando admiramos pessoas quando

fazem coisas que nos reforçam. No ato de admirá-las, tornamos mais provável que façam tais coisas novamente. Em certo sentido, trabalham para nós para alcançar nossa admiração, assim como um trabalhador trabalha para um empregador para ser pago (p. 545, tradução nossa³⁹).

Há um intercâmbio de reforçadores que nos faz continuar trabalhando pelo *bem dos outros*, no sentido de que o reforçador que aumenta a probabilidade de nos comportarmos é consequência de nos engajarmos em um comportamento que seja reforçador para esse outro. “Outras pessoas utilizam bens pessoais para nos induzir a trabalhar por seu próprio bem” (SKINNER, 1972a, p. 545, tradução nossa⁴⁰).

Mas nem sempre o balanço dessa interação é “bom” para todos, não no sentido fortalecedor do termo, e sim no que se refere aos sentimentos que produzem. Muito das relações de exploração e opressão que observamos em nossa cultura derivam, entre outras variáveis que merecem ser analisadas, da falta de recursos para buscar bens pessoais de outra forma e, portanto, da dependência de subempregos que pagam o mínimo para a subsistência, ou no caso das mulheres, de parceiros (em sua maioria maridos) provedores que controlam seu comportamento de forma coercitiva.

Tomemos como exemplo violências de gênero, em que práticas culturais hoje consideradas machistas tiveram parte na divisão do trabalho entre gêneros e foram responsáveis por colocar a mulher dentro de casa, distantes dos homens e sua liberdade das ruas, bem como as impedindo de estudar e responsáveis pelo serviço doméstico. (BEAUVOIR, 1949/1970; ENGELS, 1884/1994). No decorrer do século XX, conquistas de lutas sociais feministas permitiram a essa mesma mulher acesso a mais estudo e possibilidades no mercado de trabalho, mas nem sempre isso se traduziu em melhoria de

³⁹ “One man pays another for working for him. The pay is a conditioned reinforcer exchangeable for food, sex, or some other immediate reinforcer, and it explains why the second person works for the first. His behavior is primarily for the good of the first person. Something of this same sort happens when we admire people when they do things which reinforce us. In the act of admiring them we make them more likely to do those things again. In a sense they work for us to achieve our admiration, as an employee works for an employer to be paid”.

⁴⁰ “Other people use personal good to induce us to work for their good”

condições de vida, principalmente para as classes mais baixas, pois enquanto algumas dessas práticas machistas recuam, outras são mantidas e reproduzidas. Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio, publicada pelo IBGE em 2012, demonstram que embora o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho seja notório, quanto maior seu grau de escolaridade, maior a diferença de seu salário em relação ao homem igualmente instruído, de modo que a mulher ganha aproximadamente 70% em relação ao homem. Não fosse o bastante, sua jornada de trabalho, entre o trabalho formal e o informal, incluindo o doméstico, é praticamente o dobro da masculina, 20,8 horas por semana, contra 10 dos homens (BRASIL, 2012).

É também possível que o *bem dos outros* seja conflitante em longo prazo com o *bem próprio*. O exemplo de Skinner é o da figura mitológica do herói, que combate algum tipo de mal pelo bem de seu povo ou nação, e por isso é gratificado, admirado, exaltado. Mais cedo ou mais tarde esse comportamento poderá leva-lo a algum tipo de grave ferimento, ou mesmo à morte em combate, e nesse sentido o bem do grupo se torna incompatível com a sobrevivência do indivíduo. Talvez não precisemos sair muito dos exemplos anteriores para ilustrar este aspecto. Se olharmos novamente para a situação da mulher em nossa sociedade, veremos um destaque para o papel de cuidadora e subalterna, seja dentro de casa ou em postos de trabalho (professoras, enfermeiras, secretárias, entre outras). Seu comportamento é reforçado primeiramente pelo bem daqueles que recebem seus cuidados, mas diferentemente do herói, os conflitos não costumam ser a tão longo prazo, já que desde sempre sofre uma série de restrições e chega a ter sua integridade física e psicológica violada, com casos diários que culminam em morte.

Ainda sobre consequências a curto e a longo prazo, Skinner (1986b) também aponta as dificuldades que podem ter surgido na evolução de ambientes sociais e de práticas culturais calcadas apenas no efeito prazeroso do comportamento, ou apenas em seu efeito

fortalecedor. Os processos de alienação, um dos carros chefes das teorias marxianas na Sociologia, Economia e Psicologia, é um dos exemplos dessa mudança cultural (ENGELS, 1884/1984). Com a constante especialização do trabalho, trabalhadores e donos dos meios de produção, diferentemente dos antigos artesãos, deixam de ter contato com as consequências naturais de seu trabalho. Em outras palavras, ao invés de desfrutar do produto acabado, como o carpinteiro que acompanha todos os passos na produção de uma cadeira, o costureiro que está presente em todos os passos da confecção de uma peça de roupa, ou o confeitoiro que acompanha as etapas de confecção de um doce, o comportamento dos trabalhadores é reforçado – no sentido fortalecedor – por tarefas repetitivas e sem contato com o produto final, tampouco com os efeitos prazerosos do reforçamento.

“Trabalhadores devem continuar a receber reforçadores arbitrários chamados salários, e cidadãos a serem ameaçados com as consequências arbitrárias chamadas punição. Alienação é, então, o que provavelmente se segue” (SKINNER, 1978b, p. 12, tradução nossa⁴¹). Tentativas de suprir essas consequências são feitas com reforço generalizado, em geral o dinheiro, ainda que em quantidades insuficientes para que a motivação de trabalhar se mantenha razoável, ou seja, há uma dificuldade de trocar tais reforçadores por bens diversos (quando muito por bens primários como água e comida, e às vezes de forma escassa). Ao mesmo tempo, tentativas de contracontrole dessas práticas abusivas são levadas a cabo pelos trabalhadores, buscando melhores condições de trabalho que impliquem em menos custo de resposta em troca de mais reforçadores (SKINNER, 1972c, 1986b).

3.3. A hora e a vez do bem da cultura

Nesta seção, discutimos rapidamente aspectos gerais da Ética enquanto disciplina filosófica, para em seguida introduzir o Behaviorismo Radical no debate ético e apresentar

⁴¹ “Workers must continue to receive the contrived reinforcers called wages, and citizens to be threatened with the contrived consequences called punishment. Alienation is then likely to follow”

as razões pelas quais pode ser uma alternativa para o estudo do que costumamos chamar de julgamentos de valor, ou questões ético-morais. A proposta descrita é a desenvolvida por Skinner ao longo de sua vasta obra, que alguns autores costumam chamar de sistema ético skinneriano.

Neste sistema ético apresentado por Skinner, vimos que existem aqueles reforçadores que Skinner chamou de bens pessoais, e aqueles os quais chamou de bens dos outros. O que ainda não vimos foi o terceiro valor, o qual chamou de *bem da cultura*, nosso objeto de análise daqui em diante.

Este terceiro valor diz respeito à possibilidade de sobrevivência de um ambiente social, caracterizado por práticas culturais, que podemos entender como o comportamento entrelaçado de seus membros. Skinner afirma que a partir do momento em que há sinais de que uma cultura pode se perpetuar ou extinguir, é possível que alguns de seus membros se empenhem em promover sua sobrevivência. “Aos dois valores que, como vimos, podem influenciar os que se acham em situação de utilizar uma tecnologia do comportamento, (...) devemos agora acrescentar um terceiro: o benefício da cultura” (1971/1973, p. 108).

A analogia selecionista expressa no modelo de seleção pelas consequências dá o tom, e é um bom começo para compreender o que significa este bem ou benefício cultural. Com o alicerce conceitual dos processos de variação e seleção descritos nas ciências biológicas, Skinner (1974/2006) aponta algumas “(...) notáveis semelhanças na seleção natural, no condicionamento operante e na evolução dos ambientes sociais” (p. 175), e também em relação aos valores a eles subjacentes. O que é bom para a espécie seria o que lhe ajuda a sobreviver; o que é bom para o indivíduo seria o que lhe promove o bem-estar; e o que é bom para a cultura seria o que lhe ajuda a solucionar seus problemas.

A resolução dos problemas é de fato um aspecto central para que possamos compreender o sistema de valores de Skinner, pois assim como no nível ontogenético, em

que as classes de respostas que solucionam problemas são reforçadas e tendem a serem propagadas, práticas culturais habilidosas na resolução dos problemas de uma cultura tendem a fortalecê-la, aumentando sua chance de transmissão para as gerações futuras e, portanto, de sobreviver. Com Skinner (1953/2003):

Algumas mudanças na cultura podem ser feitas por causa de consequências que podem ser descritas, grosso modo, como felicidade, liberdade, saber, etc. Finalmente a sobrevivência de um grupo adquire uma função semelhante. O fato de que dada prática se relacione com a sobrevivência torna-se eficiente como uma condição anterior no planejamento cultural. A sobrevivência chega tarde entre os assim chamados valores porque o efeito de uma cultura sobre o comportamento humano, e por sua vez sobre a perpetuação da própria cultura, pode ser demonstrado apenas quando uma Ciência do Comportamento humano já se desenvolveu. A ciência acelera a “prática de alterar a prática” exatamente porque a ciência fornece uma enorme quantidade de exemplos nos quais as consequências das práticas são conhecidas. O indivíduo familiarizado com os resultados da ciência tem mais probabilidade de estabelecer condições comparáveis no planejamento cultural, e podemos dizer, se a expressão não for mal entendida, que ele usa a sobrevivência como um critério para avaliar uma prática (p. 471).

Com uma vida muito voltada para a ação, para a construção de engenhocas e aparatos que facilitassem sua vida e resolvessem problemas cotidianos, suas proposições teórico-filosóficas são mais um exemplo cristalino desse padrão comportamental que caracterizam essa preocupação, levando o autor a identificar a sobrevivência com essa capacidade. Como podemos ver nesta passagem:

O fato é que tem maior probabilidade de sobrevivência uma cultura que, por qualquer razão, induza seus membros a trabalhar pela sua sobrevivência ou por algumas de suas práticas. A sobrevivência é o único valor pelo qual se deve julgar eventualmente uma cultura, e qualquer costume que a favoreça tem, por definição, valor de sobrevivência (SKINNER, 1971/1973, p. 110).

Essa linha de argumentação é coerente com a tentativa constante de Skinner de produzir soluções aos problemas do dia a dia, e caminha em direção ao que Melo (2004) identificou como a concepção ser Humano no Behaviorismo Radical, o planejador comprometido com a sobrevivência de sua cultura. O papel do ser humano para Skinner é o

papel de planejador e manejador de contingências, não apenas limitados à modificação de comportamento – que já produziu uma série de críticas à terapia comportamental de uma época particular – mas ativo na modificação de contingências de reforçamento em ambientes sociais, ou culturas, ativo no campo da educação, da psicoterapia, do governo, da economia, e em todas as possibilidades que envolvam questões políticas e sociais.

Walden Two já dava muitos sinais desses inquietamentos no autor. Recebido como uma obra de ficção, uma peça de literatura utópica, tratou-se muito mais de exercitar possibilidades que considerava reais, “*Walden Two* era diferente; era, penso eu, plausível aqui e agora – ainda mais, na verdade, do que quando escrevi o livro” (SKINNER, 1984a, p. 83, tradução nossa⁴²). Foi talvez o primeiro momento de uma proposta de planejamento de uma cultura como um todo, esse papel que Skinner toma para si, mesmo que na forma de ficção, na esperança de que os recursos tecnológicos da ciência comportamental permitam uma incursão sem volta às comunidades experimentais.

“Quando falamos de um planejamento ‘deliberado’ da cultura, queremos indicar a introdução de uma prática cultural ‘por causa de suas consequências’” (SKINNER, 1953/2003, p. 465), e isso significa negar, assim como já havia sido negada à filogênese e à ontogênese, uma direção, um objetivo ou um propósito a ser alcançado. Em outras palavras, a prática de alterar práticas não tem caráter teleológico, e é, assim como todo comportamento operante, selecionada pelas suas consequências em contingências do passado, que no caso do terceiro nível de seleção, são a sobrevivência dessa cultura.

Mas o papel do ser Humano enquanto planejador da cultura implica em algumas perguntas, essencialmente as mesmas que levantamos quando tratamos de valores na subseção anterior, e já discutidas pelo próprio Skinner em diversas oportunidades (1953/2003; 1971/1973; 1974/2006; 1978b; 1987). Entre elas, “qual valor deverá nortear a

⁴² “*Walden Two* was different; it was, I thought, plausible here and now – more so, in fact, than when I had written the book”.

ação do planejador?"; "quem será o planejador, ou quem exercerá o controle?"; "o que garante que ele não vai controlar para o seu próprio bem?" ou como poderíamos perguntar aos membros do Congresso Nacional, "como garantir que não vão legislar em causa própria?".

Ao mudar a ênfase da agência individual para o ambiente selecionador, interessa muito mais ao Behaviorismo Radical e a uma Ciência do Comportamento discutir as dimensões e características desse ambiente, em geral um ambiente social, ou uma cultura. É preciso garantir que os valores que permearão esse ambiente social, seus reforçadores, sejam do "gosto, não dos homens de hoje, mas dos que nele viverão" (SKINNER, 1971/1973, p. 131).

Analisando as proposições de Skinner, Melo (2004) aponta que o que é bom para uma cultura é aquilo que é bom para as futuras gerações, e "comportar-se pelo 'bem' da cultura implica... se comportar sem ser afetado pelas consequências últimas de seu comportamento" (p. 73). Temos aqui um dos primeiros problemas da prescrição; se já é difícil encontrar consenso em relação aos valores tradicionais, chamados por Skinner de transicionais, a proposta de pensar nos homens de amanhã em detrimento dos reforçadores atuais encontra uma barreira ainda maior, a de "convencer" as pessoas a adotarem a sobrevivência, dito de outra forma, de coloca-las sob controle de seus efeitos.

Isso ocorre porque, segundo Abib (2002), o conceito de sobrevivência implica em prescrever um valor que não é um reforçador, seja primário ou condicionado, e que não pode ser explicado em termos da história filogenética da espécie. O que é curioso pois trata do "fortalecimento" de uma cultura, mas não podemos reforçar uma cultura, ou puni-la, tampouco pergunta-la como se sente a respeito de algo. O máximo que podemos fazer é lidar com o comportamento de seus membros, e sobrevivência nesse sentido significa que se comportar conforme ensina sua cultura lhe é reforçador, o que lhe faz continuar se

comportando dessa forma e mantendo sua cultura viva, em maior ou menor grau conforme o número de praticantes.

Um segundo problema é o caráter plural das culturas que existem no planeta. Até por uma questão de coerência, é necessário olharmos para o mando skinneriano à luz da proposta de definição de cultura que desenvolvemos na seção anterior, e os problemas decorrentes de uma prescrição desse tipo não são muito diferentes dos problemas decorrentes das práticas culturais colonialistas que mencionamos na primeira seção.

Cultura pode ser entendida, preferencialmente, como ambiente social. Se uma cultura “é “aquilo” em que elas vivem — as contingências de reforço social que geram e mantêm o seu comportamento” (SKINNER, 1969/1984b, p. 184), então qualquer prescrição que não seja a sobrevivência *das culturas* é de uma imprudência alarmante. Não podemos falar em uma cultura sem apontar a qual aspecto ou a quais contingências de reforçamento social estamos nos referindo

É possível que em algum momento estejamos falando de cultura familiar, e nesse sentido não podemos afirmar uniformidade entre uma população muito grande, pois as práticas parentais de famílias de classe média paulistana são razoavelmente distintas de práticas familiares de famílias de classe baixa paulistana de vários pontos de vista, como hábitos alimentares, educativos, estéticos, e assim por diante. Trabalhos como o de Kobarg e Vieira (2008) ilustram tais diferenças. Ambos apontam diferenças significativas entre práticas parentais de famílias de cidades do interior de Santa Catarina e da capital. Os pesquisadores constataram, entre outros aspectos importantes, que mães da zona urbana e com mais escolaridade valorizavam práticas que estimulam o desenvolvimento dos filhos, em contraponto às mães de baixa escolaridade, que valorizavam mais práticas disciplinatórias; já as mães da zona rural passavam mais tempo com seus filhos, enquanto mães da zona urbana relataram que seus filhos passam mais tempo com outras crianças.

É possível que em outro momento estejamos falando de cultura musical, e diversos ambientes sociais musicais existentes em nossa sociedade prescrevem diferentes formas de se relacionar com o mundo, como os velhos chavões “sexo, drogas e rock’n’roll”, ou a calmaria das rodas de viola do interior do país.

É também possível que em outro momento estejamos falando de culturas organizacionais, e existem disciplinas científicas e suas ênfases que se dedicam ao estudo de fenômenos e processos do mundo do trabalho, como a Psicologia Organizacional e do Trabalho e a Administração. Diferentes ambientes sociais organizacionais aplicam diferentes normas de funcionamento, principalmente conforme muda a natureza do trabalho envolvido, como o trabalho do secretário executivo que envolve atender telefonemas e organizar agenda, ou o do operário de chão de fábrica, que depende de habilidades motoras refinadas para o manejo de equipamentos perigosos.

Podemos também falar de culturas sexistas, como práticas culturais tradicionais de segregação da mulher da vida pública, confinando-a ao trabalho doméstico e cerceando seu modo de vestir, de se comportar, de se relacionar, e até mesmo seu acesso aos estudos, ou as mutilações corporais ainda presentes em alguns países na África e na Ásia, a despeito de esforços para combater tal prática por órgãos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (2008). Nesse aspecto nosso telhado é de vidro, como mostram Simon, Morris e Smith (2007), em estudo que analisa a participação feminina em eventos da *Association for Behavior Analysis International* e de três dos principais periódicos em Análise do Comportamento. Os autores encontraram uma grande disparidade do número de homens e mulheres, sendo que as áreas conceituais e experimentais, bem como praticamente todas as modalidades mais prestigiadas dos congressos da entidade, como a de convidados para debates, são predominantemente masculinas, com ligeira alteração do panorama nas áreas de pesquisa aplicada.

Esse não chega a ser um problema para a prescrição skinneriana, pois repetidas vezes o autor endossa a necessidade de olharmos para o bem do maior número de pessoas, ou da humanidade como um todo (ver SKINNER, 1972a). Entendemos isso como uma valorização da pluralidade cultural, mas também entendemos que existe uma negligência de Skinner com as consequências históricas de uma possível ação voltada para a sobrevivência. Em outras palavras, simplesmente dizer que “(...) Gostemos ou não da ideia, a sobrevivência é o valor pelo qual seremos julgados”, e que “(...) A cultura que leva a sua sobrevivência em conta tem mais possibilidades de sobreviver” (SKINNER, 1969/1984b, p. 210) não muda o fato de que em nome da sobrevivência, declaradamente ou não, as pessoas estão matando, estuprando, torturando, explorando, oprimindo, e assim por diante.

A análise das agências de controle desenvolvida por Skinner em *Ciência e Comportamento Humano* já apontava para o fato de que a concentração de poder tende a ser altamente reforçadora, e um grupo organizado tende a agir para se manter no poder, ou perpetuar a existência da agência. Não precisamos divagar muito para trazer um bom exemplo, basta notar as dificuldades de instituições religiosas como a Igreja Católica Apostólica Romana em adentrar aos tempos atuais e se manter viável para as novas gerações sem contrariar alguns de seus dogmas centrais, ou seja, regras cerimoniais que possibilitaram seu controle sobre a população e garantiram que a oferta de reforçadores sociais fosse por ela manejada, quais sejam a permissão do uso de métodos contraceptivos, a liberação do aborto, ou a aceitação de expressões de sexualidade diferentes da heteronormativa.

Um exemplo das contingências sociais conflitantes é o documento que o Vaticano está se empenhando em redigir, como uma reflexão sobre a possível aceitação dos fiéis não heterossexuais e o papel da Igreja na contemporaneidade (PULLELA, 2014), e é possível que uma análise funcional mais detalhada demonstre ganhos para a agência em flexibilizar

algumas de suas normas, ao passo que mantê-las mais rígidas pode acarretar em perda de fiéis e de receita, ou seja, de reforçadores.

Como nos lembrou Santos (1983/2006), as mesmas civilizações que propunham uma visão relativista da cultura foram as que invadiram, dominaram, escravizaram e dizimaram inúmeros povos nativos de vários continentes, da Ásia às Américas. O que nos leva a crer que trabalhar pela sobrevivência de nossa cultura é uma coisa boa? Ora, se para trabalhar para essa sobrevivência precisamos empregar métodos como escravização sexual e genocídio, no mínimo temos um problema de proporções mundiais nas mãos.

Do ponto de vista da prescrição, Skinner foi um forte defensor de métodos cooperativos de vida em sociedade, e podemos ver sua preocupação expressa neste trecho:

Quando, em um encontro no Grand Rounds no Hospital Geral de Massachusetts, chamei a mim mesmo de anarquista benigno (...), disseram que isso em nada parecia com a ditadura de *Walden Two*. Mas *Walden Two era* anarquista. Nenhuma *pessoa* estava no controle. A comunidade foi planejada de tal forma que polícia, clero, empresários, professores e terapeutas não eram necessários. As funções a eles delegadas no mundo afora eram cumpridas pelas próprias pessoas através de recomendações e censuras face-a-face (SKINNER, 1984a, p. 426-427, *italicos do autor*, tradução nossa⁴³).

Com Skinner (1971/1973), “Práticas que induzem o indivíduo a trabalhar pelo bem alheio presumivelmente favorecem a sua sobrevivência e, por conseguinte, da cultura que dirigem” (p. 109). Suas preocupações com o bem estar geral e com valores que chamou de auxiliares, como saúde, felicidade, segurança, não nos permitem coloca-lo no mesmo balaio das propostas de relatividade cultural e moral que continham em si o germe colonialista, mas é fundamental que notemos as limitações de sua prescrição ética da sobrevivência das culturas.

⁴³ “When, at a meeting of Grand Rounds at Massachusetts General Hospital, I called myself a benign anarchist (...), someone said that that was not like the dictatorship of *Walden Two*. But *Walden was* anarchistic. No *person* was in control. The community was designed in such a way that police, clergy, entrepreneurs, teacher, and therapists were not needed. The functions delegated to them in the world at large were performed by the people themselves through face-to-ace commendation and censure”.

Um terceiro problema da sobrevivência das culturas é o da competição. Nos momentos em que Skinner toca no assunto, notamos certa ambiguidade, tanto em admiti-la enquanto problema, quanto em avaliar suas possíveis contribuições para a evolução cultural. Em alguns momentos o autor rechaça a inevitabilidade de competição entre culturas no processo evolutivo. Seu principal argumento consiste em apontar para uma suposta incompreensão do processo evolutivo por parte de quem aponta o problema da competição, o que seria pressupor uma espécie de darwinismo social.

Vale a pena recuperar textos do próprio Skinner a esse respeito, e começaremos por aqueles que negam a competição. Uma primeira passagem em *Ciência e Comportamento Humano*, a respeito da dificuldade de lidar com a sobrevivência enquanto valor, e dos limites de se pensar em competição no processo evolutivo:

Como sobrevivência sempre pressupõe competição, mesmo que apenas com o ambiente inanimado, parece não haver definição de “boa” cultura na ausência de competição. Não parece haver um meio pelo qual possamos testar o valor de uma sobrevivência da cultura *in vácuo* para determinar sua excelência absoluta. De outro lado, a sobrevivência temporária de uma cultura não é prova de sua excelência. Todas as culturas atuais sobreviveram, muitas delas sem mudar muito por centenas de anos, mas isto pode não significar que sejam melhores que outras que pereceram ou sofreram modificação drástica em circunstâncias mais competitivas. O princípio da sobrevivência não nos autoriza a alegar que o status quo deve ser bom porque existe agora (1953/2003, p. 469).

Em seu artigo denominado *A behavioral analysis of value judgements*, o autor apresenta uma prévia do ponto de vista desenvolvido em *Para Além da Liberdade e Dignidade*, caminhando novamente em direção oposta à competição como condição para a evolução cultural:

Somos mais propensos a ver a sobrevivência da cultura em competição com outras culturas. Podemos visualizar emergências futuras como a dominação de mercados mundiais, conquistas militares, ou a disseminação de uma religião ou sistema econômico. Quando os russos enviaram o primeiro satélite artificial ao redor da Terra, não foi difícil visualizar uma guerra na qual nova tecnologia poderia decidir a questão. (...) O fato lamentável é que nacionalismo bairrista, verdades religiosas reveladas, um comprometimento com o determinismo histórico, ou com o Darwinismo social, levam a definições estreitas do valor de sobrevivência e, portanto, a

um planejamento cultural necessariamente limitado. Eles reconhecem apenas uma das contingências de sobrevivência a serem encaradas por uma cultura – a saber, embate mortal com outras culturas. Como resultado, no próprio ato de fortalecimento de uma cultura ela pode enfatizar e mesmo encorajar atividades que podem leva-la à sua destruição (1972a, p. 550, tradução nossa⁴⁴).

Agora já desenvolvendo melhor o argumento sinalizado no artigo anterior, Skinner, em *Para Além da Liberdade e Dignidade*, afirma que há outras condições importantes para a sobrevivência e que a competição é apenas mais uma forma de interação, em primeiro lugar com seu meio físico não-social, e secundariamente com seu meio físico social:

A competição com outras formas não é a única condição importante para a seleção na evolução biológica nem mesmo na cultural. Tanto as espécies como as culturas “competem” primeiramente com o meio físico. A maior parte da anatomia e da fisiologia de uma espécie se relaciona com a respiração, a alimentação, a manutenção de uma temperatura conveniente, a sobrevivência ao perigo, a luta contra a infecção, a procriação, e assim por diante. Apenas uma parte diz respeito ao êxito na luta contra os demais membros da mesma espécie ou contra outras espécies, e foi esta, portanto, a razão de sua sobrevivência. Da mesma forma, a maioria dos costumes que compõem uma cultura diz mais respeito ao sustento e à segurança do que à competição com outras culturas, e foram selecionados por contingências de sobrevivência em que o êxito na competição desempenhou um papel secundário (1971/1973, p. 108).

Mais tarde Skinner retomaria o argumento de seu livro, em um review para o jornal *New York Times* em 1972, voltando a enfatizar a importância de contingências de cooperação para a sobrevivência, em detrimento da competição:

Planejar para quê? Há apenas uma resposta: a sobrevivência da cultura e da humanidade. Sobrevivência é um valor difícil (comparado, digamos, com vida, liberdade ou a busca pela felicidade) porque é difícil de prever as condições que uma cultura precisa alcançar, e estamos apenas começando a compreender como produzir o comportamento necessário para atingi-las. Além disso, somos propensos a rejeitar a sobrevivência como um valor por que sugere competição com outras culturas, como no Darwinismo social,

⁴⁴ “We are most likely to view the survival of a culture in competition with other cultures. We can visualize future emergencies in the form of the domination of world markets, military conquests, or the spread of a religion or economic system. When the Russians sent the first artificial satellite around the Earth, it was not difficult to visualize a war in which new technology might decide the issue. (...) The unfortunate thing is that jingoistic nationalism, revealed religious truths, a commitment to historical determinism, or social Darwinism lead to narrow definitions of survival value and, therefore, a necessarily limited social design. They recognize only one of the contingencies of survival to be faced by a culture – namely, struggle to the death with other cultures. As a result, in the very act of strengthening a culture one emphasizes and even encourages the kinds of activities which may lead to its destruction”.

em que o comportamento agressivo é engrandecido, mas outras contingências de sobrevivência são importantes, e o valor de comportamentos cooperativos e solidários pode ser facilmente demonstrado (1972c, p. 29, tradução nossa⁴⁵).

Não é difícil compreender suas intenções, e já afirmamos anteriormente que é nítida sua preocupação com a promoção de ambientes sociais cooperativos, com controle face-a-face e menos coercitivo, coerção essa mais comum no caso do controle exercido pelas agências, e, portanto, sua insistência com a necessidade de formação de grupos menores, em que o controle de variáveis estranhas seria mais fácil e a intermediação das agências seria dispensável. Todavia, há evidências textuais de uma posição contraditória de Skinner a respeito da competição no processo evolutivo, e parece conveniente destacar alguns deles.

Em artigo que discute o papel das máquinas de ensinar após uma década de sua implementação, Skinner demonstra preocupação com as tecnologias de ensino em vigência no sistema educacional americano, e o pano de fundo para tais questionamentos parece ser o desenvolvimento da cultura americana, possivelmente por conta da guerra tecnológica e da corrida espacial levada a cabo na competição entre as duas potências mundiais à época, os EUA e a URSS. Com suas palavras:

Confiança *na* educação é outro resultado possível de uma tecnologia de ensino efetiva. Competição entre as várias culturas do mundo, belicosa ou amigável, é hoje um fato aceito, e o papel desempenhado pela educação em fortalecer e perpetuar um determinado modo de vida é nítido (1963, p. 177, tradução nossa⁴⁶).

⁴⁵ “Design for what? There’s only one answer: the survival of the culture and of mankind. Survival is a different value (compared, say, with life, liberty or the pursuit of happiness) because it is hard to predict the conditions a culture must meet, and we are only beginning to understand how to produce the behavior needed to meet them. Moreover, we are likely to reject survival as a value because it suggest competition with other cultures, as in social Darwinism, in which aggressive behavior is aggrandized, but other contingencies of survival are important, and the value of cooperative, supportive behavior can easily be demonstrated.

⁴⁶ Confidence *in* education is another possible result of an effective technology of teaching. Competition between the various cultures of the world, warlike or friendly, is now an accepted fact, and the role played by education in strengthening and perpetuating a given way of life is clear. No field is in greater need of our most powerful intellectual resources. Na effective educational technology based upon an experimental analysis will bring it support commensurate with is importance in the world today”.

Um ano mais tarde, em um simpósio cuja temática era visões do ser Humano existentes na Filosofia, Skinner se propõe a contrapor as noções tradicionais de ser Humano autônomo com a sua, que chamou de visão científica. O fato era que as visões tradicionais dispunham de mais aceitação e popularidade do que a que apresentava a Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical, mas lançar uma nova luz sobre a Humanidade não mudaria sua natureza e teria como principal vantagem uma possibilidade mais concreta de lidar com os problemas humanos. A forma com que Skinner apontou as vantagens de sua visão é interessante para nosso presente propósito:

A dura realidade é que a cultura que mais rapidamente reconhecer a validade de uma análise científica é mais propensa a ser bem sucedida na competição entre culturas que, quer gostemos ou não, decidirá finalmente todas essas questões (1964, p. 485, tradução nossa⁴⁷).

Novamente tratando do tema educação, no livro *Tecnologia do Ensino*, capítulo XI, Skinner volta a se referir à competição entre culturas como um fator importante, e podemos perceber a influência de seus ambientes sociais, pois o satélite soviético Sputnik volta a ser seu argumento (e reapareceria em textos posteriores) para o que viria a chamar mais tarde de “vergonha da educação americana”, em comparação com a soviética. Vejamos suas palavras:

Como as mutações genéticas, as fontes de novas práticas educacionais são, em geral, independentes das condições sob as quais são selecionadas. Uma prática que surge como que por acidente pode ter valor de sobrevivência, como pode tê-lo também uma destinada explicitamente a maximizar as consequências reforçadoras ou outra destinada a maximizar a força da cultura. Mas foi só recentemente que a força da cultura deu origem a reforçadores condicionados que modelem e mantêm a política educacional. O primeiro Sputnik foi um exemplo dramático. Chamou imediatamente a atenção para a educação científica e técnica nos Estados Unidos, e uma nova política foi generosamente financiada pelas suas contribuições presumíveis à sobrevivência da cultura, dramatizada como resultado da competição com outra cultura (1968/1975, p. 221).

⁴⁷ “The hard fact is that the culture which most readily acknowledges the validity of a scientific analysis is most likely to be successful in that competition between cultures which, whether we like it or not, with decide all such issues with finality”.

A possibilidade de definição de cultura como um experimento, conforme vimos na seção anterior, nos leva a uma passagem interessante em *Ciência e Comportamento Humano*. Segundo Skinner, o “teste experimental de uma dada cultura é fornecido pela competição entre grupos sob as condições características de uma dada época particular” (1953/2003, p. 469), passagem que vem a ser complementada depois quando o autor afirma que não é possível observar o efeito do planejamento no vácuo, pois não parece haver um meio de testar seu valor de sobrevivência dessa forma, é preciso que haja alternativas para que vejamos seus respectivos efeitos e para que o ambiente possa selecioná-las.

Ora, a competição seria então um fato aceito, seria um motor evolutivo também, pois faz com que as culturas se empenhem em superar umas as outras, mas ao mesmo tempo é um aspecto secundário e a competição seria antes com o ambiente físico não-social do que propriamente com o físico social. Ela é ou não é uma questão importante? É ou não é parte inevitável da evolução cultural, pressuposta na luta pela sobrevivência?

Seus problemas ficam ainda mais evidentes à luz da terceira possibilidade de definição de cultura que propusemos. Voltemos à passagem de *Contingências de reforço: uma análise teórica*, de 1969, “(...) Uma língua não são as palavras ou sentenças 'faladas nela'; trata-se da “ela” na qual são faladas – as práticas da comunidade verbal que modelam e mantêm o comportamento dos oradores” (p. 185). Ao tratarmos cultura ambiente verbal que modela e mantém o comportamento dos oradores, com suas práticas verbais características, e há evidências textuais em Skinner para tal conforme vimos na seção 2.2, a possibilidade de sobrevivência de ambientes verbais é objeto de debate constante nas Letras, em especial na Linguística e suas disciplinas, como Sociolinguística e Política de Línguas.

Talvez o maior exemplo seja a obra de Marcos Bagno, *Preconceito Linguístico, o que é e como se faz* (1997/2009). A linha argumentativa do autor consiste em apontar

problemas históricos de valorização de algumas formas manifestas de linguagem em detrimento de outras, tomadas enquanto variantes equivocadas ou desvalorizadas e enquadradas em um critério normativo de “certo” e “errado” de acordo com o que é comumente chamado de língua ou norma culta.

Embora oriundo de uma disciplina científica diferente da Psicologia, e mais ainda da Análise do Comportamento, Bagno traz reflexões e dados produzidos em investigações científicas criteriosas e comprometidas com problemas sociais, e pretendemos aqui olhar para eles em seus aspectos comportamentais, pois podem ser reinterpretados à luz de uma análise funcional das contingências de reforçamento verbais.

Uma das questões que são fundantes para o fenômeno que chama de preconceito linguístico, o qual pretende combater, é a noção – carregada de preconceito – de que há uma “unidade linguística do Brasil”, que desconsidera a variedade e diversidade do português falado no país, resultando na tentativa da escola estabelecer uma norma linguística, que supostamente “seria a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização” (p. 15).

Segundo Bagno (1997/2009), todas as pessoas que nasceram e se criaram no Brasil dominam a língua materna. Crianças de 3 a 4 anos já dominariam o português perfeitamente, não no sentido normativo da língua culta, mas de forma eficiente de acordo com os contextos em que vivem, sem nenhuma necessidade do contato com as regras gramaticais formalizadas. Skinner faz afirmações muito semelhantes em alguns momentos, como em seu artigo de 1977, *Por que não sou um psicólogo cognitivista*, por exemplo:

Relações mais complexas entre os comportamentos do locutor e do ouvinte caem no campo da sintaxe e da gramática. Até a época dos gregos, parece que ninguém sabia que havia regras de gramática, ainda que as pessoas falassem gramaticalmente no sentido em que se comportavam efetivamente sob as contingências mantidas pelas comunidades verbais, assim como as crianças de hoje aprendem a falar sem a necessidade de regras para seguir (...). Mas não há evidência de que regras tenham qualquer participação no

comportamento do falante comum. Usando um dicionário e uma gramática nós podemos compor sentenças aceitáveis em uma língua que não falamos, e podemos ocasionalmente consultar um dicionário ou uma gramática ao falar nossa própria língua, mas mesmo assim raramente falamos aplicando regras. Nós falamos porque nosso comportamento é modelado e mantido pelas práticas de uma comunidade verbal (1977/2007, p. 316).

As diversas manifestações linguísticas que observamos ao olhar para outros contextos podem ser entendidas como variedades de português não padrão, e Bagno chama a atenção para o grande problema, que é o fato de serem “alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes do português-padrão ou mesmo daqueles que, não falando o português-padrão, o tomam como referência ideal” (p. 16-17).

O preconceito linguístico, portanto, se sustenta na noção de que existe apenas uma língua portuguesa ideal, digna de ser assim chamada, e que como tal deve ser ensinada nas escolas, explicada e descrita nas gramáticas, e catalogada nos dicionários. A topografia que foge ao tripé mencionado é considerada, “sob a ótica do preconceito linguístico, ‘errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente’, e não é raro a gente ouvir que ‘isso não é português’” (BAGNO, 1997/2009, p. 39).

Não é difícil para nós, analistas do comportamento, compreendermos que, conforme se alteram as condições físicas e sociais, as contingências de reforçamento também tendem a mudar, e se um determinado ambiente verbal é reconhecido como uma cultura importante, não há razões para outros não o serem, restando as políticas e ideológicas. É por essa linha que argumenta Bagno:

Como se vê, do mesmo modo como existe o preconceito contra a fala de determinadas classes sociais, também existe o preconceito contra a fala característica de certas regiões. É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano linguístico, atores não nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum do Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste de Marte! Mas nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão (p. 42-43).

Começamos a adentrar em um dos problemas da sobrevivência das culturas como prescrição. Tomando a questão das línguas e suas diversas manifestações, e pensando nelas como ambientes verbais, ou culturas, perguntamos: qual língua deve sobreviver? Quais aspectos de uma língua precisam sobreviver? É bom que uma língua sobreviva?

Do ponto de vista behaviorista radical, que pensamos ser compatível com as proposições de Bagno, não faz nenhum sentido valorizarmos mais ou menos diferentes ambientes verbais em detrimento de outros, assim como não o faz do ponto de vista linguístico. Conforme o linguista, toda variedade da língua atende às necessidades das comunidades de seres humanos que a empregam. Quando deixar de atender, ela inevitavelmente sofrerá transformações (1997/2009, p. 46-47).

Essa é precisamente a posição de uma Ciência do Comportamento que se propõe a analisar funcionalmente o comportamento em relação aos seus contextos. Sendo os ambientes verbais, ou culturas, compostas de falantes e ouvintes, como analisou Skinner em seu *O Comportamento Verbal*, as relações funcionais entre os comportamentos dos falantes em relação à sua audiência tendem a variar, conforme variam as audiências. Contingências de reforçamento distintas dão origem a comportamentos distintos, e aquela que pode ser chamada de variação de uma língua deve ser atribuída a variações nas contingências verbais.

Assim como afirma Skinner que o comportamento é

uma matéria difícil, não porque seja inacessível, mas porque é extremamente complexo. Desde que é um processo, e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado para observação. É mutável, fluido e evanescente, e, por esta razão, faz grandes exigências técnicas da engenhosidade e energia do cientista (1953/2003, p. 16),

o estudo da língua também demanda tais requisitos, e tentativas de congelá-la, no sentido de imobilizá-la para manter sua pureza, e limitá-la a um modelo que supostamente descreve as

contingências verbais atuantes, contribuem para que valorizemos determinado modelo em detrimento de outros. Com Bagno:

A gramática tradicional tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado. Mas não é assim. A língua é viva, dinâmica, está em constante movimento — toda língua viva é uma língua em decomposição e em recomposição, em permanente transformação. É uma fênix que de tempos em tempos renasce das próprias cinzas (1997/2009, p. 116).

As consequências desse exercício paralisante, normativo, são, sobretudo, a produção de exclusão. No contexto da saúde mental, há séculos o modelo manicomial normativo é combatido por setores dos profissionais da saúde; no contexto da educação, transtornos de déficit de aprendizagem são trazidos à baila para justificar a fragilidade das contingências de ensino que deveriam ser planejadas pelo professor; no contexto do trabalho, trabalhadores que se recusam a se submeter a salários indecentes e a condições de trabalho indignas são chamados de preguiçosos ou subversivos.

Bagno (1997/2009) destacou que o preconceito contra classes sociais se reproduz no preconceito contra variantes da língua, e o resultado, como vemos, é o domínio de algumas pessoas sobre as outras. Para usar mais um exemplo do linguista, no caso das gramáticas normativas, filiam-se “à tradição que atribui ao domínio da escrita um elemento de distinção social, que é na verdade um elemento de dominação por parte dos letrados sobre os iletrados” (p. 132).

O decorrer do livro nos traz muitos exemplos de como o congelamento da língua e sua normatização produzem exclusão, e talvez a Constituição seja o principal deles. Segundo o autor, a Constituição, que afirma a igualdade de todos perante a Lei no Estado Democrático de Direito, é escrita conforme as normas cultas da língua, o que dificulta a compreensão das mensagens enviadas pelo poder público àqueles oriundos de outros ambientes verbais. Em outras palavras, a contradição começa já na própria lei.

Esse exemplo é particularmente interessante à luz da interpretação de Skinner (1953/2003) sobre as leis. O autor afirma que uma lei “é o enunciado de uma contingência de reforço mantida por uma agência governamental” (p. 370), ou mesmo uma “regra de conduta no sentido de que especifica as consequências de certas ações que por seu turno ‘regem’ o comportamento” (p. 370). Tendo o cidadão dificuldades em identificar as contingências especificadas pelas leis, a probabilidade de cometer atos ilícitos, para dizer o mínimo, é grande, e usualmente a culpa por tê-lo feito recai somente sobre ele, pelo que são negligenciados os mecanismos de exclusão que tentamos descrever.

Como também nos ensinou Skinner, uma agência de controle, que no caso pode ser a governamental, tende a delinear as contingências sociais de modo a perpetuar sua existência, ou seja, a garantir que as pessoas se comportem para sua permanência no poder de controlar. Supomos, portanto, que a prática cultural de normatizar a língua e segregar os falantes não cultos beneficia a setores específicos da população, em detrimento do que os números apontam como uma maioria, até mesmo porque a Academia Brasileira de Letras, expressão máxima do paraíso dos gramáticos, não passa de 40 membros efetivos e 20 eventuais correspondentes estrangeiros (BAGNO, 1997/2009).

Até aqui, à luz das definições de cultura da seção anterior, trouxemos exemplos de problemas sociais amplos que decorrem principalmente da cultura como ambiente social, e da cultura como ambiente verbal. Inerente a ambas é o problema da competição, e demonstramos que existe uma ambiguidade em Skinner a respeito do tema.

A posição de Skinner, ao menos no âmbito descritivo, é de que sobrevivência da cultura parece ter implicado frequentemente em competição, ainda que não necessariamente precise ser assim, problema que ele espera contornar no âmbito prescritivo de sua proposta. Há exemplos tanto no caso de culturas como ambientes sociais – e Skinner testemunhou boa parte desses conflitos – tendo como suas expressões mais dramáticas as duas grandes

guerras do século XX, embora não podemos perder de vista os conflitos cotidianos de minorias políticas como mulheres, negros, homossexuais, transexuais, entre outros; quanto no caso de culturas como ambientes verbais, como as diversas formas de discriminação e exclusão social decorrentes de um processo de normatização da língua, com suas origens na antiguidade grega e seu contexto escravista, caminhando para exemplos mais recentes de exclusão pela incapacidade de compreensão daquele que seria justamente o aspecto inclusivo de uma sociedade, a Constituição.

Skinner algumas vezes negou que a sobrevivência implica em competição, mas afirmou que quando ela ocorre, não se daria entre pessoas, mas sim entre práticas, e Abib (2001) mostra essa posição de forma um pouco mais clara:

A questão central, portanto, resume-se no engajamento em práticas de sobrevivência cultural capazes de competir com práticas mortais para as culturas. Ou seja, a competição não é entre pessoas, grupos e culturas, mas entre práticas de sobrevivência e práticas letais para uma cultura (p. 5).

Perguntamos anteriormente sobre os conflitos entre culturas, perguntamos se é possível escolher uma cultura em detrimento da outra, e perguntamos se faz sentido prescrever a sobrevivência de uma língua em detrimento de outras. Esperamos que os exemplos trazidos demonstrem que inevitavelmente surgem problemas que atingem a vida de centenas de milhares de pessoas, mas se faz necessária mais uma pergunta. Uma vez que ambientes sociais e verbais são, por definição, constituídos de pessoas, é possível falar em competição entre práticas culturais e/ou culturas sem falar de competição entre pessoas? São as pessoas que se engajam em uma forma ou outra de se comportar, as consequências são mediadas e sentidas por pessoas que lá vivem e constituem esses ambientes sociais.

O fato é que se não podemos afirmar que *sempre* há competição entre pessoas, definitivamente não podemos afirmar que *nunca* há competição entre pessoas. Em outras palavras, discordamos de Skinner e de Abib nesse âmbito, e novamente esperamos que os

exemplos trazidos sejam relevantes para firmar nossa posição. Uma outra passagem de Bagno pode nos servir de exemplo mais uma vez:

Que ameaça ao tipo de sociedade em que vivemos representa a democratização do saber linguístico, a divulgação ampla das descobertas deste campo científico, a liberação da voz de tantos milhões de pessoas condenadas ao silêncio por “não saber português” ou por “falar tudo errado”? A quem interessa defender o “português ortodoxo” de uns pouquíssimos “melhores” contra a suposta “heresia gramatical” de muitos milhões de outros? (p. 164).

Não estamos dizendo aqui que não seja possível pensar em práticas apenas, sem levar em consideração as pessoas, como sugere Skinner em algum momento,

(...) Um nacionalismo beligerante pode ser uma maneira fácil de acentuar o bem do grupo, mas a sobrevivência da cultura encarada simplesmente como um conjunto de práticas, quase totalmente independentes das que a praticam, pode também ser tomada como base de um planejamento (1969/1984b, p. 207).

Podemos falar de promover a manutenção e transmissão de um modo de lidar com as chamadas doenças mentais, de uma forma de distribuir renda, de uma forma específica de governar. Mas ora, mudanças de práticas culturais implicam, talvez de forma mais significativa do que uma suposta sobrevivência posterior de um ou outro conjunto de práticas, mudanças nas vidas das pessoas. Além disso, tomarmos as práticas como independentes de sujeitos é recorrer a um tipo de estruturalismo, pois o comportamento das pessoas ali deixa de ser o fator preponderante para lidarmos com um meio de natureza distinta, uma estrutura de práticas.

O argumento recorrente para esse tipo de abordagem pode ser melhor visualizado em Andrey, Micheletto e Sérgio (2005):

Quando falamos em práticas culturais, as consequências agem sobre o grupo e não mais, como no caso da seleção de comportamentos operantes, sobre o operante; em outras palavras, não estamos mais lidando com as relações selecionadoras entre resposta e suas consequências, mas sim estamos lidando com “o efeito sobre o grupo”, efeito este produzido pelo conjunto de comportamentos dos membros do grupo (pp. 151).

Se deixamos de falar sobre operantes, falamos sobre o que? Grupos não existem para além de pessoas, no sentido de que grupos são compostos por comportamentos de pessoas. O efeito sobre o grupo pode ser entendido como efeito sobre o comportamento das pessoas que o compõem. Conforme Graham (1977, p. 103), uma cultura sobrevive e persiste apenas se ela produz suficientes reforçadores para seus membros. Sobrevivência cultural é, portanto, uma questão do quanto ser membro daquela cultura é reforçador, e isso só pode ser medido em termos de o quanto algo é reforçador para cada indivíduo⁴⁸.

Já sobre a afirmação de Graham, será reforçador para os excluídos e marginalizados fazer parte dessa cultura? Em um sentido mais amplo, se a cultura persiste é possível dizer que sim. No entanto, num sentido mais específico, é possível que a alternativa de exercer formas eficazes de contracontrole seja remota e que viver dessa forma seja nada menos do que falta de opção. O Estado não fornece acesso a serviços básicos que desenvolvam repertórios necessários a um projeto de vida com horizonte mais promissor, a iniciativa privada os vende por preços que boa parte da população não consegue arcar, e sobrevive se perpetua uma cultura excludente e preconceituosa.

A gramática tradicional – ou a prática cultural linguística de descrever e valorizar fenômenos linguísticos através de uma gramática normativa culta – continua presente e com força porque exerce outras funções sociais para além de explicar filosoficamente a linguagem humana, “foi transformada em mais um dos muitos elementos de dominação de uma parcela da sociedade sobre as demais”. Prescrever sua sobrevivência é equiparável a prescrever a sobrevivência da “Família, da Pátria, da Lei da Fé”, perdendo de vista outras consequências sociais nefastas (BAGNO, 1997/2009, p. 148). Será que vale a pena a sobrevivência nesses termos?

⁴⁸ Alguns estudos experimentais com metacontingências como unidade de análise, dentre os quais os já citados na introdução desta dissertação, propõem que a seleção não é mais sobre o operante, e sim sobre o culturante. Grosso modo, consequências culturais selecionariam padrões de contingências entrelaçadas e seus produtos agregados. Essa é uma questão em aberto na literatura, e optamos por lidar com a contingência tríplice, até mesmo por uma questão de parcimônia em relação à investigação científica.

Não podemos negar que em alguns sentidos sobreviver é importante. A sobrevivência das experiências semelhantes ou inspiradas em *Walden Two*, como as comunidades de *Twin Oaks* e de *East Wind*, nos Estados Unidos, a de *Los Horcones*, no México, entre outras que delas derivaram, parece uma boa perspectiva. No entanto, em termos de sistemas políticos e econômicos, temos visto uma sucessão de catástrofes, especialmente concentradas no Breve Século XX, para utilizar as palavras do historiador Eric Hobsbawm (1995).

Não por acaso, o breve século XX é exatamente o período de vida de Skinner, e sua postura combativa, seus valores e algumas de suas contradições podem ser traçados às contingências nas quais se desenvolveu seu comportamento. Tanto as culturas capitalistas e socialistas estavam no apogeu de sua competição – as chamadas corridas armamentista e espacial, a guerra fria, e o recorrente Sputnik nos textos skinnerianos podem ser vistos como um efeito disso – quanto o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento surgiam e buscavam se firmar enquanto propostas filosófica e científica relevantes no campo da Psicologia, não sem receber um turbilhão de críticas, das quais destacamos algumas ao longo do trabalho. Na iminência de uma guerra nuclear, sobreviver certamente parecia uma boa ideia.

3.4. Sobrevivência de uma cultura “científica”

Há muitas críticas em relação à posição de Skinner e do Behaviorismo Radical sobre seu suposto status positivista e cientificista, como nos mostram Carrara (2005/1998) e Rodrigues (2006). Novamente aproveitando o campo da Antropologia, em ensaio sobre ética e relativismo, Geertz – cuja opinião sobre Skinner já examinamos – se refere a Skinner de uma forma bem particular: “(...) fundamentalistas científicos, como B. F. Skinner (...)”

(2000, p. 21, tradução nossa)⁴⁹. Castro (2013) afirma que a maior limitação da ética skinneriana é sua faceta tecnocrata. Uma visão geral sobre o fenômeno é encontrada em de Sá (1985):

Como aponta Schneider⁵⁰ (...) ‘são inúmeras as falácias antibehaviorísticas como a da metodolatria, rigidez tecnicista, cientificismo, reducionismo, anti-humanismo (...), mecanicismo, ambientalismo extremo’ (p. 42). E, no entanto, esta é uma descrição fiel da imagem que a maioria dos estudantes de psicologia, e, também muitos professores, fazem do behaviorismo radical. É bastante característico, inclusive, que tais argumentos falaciosos assumam, devido talvez a sua debilidade intrínseca, a forma de restrições e ataques pessoais a Skinner (p. 449).

Concordamos que a imensa maioria das críticas é completamente descabida, e que o projeto filosófico e científico do Behaviorismo Radical proposto por Skinner e levado adiante por aqueles que o seguiram nessa empreitada carrega em seu escopo muito mais do que apercebem os críticos; de fato, muitas vezes fica a impressão de que foi feita uma confusão, infelizmente habitual, entre o behaviorismo skinneriano e outros tipos de behaviorismo, e coube a Skinner carregar esse pesado e injusto fardo. Todavia, há algumas características do texto skinneriano que podem sugerir esse tipo de leitura, uma leitura que privilegie um discurso em detrimento de outros, a saber, o discurso científico.

Tal crítica não é de todo gratuita. Recorreremos a trechos durante a obra de Skinner que expressam sua posição acerca do papel da Ciência na evolução das culturas e da Humanidade, a começar por *Ciência e Comportamento Humano* (1953/2003).

Skinner abre o livro discutindo o papel da Ciência nos problemas do mundo; sua argumentação é a de que “(...) Despojada de sua posição de prestígio, desacredita-se a ciência como uma arma perigosa nas mãos de pessoas que não a entendem” (p. 4) e,

⁴⁹ “(...) scientific fundamentalists, like B. F. Skinner (...)”. O contexto é um ensaio de Geertz a respeito do pensamento como um fato moral no campo das ciências sociais, e o autor expressa sua desaprovação ao que chama de posturas dificultadoras de uma aproximação entre as chamadas ciências naturais e ciências sociais, em suas formas de estudar o pensamento. A opinião sobre Skinner é melhor lida à luz dos comentários da seção anterior.

⁵⁰ A obra citada por Sá se trata de SCHNEIDER, E. Falácias antipsicanalísticas e antibehaviorísticas. *Ciências Humanas*, v. II, n. 7, p. 40-44, 1978.

portanto, “(...) Talvez não seja a ciência que está errada, mas sua aplicação” (p. 5). Para o autor, assumir uma posição deliberada de “não saber” é voltar ao período da escravidão, das pestes, fome, e assim por diante.

Tal visão progressiva da Ciência é sustentada por Skinner (1953/2003) quando afirma que uma série de passos ocorrem até que uma explicação científica seja atingida. “Newton explicava suas importantes descobertas dizendo que estava de pé sobre os ombros de gigantes” (p. 12), e as causas do comportamento humano são uma questão de muita importância para a Humanidade a tempos, de modo que explicações fantásticas foram delineadas:

O estudo de qualquer objeto começa nos domínios da superstição. A explanação fantástica precede à válida. A Astronomia começou como Astrologia. A Química como Alquimia. O campo do comportamento teve a ainda tem os seus astrólogos e alquimistas. Uma longa história de explicações pré-científicas nos fornece uma fantástica cambulhada de causas que não têm outra função senão a de proporcionar, nos primeiros estágios da ciência, soluções espúrias a perguntas que de outro modo ficariam sem resposta (p. 25).

Skinner afirma que não precisamos recuar a estágios anteriores e abrir mão do saber científico, mas buscar um avanço do conhecimento da “natureza humana” comparável aos avanços das tecnologias física e biológicas. Para o autor, “na verdade, esta é a nossa única esperança” (1953/2003, p. 5-6) de resolver os problemas que assolam a humanidade. Um conhecimento científico do comportamento humano seria o que nos falta para então poder utilizar os resultados da Ciência com sabedoria:

Uma concepção científica do comportamento humano dita uma prática, a doutrina da liberdade pessoal, outra. Confusão na teoria significa confusão na prática. A presente condição infeliz do mundo pode ser em grande parte atribuída à nossa vacilação. As principais disputas entre as nações, quer nas assembleias pacíficas, quer nos campos de batalha, estão intimamente ligadas ao problema do controle e da liberdade humana. Totalitarismo ou democracia, estado ou indivíduo, sociedade planificada ou laissez-faire, impacto de culturas sobre povos estranhos, determinismo econômico, iniciativa privada, propaganda, educação, guerra ideológica – tudo isso diz respeito à fundamental do comportamento humano. É quase

certo que permaneceremos inermes para a resolução desses problemas enquanto não adotarmos um ponto de vista consistente (p. 10).

Tendo em vista a visão de ser Humano vigente à época, “(...) A concepção de um indivíduo livre, responsável, está embebida na nossa linguagem e impregna nossas práticas, códigos e crenças” (p. 11), a defesa de Skinner ao método científico, especialmente nessa seção introdutória, também diz respeito ao apelo à necessidade de uma Ciência do Comportamento que supere essa visão tradicional, tarefa essa que sofreu e ainda sofre muita resistência:

Apesar do quanto possamos ganhar ao admitir que o comportamento humano é objeto próprio de uma ciência, nenhuma pessoa que seja um produto da civilização ocidental pode assim pensar sem uma certa luta interior. Nós, simplesmente, não queremos esta ciência (SKINNER, 1953/2003, p. 7).

Em *Para Além da Liberdade e Dignidade*, Skinner afirma na introdução do livro que concepções pré-científicas da Humanidade – principalmente o ser Humano autônomo – atrapalham o desenvolvimento de uma Ciência do Comportamento ao mesmo ritmo da Física e da Biologia, e que “(...) Até que se resolvam esses problemas, a tecnologia do comportamento continuará sendo rejeitada e, com ela, possivelmente, o único meio de resolvermos nossos problemas.” (1971/1973, p. 24).

Novamente enfatizando o poder da Ciência, em suas primeiras palavras no livro Skinner (1971/1973) nos lembra de que para tentar resolver nossos principais problemas, “aplicamos o que conhecemos melhor. Agimos de acordo com a força, e nossa força é a ciência e a tecnologia” (p. 7). Não é sem motivo que sua comparação de uma cultura com um experimento, como vimos anteriormente, o permita enfatizar a importância de uma Ciência que seja capaz de promover as melhores mudanças culturais, ou seja, aquelas que ajudarão uma cultura a resolver seus problemas e, portanto, sobreviver. Ainda, sua descrição

de valores como reforçadores dá a Análise do Comportamento o status de ciência dos valores (DITTRICH, 2008; SKINNER, 1971/1973, p. 85).

O fato de a sobrevivência emergir como um valor – uma consequência almejada, demonstra que Skinner não estava muito preocupado em limitar-se aos aspectos descritivos do comportamento humano, em especial ético, mas justamente prescreveu cursos de ação, no que seria nada mais do que prescrever possíveis consequências que seriam mais interessantes para uma cultura – “(...) Gostemos ou não da ideia, (...)” (1969/1984b, p. 210), e tais consequências seriam as que garantissem a sobrevivência de nossa cultura, e mais adiante de nossa espécie.

Sua atuação no âmbito da prescrição ética não se limita ao valor de sobrevivência das culturas, embora tenha sido o que se destacou em sua obra. No âmbito político, *Walden Two* (1948/1972b) já demonstrava claramente alguns dos principais elementos de seu projeto político, quais sejam o controle face-a-face, o cooperativismo, o reforço natural ao invés do arbitrário (aos quais voltaremos posteriormente) e principalmente uma ética experimental: “Não considere nenhuma prática como imutável. Mude e esteja pronto a mudar novamente. Não aceite verdade eterna. Experimente” (p. 2).

Mas mesmo em *Walden Two*, Roy Moxley (2006) nos alerta para a dimensão que a Ciência possui no planejamento da comunidade. O autor afirma que esse é um dos dois livros positivistas de Skinner, sendo o outro seu primeiro, *The Behavior of Organisms*.

Entre algumas características que Moxley afirma colocarem *Walden Two* em um quadro conceitual positivista, estão a eficiência e utilidade como valores importantes, e particularmente outras duas que nos interessam nesse momento, o papel da Ciência como um caminho para a verdade, ou guia para o progresso, e o planejamento deixado a cargo de administradores ou planejadores.

A relutância em permitir que se discuta política e se questione o Código de convivência da comunidade, bem como a dificuldade de Frazier com a democracia, tal e qual a democracia representativa presente em muitos países ocidentais, e o desencorajamento de discussões públicas, podem ser vistos como mais uma forma de colocar Skinner no âmbito da tecnocracia, cujo papel da Ciência é fundamental para guiar os membros a um grau máximo de realização, em outras palavras, “(...) O programa de Frazier era essencialmente um movimento religioso libertado de qualquer ligação com o sobrenatural e inspirado pela determinação de construir o céu na Terra” (SKINNER, 1948/1972b, p. 304).

Ao mesmo tempo em que aponta os resquícios do “velho” Skinner em momentos de sua obra, Moxley afirma que um Skinner posterior, apesar de manter simpatia por seu romance e afirmar que mantinha as mesmas ideias gerais (SKINNER, 1984a, p. 206), alterou bastante suas posições alegadamente positivistas. “Ele substituiu seu positivismo por um selecionismo pragmatista” (p. 33), e o que restou de conformidade em seus posicionamentos foi a proposta de uma atitude experimentalista.

Acreditamos que trouxemos alguns exemplos importantes sobre como é possível uma leitura que identifique Skinner com movimentos positivistas, com destaque para aspectos tecnicistas e cientificistas. Tendo em vista a prescrição da sobrevivência das culturas como tema de investigação do presente trabalho, a pergunta que surge é: existiria espaço em Skinner para um mundo que não reze pela cartilha da Ciência?

Nossa resposta para tal questão é a de que sim, embora não afirmamos que seja impossível essa leitura específica de Skinner; na verdade, ela é razoavelmente constante tanto dentro quanto fora da Psicologia, e o que queremos argumentar não é sua total implausibilidade, mas sim que existem formas mais interessantes de compreender o autor de

forma coerente com o conjunto de sua obra e suas ideias políticas, e por consequência para levar adiante o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento.

Se colocarmos nos termos da subseção anterior, ambientes que se comportem de acordo com uma norma estabelecida pela ciência devem ser mais valorizados do que ambientes que não se constituem desse tipo de arranjo de contingências sociais? A gramática da ciência seria a norma, enquanto que outras variantes culturais seriam marginalizadas. Vimos que embora isso ocorra na prática, não há motivos para sustentar tal diferença em termos lógicos e conceituais.

Em primeiro lugar, Skinner delineou um empreendimento científico nos moldes das ciências naturais tradicionais que teve como um de seus principais resultados o que chamou de abolição do agente interno, ou homúnculo, ou agente autônomo (1953/2003; 1971/1973; 1989). Em suas palavras: “Uma análise experimental transfere a determinação do comportamento do homem autônomo para o ambiente – um ambiente responsável tanto pela evolução da espécie como pelo repertório adquirido por cada membro” (1971/1973, p. 167). Não é difícil de verificar no cotidiano a importância desse agente intencional na explicação do comportamento humano, e o autor chegou até mesmo a afirmar que as explicações mentalistas, também no campo científico, seriam um exemplo de criacionismo: “A ciência cognitiva é a ciência criacionista da psicologia, na medida em que luta para manter a posição de uma mente ou self” (1990, p. 9).

Sua defesa do método científico e de uma Análise Experimental do Comportamento pode ser compreendida como defesa a uma alternativa que produza evidências daquilo que postula, diferentemente da natureza inferida de muitas outras possibilidades, inclusive em seus aspectos ontológicos, como é o caso de algumas propostas cognitivistas.

Mas este não é o único tópico sensível no corpo da obra de Skinner, principalmente pela forma como se expressou em alguns assuntos, sendo talvez o modo muito peculiar pelo

qual se referia ao método formal de elaboração e teste de hipóteses como “teoria” em alguns textos clássicos, dentre eles o mais célebre *Are theories of learning necessities?* (1950). Custou-lhe anos para resolver o mal entendido de que era contrário a qualquer tipo de teorização, e mesmo no final de sua vida, em uma entrevista para Ribes-Inesta (1999), quando perguntado sobre possíveis contradições entre algum experimento e os conceitos básicos de sua teoria, Skinner afirmou: “Muitas coisas intrigantes certamente surgiram em minha pesquisa, e muitas questões ainda não foram respondidas, mas eu não as considero contradições, especialmente porque nunca estive muito interessado em *teoria*” (p. 324, tradução e grifos nossos⁵¹). No prefácio de *Contingências de reforço: uma análise teórica*, Skinner brinca com o fato e, tendo em vista o número de obras teóricas que produziu, afirmou: “(...) Até que não está mal para um Grande Antiteórico” (1969/1984b, p. 172).

Portanto, sua defesa da ciência precisa ser colocada em alguma perspectiva, a perspectiva do desenvolvimento tecnológico do século XX que levou o ser Humano para fora do planeta, que o permitiu ir mais longe, ser mais rápido e mais forte do que nunca nos assuntos investigados pelas ciências em geral, além das inúmeras revoluções tecnológicas resultantes dos avanços nas ciências físicas e biológicas, como se acostumou a afirmar Skinner ao longo de sua obra e como destacou no já mencionado texto de 1986, sua crítica ao modo de vida do mundo ocidental.

Um segundo aspecto que pode nos ajudar a ler Skinner de uma forma mais interessante do que as leituras que o acusam de cientificismo é sua ênfase no experimentalismo como método de proceder na esfera do planejamento cultural. Moxley (2004; 2006) e Tourinho (1994, 2003) nos alertam para as mudanças que ocorreram nos alicerces do Behaviorismo Radical, principalmente com a guinada de Skinner a um modelo pragmatista e selecionista, “(...) A filosofia do Skinner anterior também favoreceu valores

⁵¹ “Many puzzling things have certainly turned up in my research and many questions have not yet been answered, but I do not regard them as contradictions, , especially because I have never been very much interested in theory”.

positivistas. O Skinner posterior recuou em grande parte. Ele substituiu seu positivismo com um pragmatismo selecionista” (MOXLEY, 2006, p. 33, tradução nossa⁵²) e nesse sentido permitiu a possibilidade de uma visão de mundo pluralista, diferentemente de uma visão de mundo progressiva guiada pela Ciência.

Embora sejamos mais prudentes do que Moxley em sua diferenciação dos momentos muito distintos na obra de Skinner, essa visão de mundo pluralista começa a ser delineada no reconhecimento de que não há uma forma correta ou predeterminada de agir:

“Um novo conjunto de práticas não pode simplesmente ser imposto por um governo, religião ou sistema econômico; se fosse, não seria o conjunto correto de práticas. Essas práticas devem assumir seu papel somente como uma variação a ser testada por seu valor de sobrevivência. (SKINNER, 1986b, p. 573, tradução nossa⁵³).

Skinner (1986b) começa o parágrafo afirmando que uma solução baseada em princípios científicos pode ter uma melhor chance no planejamento de práticas salutares para uma cultura, mas ainda que isso sugerisse que essa é nossa única chance, como fez em outros momentos, a sequência do texto demonstra o quanto isso pode ser incerto: “As contingências de seleção estão além do nosso controle” (p. 574, tradução nossa⁵⁴). Precisamos esperar até que as possíveis mutações culturais surjam e sejam selecionadas por seu valor, e talvez uma possível solução tenha surgido na Análise do Comportamento. Talvez.

Ora, se um conjunto de práticas não pode simplesmente ser imposto, e se devemos experimentar e estar sempre preparados para mudar, buscar soluções diferentes, por mais que Skinner confie essa tarefa à uma Ciência do Comportamento, e por mais que essa tenha proporcionado possíveis soluções interessantes, não há como garantir que é o caminho certo, quanto mais se prosperará.

⁵² “The philosophy of the early Skinner also favored positivistic values. The later Skinner largely took them back. He also replaced his positivism with a pragmatic positivistic values”.

⁵³ “A new set of practices cannot simply be imposed by a government, religion, or economic system; it would not be the right set of practices if that were done. It must play its part only as a variation to be tested by its survival value”

⁵⁴ “The contingencies of selection are beyond our control”.

A análise que o próprio Skinner faz do comportamento científico é interessante para explorarmos essa possibilidade de leitura do Behaviorismo Radical que refute um tecnicismo e um cientificismo, na medida em que o mero fato de algumas formas de comportar-se cientificamente tenham obtido resultados mais vantajosos não faça delas especiais em detrimento de outras.

O comportamento científico difere de comportamentos modelados por outras comunidades verbais ou ambientes sociais pelas especificidades dessas comunidades. Segundo Skinner (1957/1978), é típico de uma comunidade científica encorajar o “controle preciso do estímulo sob o qual um objeto ou propriedade de um objeto é identificado ou caracterizado, de tal forma que a ação prática será mais eficaz” (p. 499). Nesse sentido, o fato de o cientista chamar um rato de roedor é fruto do controle específico exercido pelas contingências verbais mantidas por uma comunidade, cuja ênfase é em uma propriedade específica desse contexto, que no caso pode ser a estrutura anatomofisiológica do animal, mas propriedades de organização celular, a existência de um programa genético e a sensibilidade às consequências podem ser invocadas para modelar o comportamento do falante que distingue entre um ser vivo e um objeto inanimado, por exemplo.

As variáveis que compõem uma audiência específica são esclarecidas “especificando-se um ‘universo de discurso’ como uma subdivisão do repertório a ser empregado” (SKINNER, 1957/1978, p. 500), sendo desse repertório excluídos termos apropriados a audiências distintas. Em outras palavras, delimitamos o ambiente verbal ou a cultura que controla nosso comportamento quando especificamos qual é o modo adequado de se comportar diante dela; não explicamos o ciclo da água em um seminário no ensino médio da mesma forma que o fazemos para uma parente em uma hipotética crise hídrica.

As variáveis que compõem uma audiência científica costumam ser variáveis que buscam uma eficiência da ação do cientista em relação à manipulação do ambiente, e uma

comunidade científica específica, como a de analistas do comportamento, possui suas próprias contingências no que diz respeito a modelar e manter o comportamento científico de seus membros (SKINNER, 1957/1978). Em nenhum sentido isso difere de outras comunidades científicas, exceto pela mudança de algumas particularidades – usualmente compiladas em manuais de metodologia científica, mas assim como a cozinheira está preocupada com precisão na mistura de seus ingredientes, o cientista está preocupado com precisão na sua leitura de um enunciado e na sua manipulação de variáveis experimentais.

A Ciência costuma empregar esforços na confecção de leis e postulados gerais que descrevam contingências, ou seja, descrevam formas de interagir com o mundo, e a preocupação com a eficácia dessas leis é a preocupação com a ação efetiva sobre o mundo. Uma descrição que não seja útil é uma descrição que não ajuda o cientista a olhar para os aspectos importantes daquele contexto, possibilitando manipulá-lo corretamente e obter as consequências almejadas (SKINNER, 1974/2006).

Nesses termos, uma pesquisa conceitual carece de uma boa descrição de método, no sentido de que lidar com interpretação de textos é estudar “o efeito sobre nós dos registros remanescentes do comportamento das pessoas. É o nosso comportamento com relação a tais registros que observamos” (SKINNER, 1957/1978, p. 537). Faltam-nos bons manuais que ensinem a lidar com o registro do comportamento de outros de modo a produzir o comportamento verbal de interpretar, de compreender, e assim por diante.

Para enfatizar a ascensão de uma visão de mundo pluralista em Skinner, vamos às suas próprias palavras:

É um engano (...) dizer que o mundo descrito pela Ciência está de uma forma ou de outra mais próximo “daquilo que realmente existe”, mas é também um engano dizer que a experiência pessoal do artista, do compositor ou do poeta está mais próxima “daquilo que realmente existe”, Todo comportamento é determinado, direta ou indiretamente, pelas consequências, e os comportamentos do cientista e do leigo são modelados por aquilo que realmente existe, mas de maneiras diversas (SKINNER, 1974/2006, p. 111).

Se continuarmos sob controle dessa faceta da obra de Skinner em que salienta o papel da Ciência como nossa única saída para os problemas do mundo, corremos o risco de estabelecer uma gramática científica culta, nos sentidos em que Bagno (1997/2009) descreve norma culta e variantes da língua. Tanto valorizamos uma forma de fazer científico, como valorizamos um fazer científico (em geral essa forma específica) em detrimento de outros fazeres científicos. A ciência se torna nossa norma culta, e os discursos não científicos se tornam as variantes desprestigiadas.

Coincidentemente, Laurenti (2012) aponta o desprestígio que encontra em muitos lugares o pesquisador conceitual, em detrimento do pesquisador empírico ou aplicado. Os produtos de seu comportamento são importantes para o desenvolvimento da Ciência, mas diferenças nesses produtos, assim como diferenças nas consequências da variante que não está de acordo com a norma, parecem estabelecer algum tipo de hierarquia entre essas práticas. Certamente, como todo valor parece ser um reforçador, é reforçador para um grupo específico que seja feita pesquisa de um tipo ou de outro, assim como é reforçador para alguns grupos que se fale Português com variação de sotaque carioca ou sulista. Elas não são diferentes em natureza, são oriundas de diferenças nos procedimentos específicos de um ambiente social.

Existem muitos exemplos de protestos na comunidade científica sobre a valorização excessiva de um determinado tipo de Ciência, e as palavras de Geertz destacadas anteriormente são uma boa amostra disso. Skinner (1974/2006) afirma que há mais de uma forma de conhecer, no sentido de ser exposto a um ambiente e lidar com ele de forma efetiva. Mas tanto formas alternativas e ineficazes de medicina continuam sendo transmitidas entre gerações, como a homeopatia, quanto formas eficazes de tratamento são negligenciadas em função de um modelo medicalocêntrico e farmacologizante. Dizer que os indígenas que viviam no Brasil antes da invasão portuguesa não sabiam como resolver uma

infecção com seus métodos alternativos em geral baseados em substâncias naturais é, além de negligenciar os efeitos daquela prática, dizer simplesmente que eles não elaboraram regras de conduta baseadas nos critérios de uma comunidade verbal específica.

Conforme Skinner (1974/2006) afirmou: “(...) O folclore, as máximas e os provérbios são, muitas vezes, assaz eficazes porque inúmeras vantagens do comportamento que fortalecem são longamente postergadas e não funcionam bem como reforços” (p. 107). Argumentamos, portanto, que não se trata de abrir mão de uma postura científica para uma série de problemas, mas sim de reconhecer a importância da seleção pelas consequências, presente antes mesmo de ser pensada enquanto tal, ou seja, científica e filosoficamente. Ditos populares antigos são exemplos de como as consequências do comportamento sempre foram notadas em maior ou menor grau por gerações de falantes e ouvintes, sem necessariamente apelarem a uma formulação científica, “devagar com o andar”, “os últimos serão os primeiros”, e “a carne é fraca”, “azar no jogo e sorte no amor”, “quando um burro fala, o outro abaixa a orelha” são bons exemplos (URBANO, 2008), e tais expressões podem ter origens diversas, algumas já não mais passíveis de rastreamento.

Eis a ironia no apelo à experimentação como princípio de ação política, ela ganha força por seu caráter científico, mas seu alcance é muito maior do que a própria Ciência. Sugerir que deixemos as variações cumprirem seu papel e então serem selecionadas pelo ambiente é sugerir que talvez a Ciência seja ela própria engolida. Não há como garantir qual será o melhor conjunto de práticas, como não há meio de construir um mundo ideal para o homem do futuro tendo como base o que agrada o homem do presente (SKINNER, 1971/1973).

É verdade que o analista do comportamento parte de um ponto de vista científico, e ainda um muito particular. A simples adoção dos métodos desse ponto de vista a princípio não garantem nenhum tipo de benefício para culturas, como nos mostram Dittrich (2004) e

principalmente Holland (1974, 1978). As contingências que operarão no futuro são desconhecidas, e a adoção a esses métodos deve ser baseada em sua efetividade, e não em argumentos de autoridade ou a imposições de agências de controle – como a Ciência e suas regras de validação científica que estão em constante revisão e produzem eterno desacordo⁵⁵. A crítica empenhada aqui e que tem seu germe no próprio Skinner não resulta em diminuir a importância das contribuições de uma análise científica do comportamento humano – das quais o presente trabalho é mais um fruto, e sim apresentar uma leitura menos assimétrica entre ela e outras formas de produção de conhecimento.

A sobrevivência das culturas pode parecer difícil de sustentar, como vimos anteriormente, e também um pouco de sua confiança na Ciência como força maior de uma cultura, mas há outros aspectos dos pensamentos de Skinner que parecem relevantes, e que abordaremos na seção seguinte. Características como um avanço do selecionismo e uma visão de mundo mais pluralista parecem mais interessantes do ponto de vista da continuidade dos projetos político, científico e filosófico do Behaviorismo Radical, mas ainda assim podem surgir dissidências, de modo que o avanço da área implica em produção de variabilidade para que o ambiente atue como selecionador. Júlio de Rose (1999) faz uma reflexão interessante sobre a influência de mestres e grandes pensadores, particularmente sobre o “ser skinneriano”, e subscrevemos suas palavras:

As grandes correntes do pensamento psicológico não têm sido bem sucedidas na produção de variabilidade e isto pode ter contribuído para que elas se cristalizassem em ‘doutrinas’. A pior homenagem que poderia ser feita a Skinner, a meu ver, seria transformar seu pensamento em uma doutrina (...). O que não me parece produtivo é sustentar que Skinner tenha dito tudo o que precisa ser dito e ignorar qualquer coisa que se afaste deste caminho (p. 74).

3.5. Apontamentos para delineamentos culturais

⁵⁵ Marx e Hillix (1976) apresentam um cenário razoável da dificuldade que é estabelecer a Psicologia como disciplina científica, na medida em que os critérios adotados por cada tradição de pensamento divergem substancialmente.

Vimos que do ponto de vista descritivo, Skinner apontou inúmeras vezes o papel que competição desempenha na seleção de práticas que caracterizam uma cultura ou outra, e que muitas das vezes tais práticas são incompatíveis. A Guerra Fria e suas consequências nos campos educacionais, econômicos, relações públicas internacionais, entre outros, configuram bons exemplos.

Vimos que mesmo nesse sentido descritivo, o autor demonstrou ambiguidade em alguns momentos, ora relativizando a competição, ora salientando que temos que lidar com ela, pois a competição entre culturas “(...) quer gostemos ou não, decidirá finalmente todas essas questões” (SKINNER, 1964, p. 485, tradução nossa⁵⁶).

Vimos também que sua confiança na Ciência enquanto o melhor e por vezes único caminho para chegarmos à sua prescrição também parece trazer alguns problemas, já apontados pela literatura, ainda que seja possível uma leitura alternativa – que tentamos mostrar e subscrevemos. Diferentemente de Moxley, achamos que os “dois Skinners” não são tão diferentes assim, sendo essas diferenças não tão visíveis no corpo de sua obra, mas é possível notar principalmente o papel que o selecionismo começou a desempenhar já em *Ciência e Comportamento Humano*, e de forma crescente mais adiante, principalmente comparando com as décadas de 1930 e 1940.

Mas estamos nesse momento interessados no âmbito prescritivo do sistema ético behaviorista radical, e é muito clara a diferença entre ambas (descrição e prescrição) no que diz respeito à estratégia política que Skinner prescreveu. A cooperação como modo de vida é sua prescrição, o equilíbrio de reforçadores pessoais e para o grupo é sua meta, e a sobrevivência desponta como consequência de longo prazo. A última pergunta que precisamos fazer é a respeito da pertinência real e prática dessa prescrição da sobrevivência das culturas para propostas de delineamentos culturais de médio e longo prazo.

⁵⁶ “(...) whether we like it or not, with decide all such issues with finality”.

Conforme já salientamos, se sobreviver é tão importante quanto respirar, embora pareça não existir uma justificção racional para ambos (DITTRICH, 2008), então sobreviver algumas vezes pode ser uma coisa boa. Mas como o próprio Skinner pareceu notar em alguns momentos mais tardios de sua vida (CASTRO, 2013), a pauta da sobrevivência talvez seja muito impalpável, distante, e essa distância dificulta que tenha efeito sobre o comportamento.

Muitas vezes, olhar para as consequências remotas de uma prática cultural significa desafiar grupos de poder, que no caso da realidade brasileira, podem (e tendem a) estar na posição de agentes controladores econômicos, religiosos, educacionais e governamentais. Como Skinner define cultura fundamentalmente como ambiente social, vale lembrar que em uma sociedade muito grande, como grandes metrópoles, estados ou mesmo países, temos muitos ambientes sociais distintos, a depender do recorte analítico, e então promover a sobrevivência da cultura é perguntar por qual cultura optamos; escolher uma delas, além de se posicionar politicamente, pode significar negar outras, dependendo de suas compatibilidades e contradições. Portanto, em certo sentido, promover a sobrevivência de uma cultura é provocar a extinção de outras, como a História demonstra ocorrer com as populações nativas indígenas do Brasil.

Repetimos. Se sobrevivência não implica, necessariamente, competição, parece difícil que sobrevivência ocorra sem conflito. Não há como conciliar sobrevivência de culturas machistas e culturas igualitárias, não há como conciliar sobrevivência de culturas comunitárias e autogestionadas com estrutura familiar patriarcal e hierárquica, tampouco a distribuição de terras para uma autogestão competente com a especulação imobiliária e o agronegócio em larga escala. Não há como conciliar práticas educativas emancipadoras, criativas, com sistema educacional excludente e meritocrático, calcado em investimentos mínuos, estruturas material e humana precárias e universidades com acesso limitado.

Skinner (1978b) afirma que uma cultura que relega o controle a grandes agências e instituições é uma cultura que abre mão do controle positivo de pessoas, e para pessoas. Em outras palavras, é uma cultura que não fortalece a participação popular e nem procura promover a democracia como um valor importante. Em tempos de voto direto e eleições periódicas, a democracia que presenciamos certamente é mais interessante do que o totalitarismo de tempos passados (ou não tão passados assim, como a reação do Estado aos movimentos sociais inflamados em 2013 nos mostrou), mas parece muito pouco com um controle de pessoas por pessoas. Relegamos o controle a representantes, raramente fiscalizamos suas atitudes e reclamamos constantemente de seu descaso para com o eleitorado, seu “povo”.

A democracia como prática cultural, ou seja, o controle face-a-face de pessoas pelas pessoas é incompatível com uma democracia representativa em um sistema econômico tal como o que se observa em boa parte do planeta. No Brasil, segundo dados que constam no site da Câmara dos Deputados, a eleição de 2014 registrou o maior número de abstenções desde 2002, com 27,7 milhões, ou 19,4% do total dos votos válidos; os votos nulos reverteram a tendência de queda dos últimos pleitos e alcançaram a 6,67 milhões, ou 5,8% do total; a votação em branco também foi a maior das últimas quatro eleições, com um total 4,4 milhões, ou 3,8% dos votos válidos.

Dados mais gerais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em pesquisa de 2014, demonstraram que, de entrevista com 1130 jovens entre 15 e 29 anos e declarados residentes da cidade de São Paulo, 3% é filiado a algum partido político; 7% é associado a algum sindicato ou entidade de classe; 5% participa regularmente de alguma associação de seu bairro; 9% participa regularmente de alguma atividade de militância em movimento político ou social, e 17% participa regularmente de alguma atividade social ou assistencial como voluntário. Algumas variáveis de gênero, classe social e escolaridade são

levadas em consideração na pesquisa, mas os que trouxemos servem como uma fotografia de um quadro amplo de dificuldade em engajamento político constante, para além dos períodos eleitorais e do cumprimento formal do voto obrigatório – esse próprio uma medida coercitiva do Estado.

Com a palavra o próprio Skinner (1978b):

Infelizmente, pessoas governam pessoas desta forma um tanto idealista apenas quando todos possuem essencialmente o mesmo poder, e esse quase nunca é o caso. Alguém emerge como um líder e, infelizmente, quase sempre exercendo uma porção especial de poder para compelir à obediência. Contracontrole pode limitar tal poder, mas o resultado não é uma sociedade verdadeiramente igualitária. Algo do mesmo tipo se segue quando um grupo delega controle a representantes, uma vez que delegação pode ter o mesmo efeito de usurpação. Prevenir o mau uso do poder pelo próprio representante é apenas uma moderada forma de luta pela liberdade da tirania. Nenhum dos processos garante um governo equilibrado (SKINNER, 1978, p.7-8, tradução nossa⁵⁷).

A ideia de equilíbrio entre os bens parece difícil em nossa estrutura política e econômica atual, e não por acaso as comunidades baseadas em *Walden Two*, além da própria novela skinneriana, são praticamente um mundo separado, restringindo-se às relações econômicas inevitáveis e eventuais viagens a lazer ou por necessidade de alguns de seus membros. Esse é mais um exemplo possível do quanto a sobrevivência como prescrição implica, à revelia do cenário ideal de Skinner, competição. Democracia no sentido mais direto é incompatível com capitalismo nos moldes atuais, e prescrever sobrevivência implica em prescrever ou um, ou outro.

⁵⁷ “Unfortunately, people govern people in this rather idealistic sense only when everyone has essentially the same power, and this is almost never the case. Someone emerges as a leader and, unfortunately, almost always by exerting a special share of the power to compel obedience. Countercontrol may limit that power, but the result is not a truly egalitarian society. Something of the same sort follows when a group delegates control to representatives, since delegation can have the same effect as usurpation. Preventing the misuse of power by one’s own representatives is only a milder form of the struggle for freedom from tyranny. Neither process guarantees a balanced government”

Falar de culturas ou ambientes sociais específicos pode ser uma boa ideia no sentido de lidar com pautas cotidianas. Ao mesmo tempo, vimos que esta posição tende a trazer consigo a necessidade de se fazer uma opção, de cunho invariavelmente político, sobre qual cultura pode ou deve ser escolhida para sobreviver.

Assim como parece ocorrer com algumas tentativas de contracontrole de alguns movimentos sociais, como greves estudantis ou de trabalhadores, uma pauta difusa pode dificultar o engajamento das pessoas que são ou que poderiam vir a ser, ou mesmo que não discriminam que são afetadas pelas razões da greve, e o processo de convencimento e aderência é penoso porque as consequências almejadas, além de terem lugar num futuro desconhecido, podem ser tão diversas que seu valor reforçador é incerto. Em outras palavras, lutar contra algo amplo como a corrupção é uma tarefa muito diversificada e complexa, e a ausência de especificações sobre contingências causadoras e mantenedoras, bem como a decorrente (e recorrente) impossibilidade de tomar cursos de ação efetivos, possuem potencial desmobilizador para qualquer tipo de movimentação organizada.

A sobrevivência das espécies parece de início uma boa alternativa para evitar o problema da competição, por seu caráter universal e acolhedor. Todavia, assim como a corrupção no âmbito político, é muito difusa e talvez tão remota quanto, e a prescrição de tarefas e a organização grupal para que o objetivo seja atingido se torna mais difícil. Poucos são aqueles cujo autocontrole é repertório bem instalado e mantido por ambientes constantes a ponto de se manter engajado na promoção de consequências muito remotas, e uma melhor análise funcional das variáveis que controlam seu comportamento aqui e agora é desejável, até para que possamos aprender com sua história e promover esses repertórios em outras pessoas.

O conselho de Sigrid Glenn, em seu *Metacontingências em Walden Two* (1986), parece ainda ser uma alternativa bem viável, senão desejável. Talvez, olhar para a janela e

procurar entender quais são os problemas menores e mais próximos de nossas capacidades imediatas possa ser uma fonte de reforçadores surpreendente. O atleta de alto nível não alcança seu índice olímpico ou sua vaga para a seleção de seu país no começo da carreira, nos primeiros treinos e oportunidades de trabalho; um aprendiz muito jovem não se inicia na leitura com Camões, ou com Shakespeare, é preciso primeiro compreender letras, diferenciá-las, ser capaz de recitá-las, compreender sílabas, ser capaz de juntá-las e formar uma palavra maior, relacioná-la com outros estímulos não textuais, e assim por diante.

Em uma escala de metas de um projeto a médio e longo prazo, objetivos pontuais são mais próximos do que objetivos terminais, e seja a sobrevivência o valor final ou não que estivermos interessados em promover, é preciso respeitar os passos intermediários. Comunidades, escolas, universidades, são todos lugares recheados de problemas, como indisciplina entre alunos, absenteísmo, ausência e necessidade de promoção de comportamentos para a sustentabilidade, de formação de vínculos grupais. Se a consequência de resolvê-los seja a sobrevivência dessa cultura, sem que isso implique em produzir desigualdade e opressão, então talvez esse seja um bom caminho a seguir.

Sugerimos que, garanta a sobrevivência ou não, o controle face-a-face, de pessoas e para pessoas, surge como uma alternativa importante no decorrer da obra de Skinner, embora já presente nos idos da década de 1940 em *Walden II*. Como o autor já notou em alguns momentos (1978b, 1984) e como alguns outros comentadores também já sugeriram (DITTRICH, 2006; HAMILTON, 2012; SEGAL, 1987), há elementos de filosofias políticas anarquistas por todo o projeto desagenciador do Behaviorismo Radical (agência individual e agências de controle social), mas dificilmente tais filosofias políticas carregam a bagagem de evidências empíricas e uma teoria do comportamento humano consistentes, e talvez nem pudessem carregar, por não se dedicarem diretamente ao projeto caracterizado por uma Ciência do Comportamento humano.

Últimas Considerações

Antes de responder a pergunta sobre a pertinência da prescrição do sistema ético skinneriano, foi preciso buscar uma definição do que se entende por cultura. O apoio da Antropologia foi importante por permitir comparar diferentes autores e momentos históricos, e especialmente notar que uma definição behaviorista radical de cultura carrega semelhanças ontológicas e epistemológicas com movimentos recentes de reconstrução do conceito em Antropologia, a busca pelo fim de dicotomias prejudiciais a um melhor entendimento do comportamento humano, como natureza-cultura, mente-corpo, e assim por diante. Destacamos aqui a proposta de uma Antropologia Ambiental de Tim Ingold, que merece estudos posteriores sobre sua possível compatibilidade com o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento.

Encontramos possibilidades de definição de cultura em Skinner como um ambiente social complexo; como um ambiente verbal; como um experimento, sendo o planejador cultural o experimentador, ou manejador de contingências, e em certo sentido como práticas culturais. Argumentamos que as duas primeiras definições são mais interessantes do ponto de vista conceitual, sendo a definição de cultura como um experimento mais contextualizada dentro da lógica de um planejamento cultural nos moldes da Análise do Comportamento, e a definição de cultura como práticas culturais uma possibilidade controversa, sendo as práticas culturais (ou mesmo práticas verbais) parte de um ambiente social (ou verbal) complexo, mas não a cultura como um todo.

À luz dessas definições, a prescrição da sobrevivência se mostrou difícil de levar adiante, tanto por seu caráter absoluto em uma proposta ética de valores contingentes, quanto por seu alcance limitado. Ambientes sociais complexos possuem muitas características divergentes entre si, e prescrever a sobrevivência de um deles é prescrever a

ruína de outros. Tal prescrição gera, a despeito da negativa de Skinner, competição entre culturas, na medida em que uma cultura patriarcal é, por definição, incompatível com uma cultura feminista ou por uma luta por igualdade de gêneros; uma cultura do agronegócio é, por definição, incompatível com ideais de sustentabilidade e preservação ambiental.

Ambientes verbais também possuem muitas características divergentes entre si. O português falado em Porto Alegre é diferente do português falado no Recife; o português falado nas classes baixas da zona leste paulistana é diferente do português falado nas classes altas da zona sul. Não há motivos lógicos, em termos de natureza do comportamento verbal, para eleger uma norma culta, ou padrão, tomada como correta em detrimento de outras variantes linguísticas, ou, em termos analítico comportamentais, em topografias características de contingências mantidas por comunidades verbais distintas. Prescrever a sobrevivência de alguma dessas variantes parece fazer ainda menos sentido do que os exemplos apresentados na definição de ambiente social.

A que pode servir a sobrevivência das culturas, então, como valor? Pode ser que seja útil em casos muito específicos, como o de populações indígenas que, nos dias de hoje, mais do que nunca, precisam sobreviver. Sobreviver muito mais no sentido de permanecer vivos do que propriamente transmitir sua cultura para gerações que talvez nem venham a existir, para não falar na “ocidentalização” de muitos deles, necessária em certa medida para que possam interagir com o mundo não indígena. Para essas pessoas, não é como se as consequências do fim da existência fossem remotas, elas são parte de seu cotidiano há pelo menos 500 anos.

A prescrição de Skinner também pode ser vista à luz de boa parte de seu trabalho que evidencia a importância do papel de uma Ciência na resolução dos problemas da Humanidade. Há muitas críticas ao destaque do discurso científico em Skinner, possivelmente em detrimento de outras comunidades verbais, e a pergunta que é inevitável

é, existe espaço para a sobrevivência de uma cultura que não seja baseada nos princípios científicos? Certamente se faz necessária a discussão sobre o que é Ciência e sua diversidade enquanto ambiente social e verbal – no que o problema da sobrevivência também parece aplicável, mas argumentamos que anterior a essa discussão é possível uma leitura de Skinner mais voltada para o experimentalismo e para a sensibilidade às consequências, o que colocaria a Ciência sujeita aos mesmos critérios de seleção de outros tipos de ação humana.

Argumentamos ainda que em termos de continuidade da proposta de filosofia política do Behaviorismo Radical, o controle face-a-face recomendado por Skinner tanto no início de sua proposta de Análise Comportamental da Cultura, em *Walden Two*, quanto em estágios posteriores de sua carreira, mas trabalhado com mais detalhes em seu *Comportamento Humano e Democracia*, há muito o que ser explorado, tanto em termos de suas possíveis implicações conceituais e compatibilidade com filosofias políticas já existentes, quanto para ações práticas voltadas para delineamentos culturais.

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Originalmente publicado em 1971).
- ABIB, J. A. D. Epistemologia, transdisciplinaridade e método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 12, p. 219-229, 1996.
- _____. Behaviorismo Radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 15, n. 3, p. 237-247, 1999.
- _____. Ética de Skinner e metaética: sobre comportamento e cognição. In: GUILHARDI, H. J.; MADI, M.; QUEIROZ, P.; SCOZ, M. (Orgs.). *Contribuições para a construção da teoria do comportamento*. Santo André: ESETec, p. 125-139, 2002.
- _____. O que é comportamentalismo? Em: BRANDÃO, Y. K. INGBERMAN, V. M. da SILVA e S. M. OLIANE (orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição*, v. 13, p.52-61, 2004.
- ANDERY, M. A. P. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. A análise de fenômenos sociais: Esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, v. 1, p.149-165, 2005.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico, o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2009. (Originalmente publicado em 1997).
- BAUMAN, Z. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. São Paulo: Zahar, 2012.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo, fatos e mito, volume 1*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. (Originalmente publicado em 1949).
- BOAS, F. As limitações do método comparativo em antropologia. Em: CASTRO, C. A. *Antropologia cultural/Franz Boas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005 (Originalmente publicado em 1896).
- _____. Os objetivos da pesquisa etnológica. Em: CASTRO, C. A. *Antropologia cultural/Franz Boas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005 (Originalmente publicado em 1932).
- CARRARA, K. Acesso a Skinner pela sua própria obra: publicações de 1930 a 1990. *Didática*, São Paulo, v. 28, p. 195- 212, 1992.
- _____. *Behaviorismo radical: crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. (Originalmente publicado em 1998).
- _____. *Kula, necessidades básicas e necessidades derivadas na Antropologia Funcional: relendo Malinowski e encontrando Skinner?* Curitiba. 20 out. 2010. 31 slides. Apresentação em Power-point.

CASTRO, M. S. L. B. *A Ética skinneriana e a tensão entre descrição e prescrição no Behaviorismo Radical*. 147f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós Graduação em Filosofia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CASTRO, M. S. L. B. *O naturalismo ético no Behaviorismo Radical de B. F. Skinner*. 169f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós Graduação em Filosofia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

CERVERA, J. P.; FRANCO, P. V. *Manual para o uso não sexista da linguagem*. UNIFEM (ONU), 2006. Disponível em: <<http://www.campanaderechoeducacion.org/sam2011/wp-content/uploads/2011/05/manualusonaosexistalinguagem.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2015.

CHIESA, M. 2006. *Behaviorismo radical: a filosofia e a ciência*. Brasília: IBAC Editora. (Originalmente publicado em 1994).

CHOMSKY, N. Review of B.F. Skinner's *Beyond Freedom and Dignity*. *The New York Review of Books*, p. 17–24, 1971.

COSTA, C. T. *O que é anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002 (Originalmente publicado em 1996).

DARWIN, C. *A origem das espécies por meio da seleção natural*. São Paulo: Editora Escala, 2009. (Originalmente publicado em 1859).

DITTRICH, A. *Behaviorismo Radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social*. 484f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós Graduação em Filosofia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

_____. O problema da “justificação racional de valores” na filosofia moral skinneriana. *Revista Psicolog*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 21-26, 2008.

_____. Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 44-54, 2010.

_____. Possibilidades da investigação conceitual/filosófica na análise do comportamento. *Interação em Psicologia*, v. 15, n. especial, p. 27-33, 2011.

DITTRICH, A.; ABIB, J. A. D. O sistema ético skinneriano e consequências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 427-433, 2004.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. (Originalmente publicado em 2000).

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984 (Originalmente publicado em 1884).

EPSTEIN, R. A listing of the published works of B. F. Skinner, with notes and comments. *Behaviorism*, Cambridge, v. 5, n. 1, pp. 99- 110, 1977.

_____. An updated bibliography of B. F. Skinner's works. In: TODD, J. T.; MORRIS, E. K. (Eds.). *Modern perspectives on B. F. Skinner and contemporary behaviorism*. Westport: Greenwood Press, 1995. Disponível em: < <http://www.bfskinner.org> >. Acesso em: 17 abr 2013.

EPSTEIN, R.; OLSON, J. K. An index to B. F. Skinner's Particulars of my life. *The Behavior Analyst*, v. 6, n. 2, p. 167-180, 1983.

_____. An index to B. F. Skinner's *The shaping of a behaviorist*. *The Behavior Analyst*, v. 7, n. 1, p. 47-63, 1984.

_____. An index to B. F. Skinner's *A matter of consequences*. *The Behavior Analyst*, v. 8, n. 2, p. 209-233, 1985.

FERSTER, C. B.; SKINNER, B. F. *Schedules of reinforcement*. East Norwalk: Appleton-Century-Crofts, 1957.

FESPSP. *O jovem e a política na cidade de São Paulo: confiança e participação nas instituições*, 2014. Disponível em: <http://ftp.cenpec.org.br/com/portalcenpec/imagens/participacao_jovem/Pesquisa_FespSP.pdf>. Acesso: 06 jan 2015.

GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC. 2008. (Originalmente publicado em 1973).

_____. *Available light: anthropological reflections on philosophical topics*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

GLENN, S.S. Metacontingencies in Walden Two. *Behavioral Analysis and social Action*, v. 5, p. 2-8, 1986.

_____. Verbal behavior and cultural practices. *Behavioral Analysis and social Action*, v. 7, n. 1 & 2, p. 10-15, 1989.

_____. Windows of the 21st century. *The behavior analyst*, Michigan, v. 16, n. 2, p. 133-151, 1993.

_____. Operant contingencies and the origin of cultures. LATTAL, K.A.; CHASE, P.N. (Eds.). *Behavior theory and philosophy*. Nova York: Kluwer Academic/Plenum, 2003, p.223-242.

_____. Individual behavior, culture, and social change. *The Behavior Analyst*, Michigan, v. 27, n. 2, p. 133-151, 2004.

GRAHAM, G. On what is good: a study of B. F. Skinner's operant behaviorist view. *Behaviorism*, v. 5, n. 2, p. 97-112, 1977.

HAMILTON, L. F. T. *Os usos do termo “liberdade” no anarquismo de Bakunin e no behaviorismo radical de Skinner*. 70f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Experimental. Universidade de São Paulo, 2012.

HOLLAND, J. G. Servirán los principios conductuales para los revolucionários? Em: KELLER, F. S.; RIBES- IÑESTA, E. *Modificación de conducta: aplicaciones a la educación*. México: Trillas, 1974, p. 265-281

_____. Behaviorism: part of the problem, or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis* v. 11, n. 1, p. 163-174, 1978.

INGOLD, T. Culture and the perception of the environment. Em: CROLL, E.; PARKIN, D. *Bush Base, Forest Farm: Culture, Environment, and Development*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1992.

_____. *The perception of the environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres e Nova York: Routledge, 2002. (Originalmente publicado em 2000).

LAURENTI, C. Trabalho conceitual em psicologia: pesquisa ou “perfumaria”? *Psicologia em Estudo*, v. 17, n. 2, p. 179-181, 2012.

LARAIA, R. B. *Cultura. Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. (Originalmente publicado em 1986).

LEIGLAND, S. Variables of which values are a function. *The Behavior Analyst*, v. 28, n. 2, p. 133-142, 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. (Originalmente publicado em 1958).

_____. *Introduction to the work of Marcel Mauss*. London: Routledge & Kegan Paul, 1987.

LEUGI, G. B. *A perspectiva de uma antropologia behaviorista radical: cultura, variação, seleção e transmissão*. 2012. 86f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós Graduação em Filosofia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MALINOWSKI, B. K. *Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

_____. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Originalmente publicado em 1948).

MAYR, E. *Isto é Biologia: a ciência do mundo vivo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (Originalmente publicado em 1997).

MARX, M. H; HILLIX, W. A. *Sistemas e teorias em psicologia*. São Paulo: Cultrix, 1976. (Originalmente publicado em 1973).

MELO, C. M. *A concepção de homem no behaviorismo radical de Skinner: um compromisso com o “bem” da cultura*. 97f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós Graduação em Filosofia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

MELO, C. M., DE ROSE, J. C. C. Sobrevivência das culturas em Skinner: um diálogo com o materialismo cultural de Harris. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.28, n. 1, p. 119-128, 2012.

MELO, C. M., DE ROSE, J. C. C. The concept of culture in skinnerian radical behaviorism: debates and controversies. *European Journal of Behavior Analysis*, v. 14, n. 2, p. 321-328, 2013.

MIRANDA, T. *Índice de abstenções atinge 19,4%, o maior das últimas quatro eleições gerais*, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475406-INDICE-DE-ABSTENCOES-ATINGE-19,4,-O-MAIOR-DAS-ULTIMAS-QUATRO-ELEICOES-GERAIS.html>>. Acesso: 06 jan 2015.

MOXLEY, R. A. Pragmatic selectionism: the philosophy of the behavior analysis. *The Behavior Analyst Today*, v. 5, n. 1, p. 108-125, 2004.

_____. B. F. Skinner’s other positivistic book: *Walden Two*. *Behavior and Philosophy*, v. 34, p. 19-37, 2006.

OTTONI, E. B. ; FALÓTICO, T. Social learning, behavioral traditions, and the evolution of sociality in non-human animals: The case of tufted capuchin monkeys. Em: PLÉH, C. et al, (Org.). *Naturalistic approaches to culture*. Budapest: Akadémiai Kiadó, p. 136-156, 2014.

REDFIELD, R., LINTON, R., HERSKOVITS, M. Memorandum on the study of acculturation. *American Anthropologist*, v. 38, n. 1, p. 149-12, 1936.

RIBES-IÑESTA, E. An unpublished interview with B. F. Skinner. *Revista Mexicana de Análisis de La Conducta*, v. 25, n. 3, p. 321-327, 1999.

RODRIGUES, M. E. Behaviorismo: mitos, discordâncias, conceitos e preconceitos. *Revista Educere et Educare*, v. 1, n. 2, p. 141-164, 2006.

ROTTSCHAEFER, W. Skinner’s Science of value. *Behaviorism*, v. 8, n. 2, p. 99-112, 1980.

RUIZ, M. R; ROCHE, B. Values and the scientific culture of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, v. 30, n. 1, p. 1-16, 2007.

SÁ, C. P. *O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante*. 446f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais. Centro de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.

- SAMPAIO, A. A. S.; ANDERY, M. A. P. A. Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma análise comportamental de fenômenos sociais. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 183-192, 2010.
- SANTOS. J. L. dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Originalmente publicado em 1983).
- SCHNEIDER, S. M. *The science of consequences. How they affect genes, change the brain and impact our world*. Nova York: Prometheus Books, 2012.
- SEGAL, E. F. Walden two: the morality of anarchy. *The Behavior Analyst*, v. 10, n. 2, p. 147-160, 1987.
- SKINNER, B. F. The concept of the reflex in the description of behavior. *Journal of General Psychology*, v. 5, p. 427-58, 1931.
- _____. The generic nature of the concepts of stimulus and response. *Journal of General Psychology*, v. 12, p.40-65, 1935.
- _____. Are theories of learning necessities? *Psychological Review*, v. 57, p.193-216, 1950.
- _____. Some issues concerning the control of human behavior: a symposium. *Science*, v. 124, p.1057-66, 1956.
- _____. *Cumulative record*. Nova York: Appleton-Century-Crofts, 1961. (Originalmente publicado em 1956).
- _____. A case history in scientific method. Em: *Cumulative Record*. Nova York: Appleton-Century-Crofts, 1961. (Originalmente publicado em 1956).
- _____. What is experimental analysis of behavior. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, v. 9, n. 3, p. 213-218, 1966.
- _____. Utopia and human behavior. Em: KURTZ, P. *Moral problems in contemporary society*. New Jersey: Prentice- Hall, 1969.
- _____. A behavioral analysis of value judgement. Em: TOBACH, E. I. R.; APOSON, E. S. *The biopsychology of development*. Nova York: Academic Press, p. 543-551, 1972a.
- _____. *Walden Two: uma sociedade do futuro*. São Paulo: E. P. U, 1972b. (Originalmente publicado em 1948).
- _____. Freedom and dignity revisited. *New York Times*, p.29, 1972c.
- _____. *O mito da liberdade*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973. (Originalmente publicado em 1971).
- _____. *Tecnologia de ensino*. São Paulo: E.P.U., 1975. (Originalmente publicado em 1968).

- _____. *Particulars of my life*. Nova York: McGraw-Hill, 1976.
- _____. *O comportamento verbal*. São Paulo: Cultrix, 1978a. (Originalmente publicado em 1957).
- _____. *Reflections on behaviorism and society*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1978b.
- _____. *The shaping of a behaviorist: part two of an autobiography*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1979.
- _____. *A matter of consequences*. Nova York: New York University Press, 1984a
- _____. *Contingências de reforço: uma análise teórica*. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. (Originalmente publicado em 1969).
- _____. The evolution of verbal behavior. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, v. 45, n. 1, 1986a, p. 115-122.
- _____. What is wrong with the daily life in the western world? *American Psychologist*, v. 41, n. 5, 1986b, p. 568-574.
- _____. *Upon further reflection*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1987.
- _____. *Recent issues in the analysis of behavior*. Ohio: Merrill Publishing Company, 1989.
- _____. *Pode a psicologia ser uma ciência da mente?* Trad. André Luiz Jonas, Hélio Jose Guilhardi e Noreen Campbell de Aguirre. Disponível em: <http://www.itrcampinas.com.br/pdf/skinner/A_Psicologia_pode_ser_uma_ciencia_da_mente.pdf>. Acesso: 11 jan 2015.
- _____. *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 2006. (Originalmente publicado em 1974).
- _____. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Originalmente publicado em 1953).
- _____. Seleção pelas consequências. Em: *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 9, n. 1, p. 129-137, 2007. (Originalmente publicado em 1981).
- STRATHERN, M. No nature, no culture: the Hagen case. Em: MACCORMACK, M.; STRATHERN, M. *Nature, culture and gender*. Cambridge: University Press, 1980.
- THOREAU, H. D. *A desobediência civil*. Porto Alegre: LP&M, 2009. (Originalmente publicado em 1848).
- TYLOR, E. B. CASTRO, C. A ciência da cultura. Em: CASTRO, C. A. *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005. (Originalmente publicado em 1871).

TODOROV, J. C.. A constituição como metacontingência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 7, p. 9-13, 1987.

TODOROV, J. C., MARTONE, R. C., MOREIRA, M. B. *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. Santo André, SP: ESETec, 2005.

TOURINHO, E. Z. A noção pragmatista de conhecimento e a noção skinneriana de conhecimento de si mesmo. *Acta Comportamentalia*, v. 2, n. 2, p. 219-232, 1994.

_____. Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, v. 7, n. 3, p. 213-222, 1999.

_____. A produção de conhecimento em psicologia: a análise do comportamento. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 23, n. 2, p. 30-41, 2003.

URBANO, H. Da fala para a escrita: o caso de provérbios e expressões populares. *Revista Investigações*, v. 21, n. 2, p. 31-56, 2008.

VICHI, C.; ANDERY, M. A. P. A.; GLENN, S. S. A metacontingency experiment: The effects of contingent consequences on patterns of interlocking contingencies of reinforcement. *Behavior and Social Issues*, v. 18, p. 41-57, 2009.

VICHI, C. Igualdade ou desigualdade: manipulando um análogo experimental de prática cultural em laboratório. Em: TODOROV, J. C., MARTONE, R. C., MOREIRA, M. B. *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. Santo André, SP: ESETec, 2005.

WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. (Originalmente publicado em 1975).

WHITE, L. A., DILLINGHAM, B. *O conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. (Originalmente publicado em 1975).

ZILIO, D. A., CARRARA, K. Skinner: teórico da ciência e teórico da moral? *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 61, n. 2, p. 1-11, 2009.

ZÍLIO, D. A. Análise do Comportamento e neurociências: em busca de uma possível síntese, 381f. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Experimental. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ZURIFF, G. E. (2005). Naturalistic ethics. Em: MODGIL, S.; MODGIL C. B. F. *Skinner: consensus and controversy*. Taylor & Francis e-Library, 2005. (Originalmente publicado em 1987).